



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**XI Legislatura**

**Número: 93**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, quinta-feira, 11 de abril de 2019**

**Presidente:** *Deputado Dionísio Faria e Maia (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Ana Luís)*

**Secretários:** *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge*

### Sumário

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.*

Após a chamada dos Srs. Deputados a sessão iniciou-se com o [Debate de Urgência sobre a "Perda de Rendimento dos Produtores de Leite dos Açores"](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Aberto o debate com a intervenção do Sr. Deputado António Almeida (*PSD*), usou de seguida da palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*).

Dando continuidade ao debate, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Mónica Rocha (*PS*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), António Parreira (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*) e José San-Bento (*PS*).

Para um protesto usou da palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*).

Seguiu-se o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XI – “Décima terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*), Sabrina Furtado (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Sobre a [Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 37/XI – “Regime jurídico de licenciamento das atividades espaciais, de qualificação prévia e de registo e transferência de objetos espaciais na Região Autónoma dos Açores”](#), foi apresentado, pelo Grupo Parlamentar do BE, um requerimento de baixa à Comissão, o qual foi rejeitado por maioria.

Iniciado o debate com a intervenção do Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*), usou de seguida da palavra os/as Srs./as Deputados/as Bárbara Chaves (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Elisa Sousa (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e Alonso Miguel (*CDS-PP*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto as Sras. Deputadas Bárbara Chaves (*PS*), Elisa Sousa (*PSD*) e o Sr. Deputado António Lima (*BE*).

Seguiu-se a aprovação por unanimidade do [Relatório sobre o pedido de autorização para que o Deputado João Paulo Valadão Corvelo possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo n.º 79/16.3T9SCF](#).

Posteriormente usou da palavra o Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*) para justificar o [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 134/XI – “Integração na Administração Pública Regional dos técnicos superiores que pertencem a Instituições Particulares de Solidariedade Social e desempenham funções no Instituto da Segurança Social dos Açores, I.P.R.A.”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, o qual, após submissão à votação foi rejeitado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto sobre o mesmo a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*).

Em seguida foi aprovado por maioria o [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 135/XI – “Recomenda ao Governo Regional a adoção de medidas que protejam o emprego na Fábrica Conserveira Santa Catarina”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, após a justificação apresentada pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*), André Rodrigues (*PS*) e António Lima (*BE*).

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de abril.**

*Os trabalhos terminaram às 18 horas e 04 minutos.*

**Presidente:** Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos dar início a esta sessão.

*Eram 10 horas e 07 minutos.*

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

**Secretário:** Bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Dionísio Medeiros Faria e Maia**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**João Vasco Pereira da Costa**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Manuel Gregório Ávila**

**Lubélio Fraga de Mendonça**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

**Manuel José da Silva Ramos**

**Maria da Graça Oliveira Silva**

**Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira**

**Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto**

**Mário José Diniz Tomé**

**Marta Cristina Moniz do Couto**

**Marta Ávila Matos**

**Mónica Gomes Oliveira Rocha**

**Pedro Miguel Medeiros de Moura**

**Renata Correia Botelho**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Sónia Cristina Franco Nicolau**

**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António Augusto Baptista Soares Marinho**

**António Manuel Silva Almeida**

**António Oldemiro das Neves Pedroso**

**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**

**Bruno Filipe de Freitas Belo**

**Carlos Manuel da Silveira Ferreira**

**Catarina Goulart Chamacame Furtado**

**César Leandro Costa Toste**

**Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas**

**Elisa Lima de Sousa**

**Jaime Luís Melo Vieira**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Maurício Mendonça Santos**

**Luís Miguel Forjaz Rendeiro**

**Marco José Freitas da Costa**

**Mónica Reis Simões Seidi**

**Sabrina Marília Coutinho Furtado**

*Partido Popular (CDS-PP)*

**Alonso Teixeira Miguel**

**Artur Manuel Leal Lima**

**Jorge Miguel Azevedo Paiva**

***Bloco de Esquerda (BE)***

**António** Manuel Raposo **Lima**

**Paulo** José Maio de Sousa **Mendes**

***Partido Comunista Português (PCP/PEV)***

**João** Paulo Valadão **Corvelo**

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Paulo** Jorge Abraços **Estêvão**

**Presidente:** Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Vamos declarar aberta a sessão. Pode entrar o público.

Conforme deliberado pela Conferência de Líderes, vamos dar início aos trabalhos com o ponto 3 da Agenda: **Debate de Urgência sobre "Perda de Rendimento dos Produtores de Leite dos Açores"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Rege esta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento. Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes conforme estipula o artigo 132.º do Regimento e estão assim distribuídos:

O interpelante, o PSD e o Governo - 32 minutos;

O Partido Socialista – 32 minutos;

Centro Democrático Social, CDS-PP – 15 minutos;

Bloco de Esquerda - 12 minuto;

PCP e PPM - 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado, do Partido Social Democrata, o Sr. António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Saúdo, em primeiro lugar, todos os lavradores dos Açores e as suas famílias, pela dedicação, capacidade de trabalho, em condições difíceis, produzindo leite sem saber que ordenado vão ter a cada mês, mas que nunca desistiram de melhorar a qualidade do leite que produzem aumentando a quantidade a pedido, sem saber que destino terá o produto final, se para um consumidor informado que sabe o que paga se para um especulador do comércio desleal que, de chantagem em chantagem, entre fornecedores, faz do leite um produto sem valor.

A fileira da produção de leite e lacticínios não tem paralelo, nos Açores, com qualquer outro setor económico, pela sua relevância económica, pela sua implicação social e pela sua responsabilidade na ocupação territorial, influência na paisagem e na valorização de diversos recursos dos Açores.

O valor económico do leite, o rendimento dos produtores e a rentabilidade das indústrias são por isso muito importantes e têm de ser objeto da atenção, da reflexão e resposta de quem legisla e de quem governa, face ao modelo de desenvolvimento agrícola que queremos para os Açores.

A redução de preços de leite aos produtores praticada na Terceira e em São Miguel, associada às penalizações por suposto excesso de produção, que acontecerá com outras indústrias, não nos deixa indiferentes.

É uma situação preocupante, atendendo à dimensão do impacto nas famílias dos agricultores e na distribuição que promove na economia regional, desde logo porque significa uma perda de 5,5 milhões de euros, cerca de 88% da produção regional.

O lavrador recebe, mas também distribui.

Mas também porque sendo um setor intervencionado por financiamentos públicos o seu sucesso depende da forma como esses recursos são aplicados e dos resultados obtidos.

O setor leiteiro dos Açores não precisa de uma atenção reativa face aos acontecimentos, mas sim de uma atenção preventiva evitando as consequências danosas que deixam os produtores de leite impotentes, pois não podem decidir nem sobre os preços dos fatores de produção que compram, nem do leite que vendem, embora invistam de acordo com os sistemas de apoio que o Governo determina.

Mas por que é que a dimensão da produção leiteira dos Açores é muito importante nos Açores, é importante em Portugal, mas irrelevante no contexto da União Europeia?

Segundo dados estatísticos europeus de 2018, e na União Europeia a 28 estados membros:

Com 23 milhões de vacas foram produzidos 157 milhões de toneladas de leite.

Portugal, com 239 mil vacas produziu 1,2% do total do leite produzido na União Europeia.

Os Açores com 632 mil toneladas de leite produziram 33% da produção nacional, mas apenas 0,4 % do total da União Europeia.

A quantidade irrelevante no contexto europeu e mundial não significa irrelevância económica e social nos Açores, razão pela qual a perda de rendimento dos produtores de leite não pode ser ignorada, bem como o seu impacto económico e social.

Conhecendo a dimensão desse mercado produtor temos de ponderar como queremos lá estar.

Aceitar soluções alternativas e o diálogo direto com os produtores de leite, para avaliar a situação, em cada momento, e apresentar soluções adequadas, é uma obrigação do Governo.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Não aceitamos, por isso, que as soluções para o futuro do setor leiteiro dos Açores sejam tratadas pelo Governo “debaixo de um cesto” porque

o que acontece a seguir é ver o Governo responsabilizar os mercados, as indústrias, as organizações de produtores e os próprios agricultores das decisões que tomou ou que não tomou em devido tempo.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Segundo o Portal do Leite do IAMA em janeiro de 2019 o preço médio pago aos produtores de leite com tanques de refrigeração foi de 29 cêntimos por kg e de 27 cêntimos por kg nos postos de receção.

No continente a mesma média foi de 32 cêntimos em ambos os casos.

Em 2014, por exemplo, os preços eram de 35 cêntimos nos Açores e 37 no continente.

Em fevereiro de 2019 a média do preço de leite na União Europeia era de 35 cêntimos e em Portugal de 32 cêntimos.

Em maio de 2017, na sua primeira grande entrevista, o Secretário de Agricultura afirmava que “um desequilíbrio pode comprometer a fileira do leite e os produtores encontram-se muito desfavorecidos”.

Em abril deste ano surge um Secretário conformado com os reajustamentos que a agricultura açoriana tem de fazer, rejeitando o abate de vacas para alterar a situação do leite, mas sem apresentar soluções viáveis para os desequilíbrios evidentes no setor leiteiro.

O Governo financiou o aumento da capacidade de produção de lácteos de grande consumo e baixo preço, financiou o aumento da capacidade de armazenagem desses lácteos e não a reconversão da indústria de lacticínios para acrescentar valor.

Se olharmos para o ano 2008 e para 2018 a produção de leite passou de 515 milhões de litros para 632 milhões de litros, mais 23%.

Comparando os mesmos anos, neste intervalo de 10 anos, os produtos lácteos que mais cresceram em quantidade foram o leite para consumo público 73%, a manteiga 46%, o leite em pó 13% e o queijo 7%.

Ora os investimentos que o governo apoiou foram no sentido da região ter mais vacas e muito mais leite, mas também mais produtos lácteos baratos, pois no leite para consumo estamos a falar em UHT, e em leite em pó e queijo flamengo.

O POSEI mantém-se orientado para subsidiar o litro de leite, subsidiar a vaca leiteira, e subsidiar a importação de cereais para produzir rações mais baratas.

Qualquer dificuldade que surge no rendimento dos produtores de leite os apoios são: subsídio complementar por vaca leiteira, subsídio por tonelada de fibra, de palha e de luzerna importada.

Quanto mais unidades, mais produção e conseqüentemente mais rateios e limitações orçamentais.

A decisão da UNILEITE de reduzir 1 cêntimo por litro de leite em São Miguel com aplicação de penalização de 6 cêntimos ao excedente de leite entregue, entre maio e agosto de 2019, acima das entregas em 2017 ou 2018, por escolha do produtor, acontece após decisões semelhantes de outras indústrias designadamente na ilha Terceira, desde 2016.

Não se trata efetivamente de uma forma de impedir as entregas, mas sim de penalizar os produtores comprando leite mais barato, facto este que permite comercializar os produtos lácteos a preços ainda mais baixos ou a aumentar a margem bruta das indústrias.

Por outro lado, os fatores de produção que integram a produção de leite não viram, ao longo dos anos, reduções de preço, mas sim o contrário.

Quando o Secretário de Agricultura remete a responsabilidade dos preços de leite para as indústrias quer fazer esquecer a responsabilidade do governo na utilização dos apoios públicos cuja influência no comportamento dos preços é também da responsabilidade do Governo, desde logo porque intervém no preço de leite.

O Governo não pode financiar o aumento da capacidade da fábrica de lacticínios do Pico, onde o preço de leite é extremamente baixo, e a desmotivação dos produtores é uma evidência há muitos anos, assistir à redução das entregas de leite e responsabilizar os produtores do Pico da falta de viabilidade daquela indústria.

O Secretário de Agricultura não pode assistir impávido e sereno à situação da fábrica de lacticínios do Faial, que apresenta sucessivos prejuízos anuais com a falta de leite para a dimensão que tem, e dizer que têm de aumentar a produção e o preço de leite no Faial.

O Secretário de Agricultura não pode assistir impávido e sereno à desvalorização no mercado do Queijo de São Jorge DOP, o queijo certificado com maior relevância no panorama regional, e ao aumento da quantidade em armazém, que já deu origem a queijo com 36 meses de cura, sem a correspondente valorização no mercado que compense o custo de imobilização em stock e o valor intrínseco do produto.

O Secretário de Agricultura não pode dizer que não concorda com o preço de leite na Terceira e com as penalizações aos produtores nem com a redução da produção, sabendo que o preço médio do leite na Terceira foi de 26 cêntimos, em 2018, tendo o Governo financiado de forma sistemática uma indústria para transformar mais de metade do leite recebido em leite em pó.

Que culpa têm os lavradores dessas decisões?

Em São Miguel, com a baixa do preço de leite pela UNILEITE, outras indústrias já se preparam para baixar o preço e ainda hoje anunciado.

Junto das cooperativas e das empresas fornecedoras de serviços e de fatores de produção os produtores manifestam dificuldades financeiras para assegurar uma situação regular e nos bancos pedem a reformulação dos planos de amortização dos financiamentos.

Isto quer dizer o quê Senhor Secretário: que se aumentou a produção de leite dos Açores e que esse gráfico é que interessa, ou é o rendimento disponível, o resultado das explorações e o rendimento dos produtores.

Temos falado neste Parlamento em falta de estratégia no leite e lacticínios dos Açores e o que vai acontecendo dá-nos razão.

É preciso que o Governo tenha uma resposta para os lacticínios em cada ilha e que altere as opções políticas e de apoios de acordo com esse desígnio.

É preciso definir que tipo de explorações leiteiras queremos ter e apoiar, mas também que indústrias são adequadas em cada ilha e dirigidas a que produtos e mercados.

Anunciar programas de abandono e reconversão de atividade para tornar os agricultores mais pobres e mais dependentes sem avaliar o impacto dessas medidas nas famílias dos agricultores e na economia é uma irresponsabilidade.

Recusar o apoio à redução de efetivos bovinos aquando da seca para financiar importação de alimentos para todas as explorações e só agora perceber que as consequências vão continuar, mostra a falta de visão do Secretário Regional de Agricultura.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Retirar vacas leiteiras das explorações não vai evitar o aumento da produção no próximo ano,...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Quem é que disse isso?

**O Orador:** ... mas pode evitar penalizações em 2019 e permitir aos produtores ganhar fôlego para o próximo ano, desde que seja implementada uma estratégia de valorização do preço de leite pela indústria e pelo Governo e outras formas de contenção da produção.

Como vão lidar os jovens agricultores e os agricultores com projetos de investimento aprovados pelo Governo, com projeções de crescimento das

entregas de leite, a um preço determinado, com as atuais reduções do preço de leite e com as limitações impostas pelas indústrias.

Como fica a viabilidade dessas explorações leiteiras, que seguiram as orientações do Governo Regional?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**A lavoura dos Açores está ligada às máquinas!**

**E o Governo está à procura dos meios para fazer o diagnóstico, quando devia ter feito a prevenção da doença.**

Temos muito leite ou pouco mercado?

Sabemos produzir, mas não sabemos vender?

Porque não estamos indiferentes, o Grupo Parlamentar do PSD vai requerer a presença do Senhor Secretário Regional de Agricultura e Florestas na Comissão de Economia para informar este Parlamento sobre as medidas efetivas, que resultarão dos anúncios públicos que fez, para a reestruturação do setor leiteiro através do POSEI para 2020 e do programa de cessação da atividade...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso é que é estratégia! Grande estratégia!

**O Orador:** e reconversão de explorações de leite para carne, e assim avaliar o seu impacto junto dos produtores e das indústrias e qual a afetação de recursos.

O Governo tem de saber o que quer fazer da produção leiteira nos Açores:

Se uma nova cadeia de valor através de novos produtos e mercados e remunerar os agricultores...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** O PSD é que está ligado às máquinas, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... pelos serviços que prestam ao ambiente e ao turismo, com explorações dimensionadas e orientadas para um modelo de produção sustentável e valorizável pelas indústrias e pelos mercados;

Ou se quer,

Potenciar ao máximo a produção agrícola de forma intensiva de produtos lácteos altamente competitivos pelo seu baixo preço, optando por financiar...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso é *show-off*!

**O Orador:** ... a importação de fatores de produção, o aumento da produtividade por vaca e por hectare, sem preocupação para outros impactos daí resultantes;

O que está acontecendo é o pior dos dois mundos: aceitar todas as soluções e financiá-las com dinheiros públicos da mesma forma!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não queremos a lavoura nos cuidados continuados!

Tenho dito.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado António Almeida.

Vamos dar seguimento e vai falar-nos o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, João Ponte.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sr. Presidente em exercício, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Aqui estou,...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Diretamente de Bruxelas

**O Orador:** ... aqui está o Governo Regional dos Açores, que se apresenta neste debate de urgência disponível para o confronto de ideias e propostas, que se querem construtivas e exequíveis,...

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)*

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ainda não disse nada!

**O Orador:** ... em defesa dos agricultores e do setor do leite na Região.

Esta é, na verdade, mais uma boa oportunidade para se fazer um balanço da ação governativa e dos seus resultados.

Este é o momento para se refletir, com rigor e sem demagogias, sobre os desafios e as perspetivas futuras da principal fileira do setor agrícola,...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Mais um balanço! Se a gente não tomar um comprimidinho para o enjoo, é terrível!

**O Orador:** ... que vive tempos de readaptação face às novas contingências do mercado do século XXI.

Este debate de urgência acontece um ano após o último realizado nesta Assembleia sobre a produção de leite e de lacticínios nos Açores – Estratégia pós 2020, pelo que importa avaliar o que se passava nessa altura e o que, entretanto, aconteceu.

Encontrávamo-nos numa conjuntura de crescimento de quatro cêntimos no preço do leite pago à produção nos 15 meses anteriores e de aumento do volume de negócios das indústrias em 4%.

Tínhamos aprovado recentemente 230 projetos de modernização de explorações de produção de leite, com um investimento de 20 milhões de euros e 37 projetos de instalação de jovens agricultores nesta fileira.

Entre outras medidas, promovemos investimentos significativos no reforço e melhoramento das infraestruturas agrícolas, facilitando acessos, melhorando a disponibilidade de água e permitindo, por exemplo, que mais de 40% do leite recolhido seja leite refrigerado, com impacto positivo no rendimento dos produtores.

Passados 12 meses, aqui estamos novamente para avaliar os múltiplos e novos desafios que a produção de leite atravessa nos Açores e prontos para dar conta do que foi feito.

Para se avaliar precisamos de factos, dados e evidências da real situação do setor, importando sobrelevar o que de mais significativo se registou nos últimos 12 meses:

- Neste período, a produção de leite cresceu (é verdade!) 3,6% e a produtividade média por exploração também cresceu 5%;

- O preço médio pago à produção, últimos dados deste mês de fevereiro passado, que atualmente é 28,5 cêntimos, cresceu cerca de 1%, mas ainda está aquém dos preços praticados no continente e na Europa;

O desejável seria que estas diferenças fossem mínimas ou anuladas, mas, na verdade, elas sempre existiram, mesmo em períodos anteriores ao fim das quotas leiteiras.

- No mesmo período a receita da produção de leite cresceu 7,3%;

- O volume de negócios das indústrias de lacticínios em 2018 aumentou 5%;

- Foram recentemente aprovados mais de uma centena projetos de modernização de explorações de produção de leite, num investimento de 13 milhões de euros, e três dezenas de projetos de primeira instalação de bovinicultura de leite;

Estes últimos dois indicadores são bem relevadores da capacidade de atrair jovens agricultores, do otimismo e da confiança no futuro da produção de leite na Região.

Dão, também, boa nota da vontade dos agricultores investirem na modernização das suas explorações, criando melhores condições de manejo do efetivo e de trabalho, sendo ainda uma das formas de procurarem aumentar a eficiência e o rendimento disponível das suas explorações.

- Reforçamos e melhoramos as infraestruturas agrícolas de abastecimento de água e caminhos;

- A IROA encetou a avaliação das necessidades de abastecimento de água às explorações agrícolas e a definição de planos de ação;

- Através do ProRural+ criamos condições para os agricultores reforçarem a capacidade de armazenamento de água que, como sabem, é muito útil no verão à pecuária;
- Abrimos também 14 avisos no ProRural+ destinados a financiar projetos pilotos e de inovação na agroindústria;
- Aprovamos, através do RICTA, a aquisição de mais 200 hectares de terras agrícolas, permitindo um reforço do emparcelamento;
- O CALL – Centro Açoriano de Leite e Lacticínios, continua a desenvolver o estudo comparativo do leite dos Açores com o leite nacional e internacional, e decorre o processo para reconhecimento da manteiga dos Açores através de uma DOP;
- Aprovamos o Plano Estratégico para a Agricultura Biológica, que, em complemento com as majorações já introduzidas no POSEI, se esta for a aposta das indústrias, irá estimular a produção de leite biológico nos Açores, com benefícios ambientais, de saúde e também como uma oportunidade de valorização das produções.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Importa ainda referir que o setor leiteiro está a recuperar das consequências provocadas pela seca que afetou a Região, prejudicando sobremaneira o rendimento das explorações.

Não fossem as ajudas decididas pelo Governo Regional, em mais de cinco milhões de euros, para apoio à aquisição de alimentos e para compensar os prejuízos nas produções, os resultados seriam dramáticos para muitos agricultores.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem! Bem lembrado!

**O Orador:** Aliás, a forma como os produtores e o Governo responderam a esta situação, é mais um exemplo que confirma que o trajeto positivo da produção de leite nos Açores é o resultado de muito esforço e profissionalismo de

diferentes gerações de agricultores, que apostaram e se empenharam na produção de leite, investiram na modernização, na genética, na melhoria da eficiência das suas explorações, com vista ao crescimento dos seus rendimentos.

Negar estas evidências, como faz recorrentemente o principal partido da oposição, apenas pela ânsia de criticar a ação do Secretário e do Governo, é, sobretudo, desvalorizar o trabalho e a capacidade conjunta de milhares de agricultores, das organizações de produtores e da agroindústria,...

**Deputado Mário Tomé (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... que foram superando muitos dos diferentes desafios e constrangimentos desta fileira.

Constrangimentos acrescidos para os lavradores da ilha Terceira, com a limitação da produção ao ano de referência de 2015 e do preço do leite pago ao produtor, com impacto negativo no seu rendimento.

Ou, no caso de muitos produtores de leite na ilha de São Miguel, que foram recentemente confrontados com uma descida, inesperada e em contraciclo, de um cêntimo no preço.

Bem sabemos que descidas e subidas do preço do leite sempre aconteceram, mas é por demais evidente que o preço do leite é cada vez mais influenciado pelos mercados internacionais.

Por vezes, a distribuição utiliza uma estratégia de preços baixos, comprometendo toda a cadeia de valor, chegando ao produtor de forma violenta e não tendo em conta as suas circunstâncias.

Por isso, na discussão recorrente dos preços de leite pago à produção, importa garantir a sustentabilidade de toda a fileira e assegurar também a saúde financeira das indústrias, para que estas possam corresponder aos seus compromissos.

É uma má estratégia pensarmos que podemos ter indústrias fortes e explorações sem sustentabilidade ou produtores com rendimento assegurado, mas indústrias pouco sustentáveis.

É, pois, a altura certa para unir esforços e concentrar energias no objetivo que a todos deve nortear: construir, dia a dia, uma fileira do leite cada vez mais sustentável, que capte as novas gerações e que seja compensadora para todos aqueles que dela fazem a sua vida.

Mas, sobretudo, queria destacar que aquilo que o Governo Regional tem defendido em termos de estratégia é a melhoria do rendimento dos agricultores e isto só é garantido com o aumento da receita e/ou com a redução de custos das explorações.

Sabemos, por isso, para onde ir!

Daí que o Governo Regional continuará empenhado em construir as melhores soluções, que permitam valorizar as produções agrícolas, melhorar a eficiência e a rentabilidade das explorações, de modo a garantir a sustentabilidade futura do setor.

Para isso, vamos continuar a criar melhores condições de trabalho aos agricultores, para reduzir os custos de produção, disponibilizar instrumentos, sejam técnicos ou financeiros, para continuar a modernizar o setor agrícola.

Vamos, igualmente, continuar a apoiar a indústria a acrescentar valor aos seus produtos. A atenção das indústrias deve estar centrada na inovação, em antecipar as respostas às tendências dos consumidores e na procura de novos mercados.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Antecipar é o que os senhores fazem cada mais!

**O Orador:** Consumidores que estão cada vez mais disponíveis para valorizar produtos de qualidade, produzidos à base da pastagem, que respeitem o bem-

estar animal, que estão associados a práticas agrícolas amigas do ambiente e que mitigam as alterações climáticas.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** O senhor já aprendeu a trabalhar com as Associações Agrícolas! Chegou cheio

**O Orador:** É preciso olhar em frente. É preciso fazer das dificuldades oportunidades para nos fortalecermos, avançarmos e vencermos.

Para este efeito contamos com o Plano da Região, que reconfirma a agricultura como uma prioridade, reforça a confiança dos agricultores e apresenta novas medidas e melhores propostas para continuarmos a superar os desafios.

Recursos que, conjugados com o POSEI e o PRORURAL+, permitem melhorar as condições de trabalho dos agricultores e ajudar as indústrias a acrescentar valor às suas produções.

Temos perfeita consciência da dimensão do desafio com que o setor leiteiro está confrontado, por isso vamos continuar a implementar medidas que ajudarão a reduzir os custos, a reestruturar o setor e a melhorar o desempenho das explorações agrícolas. Refiro, por exemplo, algumas:

- Estamos a concluir um novo programa de apoio à modernização da agricultura, o PROAMA+, que visa participar projetos de investimento até 10 mil euros;
- Aprovaremos em breve o programa Jovem Agricultor, que será mais um instrumento para atrair mais jovens ao setor;
- Lançaremos o programa i9AGRI, que impulsionará práticas inovadoras nas explorações agrícolas que ajude à diminuição dos custos de produção;
- Já apresentamos aos parceiros do setor um novo regime jurídico para a cessação da atividade agrícola, mais atrativo e com melhores condições para uma saída condigna dos produtores mais idosos, que promova o rejuvenescimento, o reforço do emparcelamento e das áreas produtivas na diversificação da atividade agrícola;

- Aprovaremos o Estatuto da Pequena Agricultura Familiar nos Açores, com vista a salvaguardar as pequenas explorações de tipologia familiar no meio rural, tornando-as mais atrativas para as novas gerações;

O Governo Regional está e continuará a trabalhar com a Federação Agrícola noutras medidas que possam contribuir para reestruturar a produção de leite e, ao mesmo tempo, melhorar a eficiência das explorações leiteiras.

Refiro-me, por exemplo, às alterações a propor ao programa POSEI 2020, aplicando novos critérios no âmbito das ajudas, que desincentivem a produção intensiva ou permitam, em determinadas condições, a reconversão de explorações, da produção de leite para a carne.

Todas essas medidas têm também como objetivo o reforço da competitividade da fileira do leite.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Queremos que estas medidas ajudem a prosseguirmos o percurso feito pelo setor agrícola nos Açores, em termos de modernização, inovação e qualidade das produções para assegurar uma agricultura mais competitiva e rentável.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Perseguir é isso que o senhor faz!

**O Orador:** O percurso que a produção de leite fez na Região nas últimas décadas, apesar dos constrangimentos e dificuldades, não é algo de menor importância, mas um fator de esperança, não é apenas memória, mas inspiração para, em união de esforços, vencermos os desafios no futuro.

O Governo Regional tem perfeita consciência que nem tudo está feito!

Mas o bom caminho faz-se caminhando e estamos motivados, disponíveis e confiantes que é possível continuar a alavancar o potencial do nosso setor leiteiro e procurar a melhoria do rendimento dos nossos agricultores.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições para o debate. Aproveito para informar esta Assembleia que se encontra na galeria um grupo de alunos formandos da Escola Profissional da Horta, a quem damos as boas-vindas e que vão acompanhar parte do nosso debate.

*(Aplausos da Câmara)*

Agora vou dar a palavra à Sra. Deputada Mónica Rocha.

(\*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A problemática que hoje debatemos nesta Casa sobre o rendimento dos produtores de leite é por demais pertinente, quer pela forma como afeta aquele é que um dos principais vetores da nossa economia, quer pela forma como toca e atinge os homens e as mulheres da terra.

É por demais preocupante ver que a nossa agricultura, com todo o seu valor e acima de tudo todo o seu potencial, vive dias conturbados e está longe da serenidade merecida.

Num tempo e num contexto regional onde se vive um clima de incremento social e económico, um espírito de convergência atestado por diferentes setores e indiferentes indicadores, onde a atuação do Governo Regional prima pela potenciação de uma realidade alicerçada na coesão social, no ideal de crescimento, na evolução e desenvolvimento próspero, mas acima de tudo e mais importante sustentável do povo destas nove ilhas da Região;

Quando se investe na complementaridade de estratégias de instrumentos ou mecanismos em prol do fortalecimento da economia, quando defendemos que o

turismo, a agricultura e o ambiente devem caminhar lado a lado no objetivo comum de dar e de demonstrar o que de melhor temos para quem nos visita...

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... proporcionando um tempo e uma experiência inesquecível que instiga ao retorno, ao regresso às nossas ilhas;

Quando colocamos ao serviço dos empresários sistemas de incentivos únicos como o COMPETIR +, ou medidas de apoio ao acesso aos mercados e à internalização, ou quando criamos uma marca que tem como exclusivo objetivo distinguir, valorar e levar os nossos produtos e os Açores além fronteiras, enfim, por tudo isto e muito mais, mostramos a nossa profunda preocupação e inquietação por não conseguirmos afirmar que o setor do leite é um setor firme e estável,...

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... e que os Açores rumam em contraciclo no domínio da Europa. Por fim, vemos que esta ainda enfrenta graves desafios, que vive novas contingências e que se vê limitado na sua capacidade de fazer aquilo para que está capacitado e destinado, que é produzir o melhor leite da Europa, quiçá do mundo.

Sras. e Srs. Deputados, para o Partido Socialista este debate assume importância e pertinência por três ordens de razão:

Primeira, porque preocupa-nos a recorrência do problema em ilhas como a Terceira, a Graciosa e agora mais recentemente São Miguel;

Segunda, porque preocupa-nos a falta de entendimento e de diálogo entre as partes;

Terceira, porque preocupa-nos a distância que se acentua na resolução ou conquista de solução numa disputa cega da exclusividade de dores e de problemas.

Sras. e Srs. Deputados, não queremos julgar ou atribuir culpas, mas também não podemos assistir de braços cruzados mediante a perda substancial do rendimento dos produtores desta Região e por isso apelamos para que se façam algumas cedências, que se assumam compromissos e que se instale o sentimento de respeito pelo valor e trabalho de cada um e de todos, porque ninguém consegue vingar isolado ou teimando em excluir ou reconhecer o valor de uma das partes.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Aqui podemos dizer que através do CALL a produção deu um sinal de boa vontade e de procura de soluções que a médio e a longo prazo responderão à necessidade de diminuir custos, de acautelar níveis de produção adaptados à procura,...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** O Sr. Secretário acabou de dizer que estava tudo bem! Essa intervenção é de hoje? Não deve ser de hoje!

**A Oradora:** ... de equilibrar a balança entre a produção e as expetativas da indústria.

Por hora, julgamos ser oportuno um sinal de mudança, de estratégia comercial por parte da indústria, que assente na valorização, na inovação e criação de produtos apetecíveis e desejados por outros mercados e por novos consumidores e existem exemplos claros, como é Queijo Milhafre, entre outros, que permitiu perceber ou comprovar que a resposta está à nossa frente e que o caminho pode ser este ou deve ser este.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Neste contexto importa referir que o Governo Regional procurou ouvir as partes, os desafios e as expetativas de todos, procurou promover um ambiente de entendimento e de comunicação por forma a que num futuro muito próximo possamos alterar o rumo deste problema e os seus efeitos a médio prazo.

Procurou igualmente rentabilizar os recursos em prol de uma ação pró-ativa, mas também reativa face a constrangimentos graves que exigiam respostas rápidas, efetivas e acima de tudo consequentes.

Procurou igualmente no contexto imediato de redefinição de políticas em matéria de desenvolvimento rural e definição de prioridades, criar um documento fundamental que consubstancia propostas concretas de futuro.

O Governo Regional nunca renunciou uma postura assertiva e defensiva dos interesses da Região. Nunca abdicou de construir este futuro e a mudança com os parceiros do setor.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Nunca desistiu de se fazer ouvir em toda e qualquer instância e sempre e em qualquer oportunidade.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Todavia e apesar deste trabalho e deste esforço e empenho do Governo, acreditamos que o problema e a solução do setor do leite passam por uma reforma estrutural e, por isso mesmo, recomendamos e transferimos muita da responsabilidade na intervenção que a Europa já devia ter tido e que sem demoras deve ter na construção, organização e regulação de mercados comuns, na criação de mecanismos de proteção da volatilidade dos mercados, dos humores ou estratégias divisionistas de outros países que comprometem o segmento do leite e laticínios, na potenciação de instrumentos como a rotulagem, a demonização de origem ou até o então importante combate a contratos e a posturas desleais entre a comercialização e a produção.

Em suma, afirmamos e reafirmamos que os grandes decisores, os que compõem o universo da Europa, da Europa da coesão, da Europa de equilíbrios de forças, da partilha de recursos e de distribuição equitativa de bens e riqueza, não pode permitir que este problema persista.

Não pode compactuar com um diferencial de 421 milhões desde 2010, ou na diferença anual de 601 milhões entre Portugal e os restantes Estados Membros.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Este é um facto, no mínimo, chocante e vergonhoso.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Partido Socialista quer dizer em alto e bom som, e sem pudor, que nós somos um Estado Membro, nós fazemos parte do sistema e da equação, nós não podemos continuar a ser o parente pobre nesta família, nós não podemos continuar a servir só para equilibrar, desempatar ou avaliar por baixo o valor e a qualidade da nossa matéria-prima, do nosso produto, do trabalho dos nossos agricultores.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Ao ponto de pedir a defesa da honra!

**A Oradora:** Termino a afirmar que o Partido Socialista se apresenta a este debate, tal como ontem, hoje e amanhã, para continuar a construir, lado a lado, uma Região e uma agricultura que nos orgulhamos.

O Partido Socialista está e estará sempre ao lado da mediação, da decisão consensual, assumida por todos e não responde a agendas políticas que nada contribuem e acrescentam, mas sim ao lado de quem com espírito de entreatajuda...

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Isso!

**A Oradora:** ... ou solidariedade nas alturas que realmente pedem ou merecem união de esforços ao invés de ciúmes.

Este problema merece humildade e não luta de egos; merece contenção na postura e nas palavras até porque já o provérbio dizia “quem falar sem cuidar é atirar sem apontar”.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** No caso é falar para agradar, atacar tudo e todos, numa postura condescendente de quem acha muito sobre tudo, de quem acha tudo e que tudo sabe, mas que no final acerta em muito pouco.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Está a falar do Governo certamente!

**A Oradora:** Sras. e Srs. Deputados, defendemos uma agricultura que reflita no seu justo rendimento o esforço e o trabalho de gerações inteiras que investiram na manutenção e riqueza do nosso capital real,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** É verdade! Tem toda a razão! É pena que não a valorize!

**A Oradora:** ... quer sob a forma de um desejável e saudável copo de leite, uma deliciosa manteiga, um pecaminoso queijo que atenta os nossos olhos e desperta os nossos sentidos, transportando-nos para uma pastagem fresca e uma paisagem deslumbrante.

É isto que os nossos produtores valem.

É isto que acreditamos que tem valor.

É por tudo isto que vamos lutar.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Não sei como é que o Sr. Secretário da Agricultura vai responder à Sra. Deputada Mónica!

*(Diálogo entre o Deputado Bruno Belo e o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada Mónica Rocha.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel, do CDS-PP.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como o CDS sempre defendeu, a agricultura é e deverá continuar a ser o principal pilar de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, assumindo o setor do leite um papel preponderante para a nossa economia.

O modelo adotado no passado na Região, de incentivo ao aumento da produção de leite, com ajudas à quantidade, ficou ultrapassado e obsoleto.

Insistir nesse modelo foi um erro, que levou a que agora os nossos produtores estejam a pagar multas e a sofrer penalizações por excesso de produção.

Como o CDS tem vindo a defender, a competitividade do nosso setor leiteiro está dependente de aspetos fundamentais como:

- a redução dos custos de produção, apostando nos nossos recursos endógenos;
- a aposta na transformação do leite em outros produtos lácteos, acrescentando-lhe valor;
- a valorização da qualidade do nosso leite e da excelência das suas características nutricionais, derivadas da alimentação dos animais em pastagem;
- E, ainda, da procura de novos mercados.

E sobretudo, é preciso não voltar a repetir os erros do passado, nomeadamente no que diz respeito ao apoio à estabulação permanente, da qual o CDS discorda frontalmente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Neste momento, assistimos à degradação do preço do leite para níveis históricos, ao mesmo tempo que os nossos produtores enfrentam penalizações por excesso de produção.

*(Diálogo entre o Deputado Bruno Belo e o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares)*

**Presidente:** Srs. Deputados, está no uso da palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

**O Orador:** Srs. Deputados, posso continuar com a minha intervenção?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O PSD está muito excitado! O senhor excita-se sempre que estamos a falar, é uma coisa engraçada!

**O Orador:** Primeiro, ficamos a saber que a UNICOL iria aplicar penalizações superiores a 4 cêntimos por cada litro de leite entregue para além do limite fixado para 2018, afetando assim cerca de metade dos 750 produtores de leite associados à UNICOL.

É urgente que se acabe, de uma vez por todas, com o monopólio do setor do leite na ilha Terceira e, a este respeito, é preciso recordar que há 10 anos que está prometida uma nova fábrica de laticínios para a Terceira.

Agora, sabemos também que a UNILEITE, para além de baixar o preço do leite pago à produção em 1 cêntimo por litro, irá aplicar limites à produção de leite a partir de maio e durante quatro meses, com penalizações de 6 cêntimos por litro de leite para os produtores que excederem a produção. E ainda hoje soubemos que também a BEL irá reduzir o preço do leite pago ao produtor.

Sras. e Srs. Deputados:

Nestas condições não se pode exigir leite de qualidade;

Nestas condições não se conseguem atrair jovens para agricultura e para o setor do leite, nem garantir novos investimentos no setor;

Nestas condições estamos a estrangular o setor do leite e condenar ao insucesso os nossos produtores e a comprometer os seus rendimentos;

Nestas condições estamos a colocar em causa a base da nossa economia.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** O Governo deveria ter tido a capacidade de antecipar este cenário e de impedi-lo.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O Governo não baixa o preço!

**O Orador:** É necessária uma nova estratégia urgentemente, porque continuar a baixar o preço do leite não só é ineficiente, como estrangula o setor e traz graves prejuízos aos nossos produtores.

É necessário reequilibrar o mercado excedentário de produtos lácteos e é fundamental encontrar alternativas à baixa de preço do leite.

É preciso não esquecer que este é um setor que continuará a ser severamente afetado pelos efeitos das alterações climáticas globais, nomeadamente por secas, e que, por isso, são necessárias medidas para adaptar a nossa Região a esta nova realidade, em vez de arranhar apenas apoios para comparticipar e compensar os prejuízos que apesar de tudo são pagos tarde e a más horas.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Sra. Deputada Mónica Rocha, há muito tempo que o CDS vem alertando para a eminência da aplicação de penalizações aos nossos produtores por excesso de produção de leite.

**Deputado Francisco César (PS):** Conseguiu escrever isso tudo neste espaço de tempo?

**O Orador:** Por isso mesmo, em 2016, apresentamos um Projeto de Resolução para pagamento único aos produtores de leite açorianos, onde se previa que o pagamento do POSEI à produção e à vaca leiteira e que o pagamento passasse a ser feito em função de um valor fixo por produtor, sendo que esse valor deveria ser calculado com base no melhor valor de últimos 3 anos, decrescido de 5%.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** O CDS tinha o apoio do setor!

**O Orador:** Esse Projeto de Resolução previa ainda que cada produtor pudesse optar pela redução até 20% da sua produção e do seu efetivo, sem penalização no pagamento do POSEI à produção e à vaca leiteira.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Quem é que disse isso?

**O Orador:** Aliás, essa é também a solução que a Federação Agrícola dos Açores vem defender, pena é que tenham demorado 3 anos para vir a dar razão ao CDS.

O Partido Socialista, Sr. Deputado Francisco César, chumbou essa proposta...

**Deputado Francisco César (PS):** Isso já estava escrito!

**O Orador:** ... porque alegadamente teria melhores soluções, mas, ao que parece, afinal não tinha. Enquanto o Governo não sai deste estado letárgico, infelizmente a nossa lavoura vai ficando cada vez mais asfixiada.

A solução passa inevitavelmente por sentar à mesa, de forma responsável, a Lavoura, a Indústria e a Tutela. Só assim se podem arranjar soluções para este problema e para defender a nossa lavoura, pilar fundamental da nossa Economia.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Alonso Miguel.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate aqui trazido pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata sobre a perda dos rendimentos dos produtores de leite dos Açores, mais uma vez referimos e afirmamos, tem efetivamente o seu epicentro nas políticas europeias.

O fim das quotas leiteiras foi, e é, a origem deste problema.

Este facto representa a satisfação dos interesses das grandes empresas do setor do leite do centro e norte da Europa, aliás na mesma lógica e geografias que assistimos também no setor da banca.

Esta lógica cega do mercado, seguida por distintos representantes nesta Casa, constitui um desastre para os Açores e para a mais importante atividade económica da Região.

No caso concreto em questão, a responsabilidade por este caminho é de vários Governos da República do Partido Socialista e do PSD e CDS que trocaram por lentilhas uma fileira da agricultura do país e dos Açores em particular.

Em todo este processo o Governo Regional tem tido uma posição errática, ora apelando ao aumento da produção, ora apelando à sua redução.

No passado ano de 2018, e num cenário de baixa do preço de leite e de intensa seca, foram produzidos nos Açores mais 21 milhões de litros de leite, ao mesmo tempo que se anunciavam medidas para a reforma antecipada de produtores entre outras medidas para o setor.

Não se percebe assim qual é a política do Governo Regional para o setor.

Tem sido discutido nos Açores e nesta Casa, por anos a fio, e por diversas vezes, a diversificação, a necessidade da diversificação dos produtos lácteos com vista ao desenvolvimento de novos produtos de maior valor acrescentado, mas a verdade é que a maioria da produção continua a ser o normal leite de consumo, o leite em pó e o queijo em barra.

No meio desta crise anunciada é o Governo Regional que apoia financeiramente a estabulação de vacas, um caminho oposto ao que deve ser seguido com vista ao aumento da qualidade dos produtos.

Ouvimos ainda, em plena crise do setor, o Sr. Diretor Regional da Agricultura a dizer que estamos perante resquícios da tempestade perfeita.

Ao mesmo tempo é anunciada a intenção de ser construída uma nova fábrica de transformação de leite, sem que se perceba qual é a estratégia do Governo para este projeto e para a indústria em geral.

E porque a indústria é central na criação do valor ao leite, pergunto ao Sr. Secretário da Agricultura: qual é a política do Governo sobre o setor industrial do leite?

As empresas ligadas à transformação têm recebido avultadíssimos apoios financeiros públicos.

Qual é o critério para o apoio ao investimento na indústria de lacticínios?

Neste momento de crise e perante o anúncio de uma nova fábrica, qual é a política que pretende seguir o Governo a partir de agora? Mais dinheiro público para produzir os mesmos produtos de baixo valor acrescentado ou apoios para projetos diferenciados de valor acrescentado?

Para além dos contextos de mercado negativos da atualidade, que exigem medidas para mitigar no imediato a perda de rendimentos, e por isso são bem-vindos obviamente os apoios governamentais nessa área, é imperioso exigir da União Europeia apoios adicionais no quadro das RUP para compensar os malefícios para os Açores das políticas da mesma União Europeia.

Mas temos também de preparar o futuro.

É necessário no setor uma aliança com conhecimento, com a tecnologia, para desenvolver novas formas de produção que permitam baixar custos e melhorar os produtos.

O futuro, e infelizmente, são também as alterações climáticas que representam uma enorme mudança em várias áreas e em especial na agricultura que será certamente afetada por elas.

Temos dois anos de seca e temos que responder a estes novos desafios para que o setor possa também se adaptar ao que poderá ser o novo cenário climático nos Açores.

Fica a pergunta: o que está o Governo a fazer para preparar as alterações climáticas e os seus impactos na agricultura e no setor do leite?

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Corvelo, do Partido Comunista Português.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A liberalização do mercado do leite decidida a nível da União Europeia, liberalização esta, registe-se, tão do agrado da direita, mas também do PS, ou pelo menos com a complacente compreensão dos seus eurodeputados veio colocar sérios e gravíssimos problemas ao setor na nossa Região.

Com o final das quotas leiteiras e a conseqüente liberalização do mercado os produtores viram-se como era previsível e inevitável confrontados com a necessidade de fazer investimentos de alguma monta no sentido da modernização dos seus equipamentos tendo em vista poderem produzir e concorrer num mercado liberalizado, isto partindo é claro do pressuposto que assim poderiam produzir mais e melhor e assim enfrentar a concorrência feroz do mercado europeu.

Contrariando tais expetativas é exigido, sim, aos produtores que produzam menos isto apesar da produção nacional ser hoje bastante inferior aquela que era quando existiam as quotas leiteiras.

São estes os ditames das leis do mercado liberalizado defendido tão acerrimamente pela direita e que estão a conduzir muitos produtores a uma situação aflitiva de pré-ruína das suas explorações e naturalmente a obrigá-los e desistir e arranjamem outras alternativas.

Com as exigências que são impostas torna-se impossível aos produtores diluir os seus custos fixos através de um aumento de produtividade e do volume de leite produzido vendo-se assim os produtores num autêntico beco sem saída.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No início do corrente ano o preço médio pago ao produtor na União Europeia por quilo de leite era na ordem dos 35 cêntimos, preço este que baixava no caso de Portugal continental para os 31 cêntimos e quanto à nossa região baixava ainda mais, ou seja, reduzia-se a 29,8 cêntimos.

Mas se esta diferença de preços já era por si só merecedora de indignação no caso dos Açores ela não se fica por aqui.

Segundo as notícias vindas a público no caso de S. Miguel a UNILEITE – União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios da Ilha de São Miguel, a fim de fazer face aos resultados negativos dos últimos anos decidiu já este mês descer um cêntimo no preço do leite pago ao produtor e para agravar ainda mais a situação dos produtores decidiu aplicar uma penalização de seis cêntimos pelo excesso de produção e durante os próximos quatro meses. Isto sendo, registre-se uma União de Cooperativas naturalmente dirigida no sentido de proteger ao máximo os interesses de todos os seus cooperantes.

A necessidade de adoção deste tipo de medidas por parte de uma União de Cooperativas é elucidativa quanto à situação de crise que se vive no setor, vítima sublinhe-se das políticas neoliberais que ditaram a liberalização do mesmo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se este caso é paradigmático e elucidativo da crise que o setor atravessa que dizer então da situação dos produtores das restantes ilhas do nosso arquipélago?

O caso dos produtores da Ilha Terceira é certamente digno de registo pela negativa. Para estes o preço do leite sofre ainda um corte adicional de 4 cêntimos ficando a cerca de 24 cêntimos por quilo e colocando os produtores terceirenses numa situação de discriminação em relação aos restantes produtores da região, mas como se tal não bastasse os produtores terceirenses estão ainda a ser multados com uma penalização de 4 cêntimos sobre o excesso de produção em 2018 face aquilo que estava contratado.

Este tipo de multa sobre o excesso de produção chega nalguns casos os 20 mil euros e como é evidente e tudo indica poderá ser a causa do encerramento de muitas explorações, caso não hajam medidas concretas e específicas que defendam os agricultores face ao monopólio da PRONICOL, pertencente à LACTOGAL que naquela ilha dita as suas leis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não basta propagandear aos quatro ventos a excelência dos produtos dos nossos lacticínios e continuar a assobiar para o lado enquanto os nossos produtores são paulatinamente asfixiados.

O Governo não pode continuar a assistir passivamente como no caso da Ilha Terceira ao abuso da situação de monopólio da PRONICOL sem nada fazer no sentido de proteger os produtores daquela Ilha.

No caso concreto da Ilha Terceira impõe-se com carácter de urgência que seja criada uma alternativa que acabando com a situação de monopólio existente liberte os agricultores produtores de leite das imposições a que neste momento são sujeitos por parte da indústria.

Se no caso da Terceira se impõe investir para pôr um ponto final num monopólio outros casos existem na região nomeadamente no sector cooperativo em que em nome da defesa do setor e dos produtores é urgente a modernização das fábricas existentes de modo a salvaguardar quer a rentabilidade das mesmas

quer os interesses dos produtores e garantir a sua futura viabilidade, bem como a viabilidade das explorações produtoras.

Para nós PCP que sempre nos batemos nas instâncias europeias em defesa dos interesses dos nossos produtores, que sempre condenámos firmemente o fim das quotas leiteiras cujas consequências eram de todo previsíveis se há que continuar a lutar com toda a firmeza nas instâncias europeias em prol dos nossos agricultores produtores de leite há também que tomar medidas concretas fazendo os investimentos que se impõem no sentido de defender no quadro atualmente existente os nossos produtores.

É pena que as forças políticas responsáveis pela viabilização de medidas a nível Europeu, que conduzem à ruína os nossos produtores só mais tarde e perante as consequências se lembrem de portas adentro, vir chorar sobre o leite derramado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Vêm tarde é certo, mas mais vale tarde que nunca e estão sempre a tempo de corrigir o erro.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado João Corvelo.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado António Almeida, do Partido Social Democrata.

(\*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em boa hora o Grupo Parlamentar do PSD trouxe a esta Casa a problemática da perda de rendimento dos produtores de leite nos Açores, porquanto nos apercebemos de que em sintonia estão os diversos partidos com assento neste Parlamento, inclusive o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, à qual subscrevia a intervenção da Deputada Mónica Rocha relativamente às preocupações, à situação atual da agricultura e do setor leiteiro em particular, e aos desafios que se confrontam.

Ela acaba por confirmar, ao contrário do que disse aqui o Sr. Secretário Regional, de que há um conjunto de problemas que não foram ultrapassados...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... e estamos ano a ano, momento a momento, à procura de soluções que não aparecem.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Chamam-se desafios!

**O Orador:** Gostaria também de vos deixar aqui uma nota, Srs. Deputados.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Pensava que ia apresentar soluções!

**O Orador:** Sr. Deputado, já lhe respondo, como respondo também ao Sr. Secretário Regional.

O nosso contributo é pela positiva, é pelas propostas, não é apenas para denegrir ou realçar aspetos negativos da governação.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Sr. Secretário não estava cá na terça-feira, mas ouvi da boca do Sr. Deputado André Bradford as referências às importantes propostas que aqui apresentei sobre a Reforma da PAC, sobre a negociação da reforma da PAC. Portanto, não é verdade que a nossa postura seja negativa, mas sim positiva.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

Nós queremos respeito pelo Parlamento e queremos que o Sr. Secretário Regional faça disso o motivo do seu interesse, estando no Parlamento.

Vou recordar que em fevereiro de 2018 foi aprovada nesta Assembleia uma resolução por iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a recomendar ao Governo que, junto da Comissão de Economia, retrate as propostas, as iniciativas e todos os documentos conducentes...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não foi bem assim!

**O Orador:** ... à análise, à negociação, à discussão do impacto das medidas da União Europeia, das propostas no âmbito da reforma da PAC e do Quadro Financeiro Plurianual.

O que nós queremos é que o Sr. Secretário Regional respeite isso e quando vamos requerer a vinda dele à Comissão é porque o Sr. Secretário anuncia, sem detalhe, uma revisão do POSEI de 2020 (naturalmente um instrumento financeiro), sem avaliar e sem dar nota do impacto dessas medidas. Achamos que deve fazê-lo no seio da Comissão de Economia, achamos que um programa de cessação da atividade, cujo impacto não está avaliado, nem está discutido, deve ser feito também no âmbito do Parlamento.

Eu gostava de dizer que o Sr. Secretário respeita, tal como nós respeitamos, os parceiros sociais. Pois o entendimento do Sr. Secretário Regional relativamente ao diálogo com a Federação Agrícola dos Açores é também o nosso. É por isso que o Presidente da Federação Agrícola dos Açores diz que há lavradores que estão a perder dinheiro com o leite e não é só aqueles que não têm água e luz nas explorações, ou seja, há explorações que estão equipadas e modernizadas, mas que estão a perder dinheiro.

O Sr. Presidente da Federação disse em Conselho Regional da Agricultura: o Governo tem que repensar nos próximos anos o investimento que vai ser feito na indústria de lacticínios da Região. Dois exemplos, de que as decisões do Governo em termos de política para o setor leiteiro não são combatíveis com os desafios atuais e futuros desse setor na Região.

Portanto, o Governo, apesar de há dois anos o Sr. Secretário Regional ter diagnosticado as debilidades dos produtores de leite e da fileira do leite e lacticínios, desde então até agora nada resultou para inverter essa situação.

Aliás, digo mais!... Em novembro de 2018 o Governo dizia: desafio os agricultores a diminuírem a dependência dos apoios, apostando na redução de custos nas explorações e na valorização das produções.

E o que temos assistido é precisamente o contrário: o Governo preocupado em distribuir dinheiro, em encarar os agricultores não por via da resolução dos problemas estruturais, mas sim “tapar o sol com a peneira”.

É contra esse tipo de atitudes que nós estamos. Nós queremos ações consertadas, queremos investimentos adequados, queremos que se altere rapidamente e de forma urgente a forma como o Governo lida, quer com a indústria de lacticínios, quer relativamente aos mercados e quer relativamente aos produtores.

Já nos está habituando o Sr. Secretário Regional, ao contrário da Deputada Mónica Rocha, desta ladainha de execução do plano.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Ladainha é a sua!

**O Orador:** É preciso atingir objetivos e deixar as ladainhas, porque os agricultores o que precisam é de ver os seus problemas resolvidos e o seu rendimento melhorado e não é isso que está a acontecer e já se torna demasiado evidente.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado António Almeida. Passo a palavra ao Sr. Deputado António Parreira, do Partido Socialista.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** É melhor ficar sentado!

(\*) **Deputado António Parreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para se debater a agricultura, neste caso particular a perda de rendimento dos produtores de leite na Região, acho que é importante vermos três aspetos: onde estávamos, o que fizemos e onde estamos e o que queremos.

O Sr. Secretário na sua intervenção já o fez baseado naquilo que foi o debate acerca de um ano atrás do Pós 2020; o Sr. Deputado António Almeida também o fez ali, mas não fez todas as referências. Fez algumas, talvez aquelas que mais lhe convém ou então porque desconhece as outras, mas devemos retratar tudo o que acontece, tudo o que se passa e tudo o que se fez de algum tempo para cá.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E não vou ir até 96, 97, mas fazer uma comparação com dados de 2012 (estamos a falar de cerca de sete anos) o que é nós tínhamos antes e o que é que nós conseguimos fazer para melhorar a nossa agricultura na nossa Região. Àquela data, 2012, a produção de leite na Região era de 565 milhões de litros, a produção leiteira, por exploração, a média era de 209 mil litros, a média do efetivo bovino das explorações era de 32 vacas, a área média da exploração era de 18 hectares.

A sanidade e bem-estar animal deixavam muito a desejar.

A brucelose bovina, no final da década de 90, ...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não quer saber a taxa de nados mortos há 20 anos atrás? Posso dizer-lhe, ainda me lembro bem!

**O Orador:** ... era de 3.5% de todo o efetivo bovino.

O número de vacas leiteiras naquela época rondava as 84 mil vacas.

Hoje, a produção é de 632.6 milhões de litros, um crescimento de 12%; a produção por exploração é de 264 mil litros, um crescimento de 26%, a média do efetivo bovino leiteiro é de 37 vacas por exploração, tendo crescido também 16%.

A área média por exploração neste momento é de 24 hectares, o que quer dizer que é um crescimento de 33%.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Estamos a fazer um debate sobre o leite, não estamos a falar de brucelose há 10 anos atrás!

**Presidente:** Srs. Deputados...

**O Orador:** Quando a Sra. Deputada acabar eu continuo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Os apartes são regimentais!

**Presidente:** Eu apelo aos Srs. Deputados para que deixem o Sr. Deputado António Toste falar.

**O Orador:** Erradicou-se a brucelose bovina, um dado muito importante, temos seis ilhas oficialmente indemnes, e não têm surgido casos de animais infetados. A sanidade animal e o bem-estar, hoje, na Região, é de excelência, e temos uma genética animal do melhor que existe na Europa.

O número de vacas leiteiras neste momento é na ordem das 90 mil, também com um crescimento de 7%.

Requalificou-se o parque agroindustrial regional (todos sabíamos como é que estava àquela época), investiu-se muito em caminhos agrícolas, na rede de água, eletrificação das pastagens.

O Sr. Deputado António Almeida ainda ontem falou aqui do que não se fez nesta área. Nesta área, na Região, estamos a abranger os 40%, ou seja, explorações com água, caminhos em condições e eletrificação na ordem dos 40%, em 20 anos, mas é bom lembrar que o PSD de 86 a 96, em 10 anos, pouco ou nada fez.

Com esse acrescento de trabalho naqueles 10 anos, hoje estaríamos para cima dos 60% nesta área de intervenção. É bom lembrar isso.

Na área da diversificação muito foi feito. Partimos quase do zero, e só para fazer uma referência nos últimos três anos, entre 2015 e 2018, passámos de 2.200 hectares para 3.000 hectares, com um crescimento de 37%, o que contribui muito para diminuir as importações, nomeadamente dos produtos hortícolas.

O que queremos é continuar a trabalhar, a fazer o melhor pela agricultura e pelos nossos agricultores. Desde logo, uma coisa que é fundamental: reconhecemos o trabalho feito, mas também reconhecemos que o preço do leite não é o melhor e este Grupo Parlamentar como o Governo tudo farão para que se possa inverter esta situação.

Desde logo, o que pretendemos é uma melhoria do rendimento ao agricultor, ou seja, que tenha um preço justo pelo seu trabalho. Para isso, ainda é possível reduzir custos de exploração, nomeadamente a diminuição das importações de concentrados, apostar na melhoria dos solos, na produção de erva e silagem de milho de melhor valor nutritivo, continuar a investir nas acessibilidades, na rede de água e eletrificação das explorações, continuar a inovar e a produzir produtos diferenciadores e de maior valor acrescentado,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Os dados do POSEI não aparecem!

**O Orador:** ... apostar no marketing, na alternativa de mercados onde já é possível exportar, nomeadamente o Acordo Comercial do CETA, entre a União Europeia e o Canadá, como o mercado chinês e recentemente o Japão.

E é daqui de reforçar e louvar o trabalho feito pelo Governo da República no reforço e alargamento desses novos mercados com diversos tipos de produtos.

Tudo isso num esforço conjunto entre o Governo dos Açores, representantes das associações, Federação Agrícola dos Açores, indústria e envolvendo todos os produtores.

É por demais evidente que nos últimos anos o setor agrícola regional sofreu grandes transformações e evoluiu bastante. Salientar o empenho e trabalho levado a cabo pelos nossos agricultores.

Produzir bem também significa vender bem, daquilo que melhor sabemos fazer.

É fundamental vender melhor os nossos produtos. É outro desafio que teremos que vencer.

A nossa situação arquipelágica, o clima, a distância do mercado, a dimensão do mercado e a dimensão das explorações, são adversidades e sobrecustos que dificultam a nossa competitividade quando se compara com o país, com outros estados membros e com economias de escala.

Praticamente todos os partidos falaram da questão da fábrica da Terceira, eu praticamente não concordo com muitas das coisas que o Sr. Deputado António Almeida diz, nomeadamente os seus artigos, mas da fábrica da Terceira eu até concordo consigo: eu acho que o Governo tinha que estar mais atento e tinha que intervir naquele negócio. Ou seja, o negócio que foi feito à época com a UNICOL...

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Olá! Defesa da honra!

**O Orador:** ... e com a PROLEITE, onde não foram salvaguardados os interesses da UNICOL que ficou apenas com 49%, ficando a PROLEITE naquela altura com 51, que mais tarde passou para a LACTOGAL.

Portanto, o Governo, aí, não fez o seu papel. O Governo quis se ver livre de um caso que tinha na mão, que era o pagamento do leite aos produtores em atraso, em alguns casos a um ano.

Agora, esse negócio foi tratado e foi concretizado em 1992, teve o seu início em 1993.

Quem era o Governo naquela altura e quem era o Deputado, que está ali sentado naquela bancada, e o que é que fez pela lavoura dos Açores? Essa é que a verdade dos factos!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** É essa a verdade dos factos!

É muito lindo vir aqui dizer que o Governo não faz...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** E onde é que o senhor estava nessa altura?

Diga onde é que o senhor estava nessa altura!

**Deputado António Almeida (PSD):** Já se esqueceu!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Quantas pessoas o senhor levou para votar nessa altura?! Quando não se tem vergonha também se ouve!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

*(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)*

**Presidente:** Srs. Deputados...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Não se pode atirar pedras a quem tem telhados de vidro! Onde é que o senhor estava? Diga! **Deputada Mónica Rocha (PS):** António, isso é um incómodo!

**Presidente:** Srs. Deputados... Eu peço aos Srs. Deputados o favor de deixarem o Sr. Deputado António Parreira falar e lembro a assembleia que as inscrições estão abertas. Podem inscrever-se a qualquer altura.

Obrigado.

**O Orador:** Ou seja...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Diga onde é que estava? O senhor não responde!

**O Orador:** ... é muito bonito vir aqui falar, dizer que o Governo não faz, que no Governo não acontece, escrever para os jornais artigos, não sei se ao metro, se ao quilómetro, dizendo sempre a mesma coisa. Isso é incoerente!

Ou seja, no momento que ali estava sentado nada fez em benefício da lavoura da Terceira...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem! Demagogia!

**O Orador:** ... e agora escrever para o jornal é fácil dizer que se faz e que acontece.

**Deputada João Paulo Ávila (PS):** Demagogia!

**O Orador:** Relativamente ao Projeto de Resolução apresentado pelo CDS-PP, como falou ali o Sr. Deputado Alonso Miguel, e bem, é bom lembrar aqui os factos, por que é que o PS votou contra. Não se disse por que é que o PS votou contra. Eu vou lembrar por que é que foi.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Leia o Diário das sessões!

**O Orador:** Está tudo aqui, Sra. Deputada, eu vou ler precisamente.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Leia o Diário das sessões! Eu bem disse que o senhor ficasse sentado!

**O Orador:** Em comissão, pediu-se um parecer por escrito à Associação Agrícola, pediu-se a presença presencial da Federação Agrícola dos Açores, e o Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores... Desculpe, pediram-se pareceres à Federação Agrícola dos Açores e à Associação Agrícola, e o Sr. Presidente da Federação Agrícola entendia que devia estar presente e como tal não compareceu na Comissão.

Atendendo a isso, o Sr. Deputado Duarte Moreira, na altura, pediu que se adiasse um mês para que se ouvisse o Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores. Fazia todo o sentido, por que é o representante dos agricultores.

Para além do mais, a proposta do CDS-PP era omissa nalguns casos, nomeadamente na entrada de jovens na agricultura e não previa as transferências de verbas entre medidas.

Mais!... Os pareceres que nós recebemos (e eu tenho aqui os três), eram todos contra.

O parecer da Associação do Pico era contra, o do Jovens Agricultores de São Miguel não concordava com a redução dos 5% no POSEI e a das Flores a mesma coisa. Ou seja, temos três pareceres negativos, não tínhamos ouvido o Presidente da Federação Agrícola dos Açores, nem tão pouco compareceu.

Os Srs. Deputados acham que nós tínhamos condições para aprovar uma coisa que não tinha o consenso da agricultura da Região?

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Foi essa a razão que levou o PS a votar contra este processo.

Obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado António Parreira.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, do Partido Popular Monárquico.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar... Não dá, Sr. Presidente.

*(Por questões de saúde, o Sr. Deputado não usa da palavra)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Lamentamos, de facto, a sua situação clínica.

Vamos passar à frente no nosso debate e vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Almeida, do Partido Social Democrata.

(\*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Toste Parreira, eu gostaria de lhe dizer...

**Deputado António Parreira (PS):** Diga, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... que o senhor não deve meter-se quando não tem informação detalhada a seu tempo.

**Deputado António Parreira (PS):** Mas o senhor tem!

**O Orador:** Não sei se nessa altura o senhor aplaudia o Partido Socialista ou o Partido Social Democrata, na Ilha Terceira, de onde é Deputado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Onde é que o senhor estava?

**Deputado António Parreira (PS):** O senhor respeite para ser respeitado!

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu respeito!

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado António Almeida falar.

**O Orador:** Sr. Deputado Toste Parreira, dê-me um minuto de atenção.

Em 92, quando vim para esta Casa, exerci no seio do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e no Partido Social Democrata, os meus direitos, de forma democrática e transparente.

Quero dizer ao Sr. Deputado que relativamente à decisão da Ilha Terceira, que foi tomada com o conhecimento das organizações de produtores da Ilha Terceira, na altura, que eu não concordei.

Manifestei-me sempre contra a decisão que foi tomada na Ilha Terceira, embora ela tivesse sido consensualizada na ilha.

**Deputado António Parreira (PS):** O senhor diga quem foi!

**O Orador:** Sr. Deputado, quero dizer-lhe também que a solução que foi adotada na Terceira, não foi adotada em São Miguel, e não foi adotada em São Miguel porque houve gente que teve a coragem de dizer no sítio certo que essa solução não servia os interesses de São Miguel, e eu fui uma dessas pessoas que o disse dentro do Partido Social Democrata, em reuniões com lavradores.

Portanto, não faça afirmações daquilo que não sabe,...

**Deputado António Parreira (PS):** Eu sei!

**O Orador:** ... porque eu sempre estive do lado dos produtores, eu sempre estive do lado da agricultura, procurando apresentar as melhores soluções.

Portanto, o senhor não se meta por aí,...

**Deputado António Parreira (PS):** Sempre!

**O Orador:** ... porque vai continuar a assistir às minhas intervenções nesta Assembleia e fora desta Assembleia, sempre na defesa do setor para o qual estou ligado e para o qual me dediquei. É assim que o faço também nos jornais, é assim que o faço nos lugares públicos onde estou e procuro sensibilizar o Partido Social Democrata para as melhores soluções.

Não há da minha parte ladainhas, e o que nós pedimos ao Governo, a bem dos agricultores e da fileira do leite e laticínios, é que o Governo decida, é que o Governo resolva.

Nós não podemos ter um Secretário Regional que diz o seguinte: “O Secretário Regional considera inesperado e incompreensível a baixa do preço de leite numa indústria e apela para as restantes indústrias não acompanharem a decisão.”

O que é que acontece a seguir? Ela baixa e as restantes indústrias também baixam.

Afinal o Secretário estava por dentro do que se estava a passar nos laticínios de São Miguel ou não?

Utilizou ou não utilizou instrumentos, ou tinha utilizado na altura devida, para evitar que isso acontecesse?

Não!

Segunda questão: confirma o Sr. Secretário Regional que é verdade que o Governo deve ainda o subsídio por litro de leite de 2017, do chamado “escudo e vinte cinco”, às indústrias de São Miguel e da Terceira?

É verdade que relativamente a 2018 (estamos a falar em 2017) ainda há 30% por pagar?

Diga, Sr. Secretário, se está sendo honesto com a indústria, por que senão o senhor não tem credibilidade para enfrentar os industriais e propor soluções alternativas?

O Governo tem que ser uma pessoa de bem.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

O Governo tem que cumprir com as indústrias a sua palavra para ter credibilidade para os julgar e não fazer na praça pública e depois... Enfim!... De forma inconsequente.

Para além disso, não só assumir as suas responsabilidades perante a indústria, mas também usar dos instrumentos que tem ao seu alcance para financiar as indústrias para o caminho certo.

Ora, se o Governo não sabe qual o caminho que quer, nem o caminho certo, naturalmente que andou a financiar as indústrias, com os mesmos critérios, com os mesmos níveis de financiamento, precisamente para resultados errados.

O que nós temos agora, em consequência, junto dos produtores são decisões erradas dos vários governos nos últimos anos, quando o modelo devia ter sido repensado,...

**Deputado António Parreira (PS):** Qual é o seu modelo?

**O Orador:** ... quando a Política Agrícola Comum já fazia perceber o que ia acontecer, o fim das quotas leiteiras foi anunciado há demasiado tempo...

**Deputado António Parreira (PS):** O seu programa de Governo previa alguma coisa!

**O Orador:** ... e os Açores estiveram dormindo na forma relativamente a alterar os instrumentos de política económica e financeira para que hoje não chegássemos à situação em que estamos.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Isso não é verdade!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** É verdade!

**O Orador:** É esta a verdade e não foi acautelada e as consequências têm precisamente a ver com isso.

Muito obrigado.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** E os produtores é que estão a sofrer!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado António Almeida.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira, do CDS-PP.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Parreira, agradeço que tenha sido pela sua boca que foi dito aqui nesta Casa que o Sr. Presidente da Federação não foi ouvido em relação à iniciativa do CDS-PP há três anos, em relação ao pagamento único, à redução dos 20% da produção e ao abate de 20% das vacas, para quem quisesse, sem penalização.

Porque há três anos, quando já havia produtores a serem penalizados, porque as fábricas já estavam a impor um teto máximo, o CDS (sim!) antecipou-se, trouxe aqui uma iniciativa, que o PS, como o senhor disse e bem,...

**Deputado António Parreira (PS):** Três pareceres!

**A Oradora:** ... não aprovou porque a Federação não foi ouvida. Mas quem é que governa aqui? É a Federação ou é o Governo?

Passados três anos, a Federação Agrícola vem dizer que propõe uma redução de 20% da produção, que propõe uma redução de 20% do abate das vacas leiteiras, sem penalização na ajuda, exatamente a proposta do CDS há três anos.

**Deputado António Parreira (PS):** Não era igual!

**A Oradora:** E eu pergunto: agora?

O PS, três anos depois vai aprovar...

**Deputado António Parreira (PS):** Não é verdade! Não é igual!

**A Oradora:** ... a iniciativa do CDS, porque foi da boca do Presidente da Federação.

Sr. Secretário, agora vai aprovar? Agora vai implementar?

Três anos depois!... Isto é a sua antecipação.

Disse dali que o Governo Regional antecipa-se nos problemas na agricultura, nos problemas do leite. Isto é que é antecipação?

Três anos antes, o CDS antecipou-se, trouxe uma medida que podia ter solucionado a regulação do mercado, do excedente e não deixar que o preço fosse tão baixo e tão penalizado, e os senhores chumbaram pela boca de um Deputado da bancada socialista, porque a Federação não foi ouvida.

**Deputado António Parreira (PS):** Não é verdade! Os três pareceres eram negativos. Não havia nenhum parecer favorável!

**A Oradora:** Passados três anos, há um mês atrás, a Federação vem dizer na comunicação social que quer fazer a redução dos 20% e os senhores vão ou não vão aprovar?

Isto é o que se chama antecipação.

Mas se quer falar em antecipação, olhe, em 2008 o PCOL já devia estar aprovado (para quem não sabe o PCOL era o Plano de Controlo do Leite Cru), para evitar que o nosso leite tivesse microrganismos, células somáticas, etc..

Devia estar implementado em 2008.

Os senhores só em 2014 é que vieram a correr implementar o PCOL, porque com o fim das quotas leiteiras a qualidade do leite ia passar a ser escortinada de outra forma, que os senhores sempre encobriram na Região.

Isto é que é antecipação, Sr. Secretário, em relação ao leite.

Mais!... Controlo da qualidade!

Foi preciso haver um incidente gravíssimo com o leite da Região onde apareceram as aflatoxinas, para os senhores implementarem um sistema de

rastreio de contaminantes de aflatoxinas e fungos nas rações que importavam que nunca tinham feito antes. E estávamos em 2013/2014 quando os sistemas de segurança eram obrigatórios a partir de 2007.

Isto é que é antecipação no setor?

E, Sr. Secretário, em relação ao preço do leite – isto só para dar resposta à iniciativa do CDS – fico à espera de saber se agora pela voz da Federação Agrícola finalmente a iniciativa do CDS faz sentido para o Governo Regional?

O ano passado, 2018, os produtores da Terceira tiveram uma penalização de 240 mil euros.

À penalização dos 4 cêntimos, como estávamos, em 2018, pelas minhas contas, dá 6 mil toneladas de leite que foram entregues em excesso.

Estes 240 mil foram só de penalizações, durante um ano, na Terceira.

O Sr. Secretário vai à Terceira há duas semanas e diz: “o setor leiteiro na Terceira deve encarar o futuro com otimismo e confiança.”

Sabe qual é que é o futuro?

É que em vez da penalização ser a 4 cêntimos, vai passar a ser a 15 cêntimos.

Fazendo as minhas continhas, se não houver aumento da produção só com este nível de produção, sabe, Sr. Secretário, as vacas têm que ser ordenadas todos os dias e se não se abater vacas, e se não se tirar vacas do setor, elas vão continuar a produzir esta quantidade.

Se usarmos exatamente a mesma quantidade de leite, em 2019, o prejuízo, só em multas, para os produtores da Terceira vai ser de 900 mil, ou seja, praticamente um milhão de euros.

E pergunto-lhe, Sr. Secretário: o Sr. Secretário alguma vez, nas suas conversações com a indústria, perguntou o que é que se fez a estas 6 mil toneladas?

É porque os produtores gastaram fatores de produção para produzir aquele leite, os produtores entregaram o leite de boa qualidade na fábrica, não receberam ao litro de leite, foram penalizados, mas a fábrica laborou-os.

O Sr. Secretário já alguma vez perguntou o que é que se anda a fazer a este leite, que os produtores são penalizados e que afinal as fábricas andam a laborar?

Para já, era isto que tenho para perguntar-lhe, Sr. Secretário.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada Graça Silveira.

Vamos agora fazer um intervalo regimental. Regressamos ao meio-dia.

*Eram 11 horas e 31 minutos.*

**Presidente:** Vamos dar seguimento à nossa sessão desta manhã, com uma pequena nota informativa da Mesa, em relação aos Srs. Deputados.

*Eram 12 horas e 05 minutos.*

Fiz questão, uma vez que tínhamos jovens formandos na nossa galeria, de, sempre que identificava o Deputado interveniente, o referenciava pelo respetivo Grupo Parlamentar ou Representação Parlamentar, no sentido de uma melhor referenciação às personalidades que estavam em debate.

Daqui em diante não o farei, porque nos conhecemos todos uns aos outros.

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional João Ponte.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Gostaria de nesta fase do debate de responder a algumas questões que foram aqui colocadas e naturalmente fazer uma reflexão sobre aquelas que são as questões essenciais deste debate.

Obviamente que tenho que concordar com o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda quando diz que, de facto, o problema central que tem a ver com o preço do leite pago ao produtor, tem a ver com o fim do regime das quotas leiteiras.

Na verdade, o fim do regime é que provocou toda essa desregulação dos mercados que leva a que hoje a situação do preço pago aos produtores está muito dependente dos mercados e sobretudo dos mercados internacionais.

Daí que, aquela que foi a estratégia do Governo ao longo dos tempos, não é uma estratégia nova, não resulta de decisões de ontem. Tem a ver com um conjunto de aspetos que me parece importante aqui vincar.

Desde logo, a modernização que foi feita no setor. Capacitar o setor, quer os agricultores, quer a indústria, para, por um lado, melhorarem os seus desempenhos ao nível da produção. Aquilo que hoje são indicadores que parece que incomodam o PSD, quando nós temos uma maior produtividade, quando temos um aumento do rendimento em termos médios das explorações, quando temos maiores produções por animais, tudo isso resultou de um trabalho acertado dos agricultores, resultou de uma estratégia que o Governo definiu e que naturalmente os agricultores souberam aproveitar no sentido de produzirem mais e produzirem melhor.

Na verdade, nós temos também que centrar aqueles que foram os investimentos realizados pelas indústrias. Alguns desses investimentos foram decididos antes do fim do regime das quotas leiteiras, foram investimentos essenciais para o ponto de chegada que estamos hoje.

Na verdade, se as indústrias não tivessem promovido os investimentos que o PSD, por vezes, quer criticar de manhã, mas à tarde já se arrepende por ter criticado, esses investimentos, mesmo que seja para transformar leite em leite UHT, foram essenciais. Foram essenciais na altura para alavancar toda a

produção que se registou em São Miguel e também o próprio preço do leite pago ao produtor antes do fim do regime de quotas leiteiras.

Ai de nós hoje se não tivéssemos aqueles investimentos feitos na Região. Ai de nós!... O que seria?

Portanto, é preciso dizer isso, e é preciso dizer com toda a frontalidade.

Agora, outra coisa é diferente: é preciso que as indústrias continuem a inovar, é preciso que continuem a encontrar novos mercados, é preciso que haja uma aposta na internacionalização, e na verdade o Governo tem dado os instrumentos para isso.

É verdade que hoje foi anunciado que uma das indústrias baixou um cêntimo para alguns produtores, para os produtores das “Vacas Felizes” não vão sofrer essas consequências, mas foi a mesma indústria que ontem anunciou novos mercados, o mercado da China e o mercado da Itália.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** O Governo é que devia estar a fazer!

**O Orador:** Sra. Deputada, não cabe ao Governo primeiro, fixar o preço do leite ao produtor.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Procurar novos mercados!

**O Orador:** É preciso que isso fique claro.

O Sr. Deputado António Almeida dá a ideia: não! O Governo é que vai decidir se as indústrias aumentam ou baixam o preço do leite.

Não!... Aquele que é o papel do Governo, e este tem sido o papel do Governo, é dar instrumentos à indústrias, dar instrumentos aos agricultores para produzirem, por um lado, com qualidade, para serem mais eficientes, para diminuir os seus custos de produção e isso tem sido feito.

**Deputados Carlos Silva e Mário Tomé (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Isso é inegável!

Agora, estamos muito condicionados com os preços dos mercados, estamos condicionados com o operador que tem um grande peso na produção e na transformação a nível nacional.

Estamos pressionados com a própria grande distribuição...

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... que permanentemente utiliza o leite para campanhas e para ter uma política de baixo preço. Isto tudo não ajuda.

Agora, o Governo não pode ser responsável e ter responsabilidade dessas ineficiências.

Agora, pode-se responsabilizar o Governo por aquele caminho ainda não estar feito, por aquela exploração não ter eletricidade.

Isso, sim! Nós assumimos aqui essa responsabilidade.

Agora, não podem ser cometidas ao Governo aquelas responsabilidades que não nos cabem.

Volto a repetir: nós temos disponibilizado instrumentos para que a indústria, para que a produção seja capaz de melhorar o seu desempenho e na verdade verificamos que do ponto de vista da produção houve uma evolução muito significativa. Até mesmo da indústria!

Agora, não tem sido possível valorizar na dimensão que nós gostaríamos.

Na verdade, aquele que é o problema do preço do leite pago ao produtor, nos Açores, não é um problema só dos Açores. No país temos um problema semelhante. Na Europa! A própria França...

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... que tem o preço de litro de leite pago ao produtor acima da média da Europa, neste momento os produtores estão com dificuldades e estão a receber neste momento em termos médios, mais 34 cêntimos, enquanto que aqui na Região não chegamos aos 29.

Também é preciso dizer que o problema das explorações de leite... É verdade que temos explorações com dificuldade. É verdade! Nós conhecemos, o Sr. Deputado conhece, eu também conheço, o Governo conhece, mas também temos muitas, a larga maioria das explorações são explorações que estão bem, que conseguem gerar rendimentos, que conseguem gerar rendimentos para fazer os investimentos que são necessários para aproveitar os fundos comunitários. Temos que estar satisfeitos por isso.

Agora, obviamente que temos que continuar a trabalhar para melhorar as condições dos agricultores, para poderem reduzir os custos de produção para serem mais competitivos.

Naturalmente é isso que vamos continuar a fazer, com os instrumentos que temos, com novos instrumentos, Sr. Deputado.

Também dizer-vos e dizer ao Sr. Deputado que naturalmente é com todo o gosto que aqui estou, na Assembleia (aliás, até estou quando não há diplomas em discussão sobre a agricultura) e quando cá não estou é porque estou fazendo outras coisas igualmente importantes. Daí que, Sr. Deputado, dizer que é com todo o gosto... Aliás, por mais do que uma vez que já desafiei aqui o Parlamento, para que possa ir à Comissão prestar todos os esclarecimentos que entenderem necessários para o bem da agricultura e para a melhoria do rendimento dos agricultores.

Por agora ficava por aqui, Sr. Presidente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Almeida, ouvimos com muita atenção, aliás como sempre, as suas intervenções e queria começar por dizer que o senhor

apresentou aqui um quadro de diagnóstico e de preocupações que naturalmente nós também partilhamos alguns destes aspetos.

Discordamos, todavia, de algumas das avaliações que o senhor faz sobre o papel do Governo Regional e particularmente o desempenho do Secretário Regional, com críticas que achamos injustas e que naturalmente nós não podemos acompanhar.

Achamos também, Sr. Deputado, que em matéria de soluções os senhores (o que aliás é recorrente no PSD nestas matérias) têm a vossa solução mal equacionada.

Sr. Deputado, a agricultura, como sabe, é uma política comum, uma Política Agrícola Comum (o senhor sabe, só que se esquece, por isso é que eu estou a recordar) e o senhor nada disse sobre isso e tenta fazer aqui um exercício recorrente e que todos nós já conhecemos, que é, fazer a culpabilização do PS e do Governo Regional pelos efeitos de uma política liberalizante promovida por instâncias comunitárias e das quais nós não temos (o Governo não tem!) responsabilidade. Ainda mais, políticas emanadas da família do PSD Açores.

Portanto, essa questão é bom que fique bem clarificada. Por isso é necessário que fique absolutamente claro que nenhum dos problemas de fundo com que se confronta a agricultura nos Açores pode ser resolvido sem influência no Plano Nacional e sem influência no Plano Europeu.

**Deputados Carlos Silva e Mário Tomé (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Isso decorre do facto de ser a Política Agrícola Comum e do facto do papel que os Estados têm na participação, na definição dessa política, sem nunca recusar, sem nunca rejeitar o papel e a voz importante que a Região tem, e tem tido, e particularmente uma palavra de apreço ao Sr. Secretário, na defesa intransigente dos agricultores e da agricultura dos Açores.

Mas a lógica para a solução desses problemas passa por uma palavra: influência! Influência nacional e influência na Europa!

Já que falamos de influência na Europa, o PS gostava aqui de deixar uma palavra de reconhecimento à Sra. Eurodeputada Sofia Ribeiro e o Sr. Eurodeputado Serrão Santos, que, ao longo de cinco anos, procuraram e fizeram um trabalho positivo, não isento de falhas (as só não falha quem nada faz), um trabalho em que procuraram defender os Açores e defender a agricultura dos Açores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista salienta e regista esse esforço e esse contributo positivo que foi deixado por estas duas personalidades.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o Partido Socialista considera que estas questões relacionadas com a influência política são fundamentais para termos uma solução a favor da agricultura dos Açores. Uma influência que tem que ser expressa no Plano Nacional para fazer com que o Estado Português, quando é auscultado pela Comissão Europeia na preparação dos regulamentos e da diversa legislação que a Comissão tem iniciativa e propõe, possa defender os Açores e faz-se com influência dos Açores no Plano Nacional, e também já agora quando o Estado Português participa em sede de Conselho de Ministros da União Europeia, na aprovação dessa legislação comunitária, isso prova que é fundamental ter essa influência no plano nacional.

Mas também é fundamental ter influência no Plano Europeu e particularmente no Parlamento Europeu. É fundamental termos uma voz e uma influência no órgão comunitário que tem a capacidade de alterar e de propor mexidas e retificações àquilo que é proposto pela Comissão Europeia.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Por isso, para o PS Açores é da maior importância a Região continuar a ter e a assegurar uma voz açoriana no Parlamento Europeu,...

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... neste caso uma voz que vai servir a agricultura e os agricultores açorianos.

Neste aspeto, o PS não pode deixar, Sr. Deputado, de manifestar uma grande preocupação com o declínio da influência do PSD Açores no Plano Nacional e Europeu. Isso preocupa-nos muito.

Esta falta de influência do PSD Açores significa que o Partido não tem capacidade de ser parte das soluções e remete-se para um papel de crítica, de censura e de denúncia.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E o leite?

**O Orador:** Isto é, como diria o Deputado António Ventura, *no solucion*.

Nós lamentamos muito esta situação.

É bom que se diga que esta irrelevância política do PSD Açores, quer no plano nacional, quer no plano europeu, e que nos preocupa muito, é o resultado de uma liderança partidária amadora e impreparada que está a tirar força ao PSD e a retirar também força aos Açores.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, isto está dentro do enquadramento do debate?

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** E o leite?

**O Orador:** O PS, pelo contrário, os açorianos, os agricultores, os industriais...

**Presidente:** Sr. Deputado, chamo a atenção para...

**O Orador:** ... e os comerciantes nos Açores podem ter confiança no PS.

Nós assumimos mais uma vez essa responsabilidade. Nós temos uma visão para o mundo rural, nós temos uma visão para a agricultura, nós temos uma visão para o setor leiteiro, nós temos uma visão para o setor transformador, nós temos uma visão para o setor comercial, nós temos soluções e nós temos influência para resolver os problemas da agricultura nos Açores.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Por isso é que lamentamos que numa Europa cada vez mais integrada o PSD Açores, suscitando esse debate, e bem, apesar de tudo, apresente-se perante nós isolado,...

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Isolado?

**O Orador:** ... sem soluções e sem influência.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:**

Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado José San-Bento.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(\*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, não sei se reparou que num debate sobre a situação da produção de leite e laticínios o senhor está mais preocupado com o PSD e nós com os agricultores. Repare o enquadramento da sua preocupação.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Segunda questão, para ambos:

Sr. Secretário Regional, se o problema do preço do leite é um problema que decorre naturalmente com a influência do fim das quotas leiteiras, que os Açores e o preço do leite nos Açores é vítima dessa circunstância, qual é a justificação que o Sr. Secretário encontra para que a média do preço por litro de leite na Europa seja hoje 35 cêntimos e nos Açores 29?

Que justificação encontra o Sr. Secretário Regional na perceção que tem do efeito cada vez menor da intervenção do POSEI com os rateios relativamente aos apoios para o leite?

Se reparar, os instrumentos financeiros que minimizavam o impacto da perda de rendimento por via do leite, já não são hoje resolvidos pelo POSEI da mesma forma.

Em terceiro, mas não menos importante: o Sr. Secretário não me respondeu, ou não nos respondeu, à pergunta sobre as dívidas para as indústrias de laticínios relativamente ao apoio por litro de leite.

Agradecia que fosse claro relativamente a esta matéria, porque ela determina o comportamento do Governo, a história do Governo no relacionamento com as indústrias.

Era bom que respondesse a essa questão.

Muito obrigado.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Sra. Deputada Sabrina, pede a palavra para?

(\* **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Um protesto.

**Presidente:** Um protesto, Sra. Deputada? Justifique por favor.

(\* **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas tecer aqui algumas considerações sobre as palavras do Sr. Deputado José San-Bento.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Mas isto é um protesto ou uma intervenção?

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Intervenção!

**A Oradora:** Eu até percebo que o senhor como é o SOS, caceteiro, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista...

**Deputado Francisco César (PS):** Ó Sr. Presidente...

**Deputado Francisco Coelho (PS):** E vocês fazem em *outsourcing*?

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** E a senhora é o quê?

**Presidente:** Sra. Deputada...

**A Oradora:** ... tem que desviar as atenções, porque não sabe falar de tudo, porque desconhece algumas matérias, então o único subterfúgio que arranjou neste momento foi atacar a liderança do PSD Açores.

A liderança do PSD Açores está de saúde e recomenda-se!

**Deputado Francisco César (PS):** Está, está!

**A Oradora:** Está de saúde e recomenda-se!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados... Sra. Deputada Sabrina, eu agradeço que a linguagem seja adequada e que o protesto se centre naquilo que efetivamente...

**A Oradora:** Sr. Presidente, as regras têm que servir para todos.

Nós não podemos ouvir linguagem de alguns sítios e não repostar, como não podemos ouvir apartes de alguns sítios e sermos interrompidos quando nos queremos defender.

**Presidente:** Os apartes fazem parte do Regimento, Sra. Deputada.

**A Oradora:** Eu estou apenas a tentar defender...

**Presidente:** Justifique-se perante a Assembleia, por favor.

**A Oradora:** É o que eu estou a fazer.

**Presidente:** Os apartes são regimentais.

**A Oradora:** Apenas recordar mais uma vez nesta Casa que em 1994 os senhores não tiveram um Deputado Europeu, os senhores recusaram o lugar não elegível na lista nacional.

A vossa influência perante o PS nacional, perante a República e o Parlamento Europeu, cresceu com os anos. Tanto cresceu com os anos, que agora o que assistimos...

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Lá vem a senhora falar do passado outra vez!

**A Oradora:** ... é o Partido Socialista e o Governo Regional a receber influência e ordens do vosso patrão que está na República...

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Era o que mais faltava!

**A Oradora:** ... (do vosso patrão que está na República!), que continua a mandar no Partido Socialista e no Governo Regional e o Partido Socialista e o Governo Regional, hoje, nos Açores, demitiram-se da autonomia e quem vai julgar a liderança do PSD Açores são os açorianos em 2020.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Era o que mais faltava! Qual é o slogan?

**A Oradora:** Por isso, Sr. Deputado José San-Bento, tenha um bocadinho de paciência que só falta um ano.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Isto não foi um protesto, foi uma intervenção!

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** É importante descontar o tempo! Uma intervenção e um protesto é diferente!

**Presidente:** Sr. Deputado José San-Bento é para um contraprotesto?

**Deputado José San-Bento (PS):** É para inscrever-me!

**Presidente:** Sr. Deputado António Lima, por favor.

**(\*) Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma nota para dizer que julgo que a gestão dos trabalhos tem que ser... Porque este protesto não foi cumprido de acordo com as disposições regimentais, porque eu não percebi se era um protesto se era uma inscrição. Eu estava inscrito e passou à frente uma inscrição. Isso não pode acontecer.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem, António!

**O Orador:** Esta nota para clarificar esta questão e acho que nesse aspeto a gestão dos trabalhos não pode ser desta forma.

Gostaria de intervir mais uma vez neste debate porque efetivamente o Sr. Secretário Regional fez referência à minha intervenção, mas não respondeu a algumas das questões que coloquei na minha intervenção inicial e que gostaria de voltar a colocar.

Efetivamente, e concordando, o fim das quotas leiteiras foi a causa inicial para chegarmos a este estado, porque o mercado está desregulado e num mercado deste tipo em que há indústrias e países que têm um poder económico nesta área muito superior ao do nosso país, e nos Açores esse poder ainda se faz sentir mais, ainda por cima quando temos uma indústria que em algumas ilhas, principalmente na Ilha Terceira, é efetivamente um monopólio, o mercado está efetivamente desregulado.

Mas o problema é que este cenário era perfeitamente previsível e anunciado desde que as quotas estão anunciadas e foram sendo sucessivamente aprovadas e que o processo não foi imediato, não foi repentino. A verdade é que o Governo Regional devia ter tido tempo para se preparar, mas o Governo Regional à data do fim das quotas, dizia o anterior Secretário Regional da Agricultura, o Dr. Luís Neto Viveiros, e passo a citar: tinha a convicção de que os Açores estão preparados para enfrentar o desafio das quotas leiteiras.

O problema é que afinal não estavam. Como era óbvio não estavam, porque com o cenário que estava montado, era efetivamente objetivo da União Europeia, com o fim das quotas, era concentração de poder de produção e de poder económico nos grandes produtores e nos grandes países, o que efetivamente iria dar cabo da produção nos pequenos países, nos setores e nas Regiões Ultraperiféricas, como são os Açores.

O Sr. Secretário Regional referiu que não pode fixar o preço. É óbvio que não pode.

Referiu que pode, sim, disponibilizar instrumentos à indústria e aos produtores para que eles possam melhorar a sua produção e para que isso possa obviamente se refletir no setor e melhorar o rendimento dos produtores.

Aquilo que reitero, a questão que reitero, é para que é que servirão, em que sentido e que política é que terá o Governo Regional no sentido dos apoios ao investimento na indústria? Vai ser um apoio indiferenciado para todo e qualquer investimento na indústria, mesmo que seja para produzir leite UHT? Ou se esse investimento vai ser direcionado para produzir produto de valor acrescentado que possa efetivamente trazer mais valor ao produtor?

Relativamente a outra matéria. Falei e já foi aqui falado na questão das alterações climáticas. Este não é um problema de somenos.

Já tivemos situações graves de seca nos Açores. Tudo indica que elas vão voltar a repetir-se, provavelmente com mais intensidade. Se é necessário acorrer a estes problemas, de imediato, com ajudas para que obviamente não haja uma crise gravíssima no setor, é preciso pensar a médio e a longo prazo.

Aquilo que é preciso pensar não é só no abastecimento de água.

O Governo Regional e o Sr. Secretário têm referido por diversas vezes investimento na questão do abastecimento de água às explorações. Isto é importante, mas são vários especialistas que referem que é necessário também pensar naquela que é a alimentação do gado, na pastagem, na própria produção forrageira, e é o próprio Plano Regional para as Alterações Climáticas que virá a debate aqui brevemente, suponho eu, que refere que há uma perspetiva negativa da redução da qualidade das pastagens, apesar do Plano dizer que para a questão do milho temos uma perspetiva muito positiva, e tenho muitas dúvidas que assim seja, porque o ano passado tivemos problemas de seca que levaram a quebras na produção de milho, como foi público e reconhecido.

A questão que coloco é qual é o plano do Governo, não só no abastecimento de água às lavouras, mas também para pensar aquilo que será o futuro da

agricultura, não só do leite, mas neste caso principalmente na qualidade das pastagens, da produção forrageira? Qual é o plano do Governo Regional a médio e a longo prazo e o que é que está a pensar fazer nesta área?

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado António Almeida, eu queria começar por referir que aquilo que eu aqui fiz acredito que foi um exercício de preocupação profundo, sincero e partilhado por muitos colegas nossos, e o senhor sabe bem disso, da importância que é podermos ter uma voz na grande família do PPE, da qual o Partido Social Democrata faz parte, e da qual o Sr. Deputado Duarte Freitas em tempos foi um ilustre membro. Portando, não minimize essa apreciação que nós fizemos sobre as questões europeias e a crítica que lhe fiz sobre as vossas soluções estarem mal equacionadas por não irem ao cerne da questão sendo uma política comunitária a questão agrícola.

Quanto à Sra. Deputada Sabrina, Sra. Deputada, nós costumamos dizer, este Grupo Parlamentar, que não recebemos lições sobre moralidade de ninguém.

Eu vou dizer-lhe uma coisa: eu não só não recebo como eu nunca tenho a pretensão de as dar a ninguém.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Mas há uma coisa que eu lhe digo e vou dizer-lhe só isso, Sra. Deputada. Para não baixar (e lamento dizer isto) o nível do debate, eu direi apenas que a senhora ofendeu-me.

Por último, gostava de lhe dizer, já que gosta muito de falar em junho de 94, eu participei nessa campanha de junho de 94. O PS não teve candidato, mas nós participámos nessa campanha eleitoral.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O PS não se eximiu da responsabilidade de fazer a pedagogia, o esclarecimento e o envolvimento dos cidadãos para esta experiência emocionante e empolgante da construção europeia.

**Deputados Francisco César e André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O PS não teve candidato, mas fez campanha eleitoral do primeiro dia à última hora.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Não rejeitámos as nossas responsabilidades políticas e cívicas em 1994.

Mas há uma diferença muito grande que a Sra. Deputada esquece-se e que eu posso aqui falar e alguns Deputados desta bancada parlamentar podem falar, porque lá estiveram e lá participaram e lá ouviram.

Sabe que em 1994, para além de terem existido eleições europeias, em junho, houve também um congresso partidário em outubro, um congresso partidário na Ilha Terceira, onde o Partido Socialista Açores elegeu um líder.

Um líder que uma pessoa, que foi uma referência política para mim, disse-me uma vez: “Zé, se nós alguma vez lá chegarmos, será com ele”. Chamava-se Carlos César.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** E chegaram! Todos chegaram!

**O Orador:** O que eu lhe quero dizer, Sra. Deputada, é que eu também participei como convidado, em novembro do ano passado, no vosso congresso regional e posso dizer-lhe, Sra. Deputada: a senhora desiluda-se com as comparações que aqui faz. Desiluda-se, Sra. Deputada!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições. Sr. Secretário Regional, faça favor.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*João Ponte*): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos recentrar o debate no leite e nos lacticínios.

Sr. Deputado António Lima, eu não tenho a visão que o Sr. Deputado tem em relação ao facto de dizer que a Região não se preparou para o fim das quotas leiteiras.

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Isso é um slogan!

**O Orador:** É isso, é um slogan.

Na verdade, se hoje olharmos para um conjunto de indicadores (gosto muito de agarrar-me a indicadores, porque gosto de falar de factos, isso de falar em política redonda não é muito a minha praia), se olharmos para os indicadores desta legislatura, quando a produção cresce 5%, quando a receita média das explorações crescem 12%, quando o volume de negócio das indústrias cresce 9%, quando a produtividade cresce 10%, quando mais de 250 jovens agricultores querem entrar na produção de leite, ou entraram na produção de leite, e mais um conjunto de quase 400 projetos de investimentos de agricultores que já estão instalados e que querem modernizar e querem produzir melhor, eu acho que estes indicadores são parte da imagem do sucesso que a produção de leite teve na Região e isso é inegável.

Agora, outra coisa completamente diferente é dizer assim: estamos satisfeitos com o rendimento que os produtores têm?

Não estamos!

Estamos satisfeitos com aquilo que a minoria dos produtores leva para casa no final do mês?

Não estamos!

Agora, é para isso que temos que trabalhar, é para isso que temos que continuar a fazer mais e melhor, seja ao nível da redução de custos das explorações, mas também dando ferramentas importantes para os próprios produtores decidirem o seu futuro e sobretudo para as indústrias apostarem mais na inovação e na conquista de novos mercados.

Portanto, a visão que o Governo tem em relação ao facto da Região se ter preparado e ter dado uma resposta positiva ao fim das quotas leiteiras é completamente diferente daquela que é a visão do Bloco de Esquerda.

Dizer também de uma vez por todas nesta Casa que o Governo não apoia, nem tem apoiado, a estabilização permanente da produção de leite. Ou seja, aqueles que são projetos de investimento aprovados recentemente, que são vistos como estábulos, são apenas um instrumento de trabalho para os produtores.

Hoje, se queremos ter uma agricultura com menos custos de produção, com maior eficiência, com maior qualidade de vida para os agricultores, se quisermos atrair mais jovens agricultores, o estábulo é uma ferramenta essencial.

Agora não vamos comparar isso e não vamos pensar, quando vemos um estábulo, que todas as vacas estão instaladas lá dentro e produzem leite. Isso é uma falsa questão.

Aliás, por causa disso eu mandei recolher informação junto de todos os produtores, qual é a quantidade de produção de leite que temos na Região, nesse regime?

É mínima! É residual!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não está a falar da Terceira! Deve ser de São Miguel

**O Orador:** Portanto, de uma vez por todas acabe-se com esse discurso, porque esse tipo de discurso também não ajuda, depois passa nas redes sociais e passa

junto dos grandes consumidores que dizem assim: bom, mas afinal alguns políticos nos Açores dizem que a produção de leite nos Açores é de estábulos! Isso não ajuda e os agricultores não precisam desse tipo de ajuda, Srs. Deputados.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** O que não ajuda é varrer para debaixo do tapete a sua ineficiência!

**O Orador:** Sr. Deputado António Lima, nós estamos naturalmente preocupados com as questões ambientais, não só este Governo como os anteriores Governos, os que negociaram aquele Quadro Comunitário de Apoio.

Quando a Região negociou com Bruxelas que 20% do Plano de Desenvolvimento Rural foi afetado, até 2020, para ajudas agroambientais e clima, esta é uma prova evidente da preocupação que o Governo sempre teve no passado.

Naturalmente que no próximo quadro, com aquilo que já está definido por Bruxelas e com aquela que é orientação do Governo, vamos aumentar esta percentagem.

É essencial, se hoje quisermos estar nos mercados, estarmos com preocupações ambientais, com menos pegada ambiental, com preocupações em relação à sustentabilidade e isso naturalmente tem que ser a imagem de marca, aquilo que dará mais força aos agricultores para produzirem melhor.

Provavelmente vão produzir menos (provavelmente!) para as indústrias valorizarem e aproveitarem no fundo aquela que é uma imagem de marca dos Açores e para melhorar os rendimentos junto da produção.

Portanto, esta aposta é essencial, não só ao nível das preocupações com o abastecimento de água, mas sobretudo nessa componente de sustentabilidade de produzir com menos recursos e com maior rentabilidade.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sim senhor, mas precisa ajudar a pastagem!

**O Orador:** Sr. Deputado António Almeida (e o Sr. Deputado sabe isso perfeitamente, o Sr. Deputado é considerado um estudioso das matérias da agricultura e já andava na agricultura quando eu andava de calça curta, portanto tem a obrigação de saber isso perfeitamente), o senhor sabe perfeitamente que se for fazer umas contas...

**Deputado António Almeida (PSD):** Eu nunca andei de calção!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Andou de calça curta, Sr. Secretário? Quem diria!

**O Orador:** Eu é que andava, Sr. Deputado. Eu vim de uma família pobre,...

**Deputado António Almeida (PSD):** Eu também!

**O Orador:** ... tínhamos que poupar na roupa.

Dizer-lhe, Sr. Deputado, que se nós olharmos àqueles que são os indicadores do preço médio na Europa e na Região, um período bastante longo antes do fim das quotas leiteiras e depois das quotas leiteiras, verificamos que essa diferença de preço sempre existiu, mais ou menos percentual.

Vamos pegar só em 2012/2015. Estamos a falar de menos 15% em relação à Europa. Estou a falar em valores em médios.

No período de 2015/2018, a mesma coisa.

Agora, o que nós não podemos é fixar-nos no ano de 2014, no mês de janeiro de 2014, onde numa situação (não vou dizer inexplicável) quase única, que os preços atingiram valores muito altos – é verdade, Sr. Deputado! – na verdade foi um preço que não foi sustentável ao longo do tempo.

Hoje, se olharmos para um período muito mais largo, temos preços médios. Continuamos a ser inferiores aos da Europa, inferiores ao do Continente e naturalmente podemos encontrar muitas explicações, mas há uma explicação onde se percebe isso facilmente: quando nós chegamos, e já fizemos esse trabalho no gabinete... Se olharmos para o preço médio no supermercado, na Europa e na Região, estamos a falar em diferenças de 60%, se estivermos a

falar em leite básico ou leite de linha branca, e o leite premium pode chegar aos 80%.

Ou seja, há, principalmente na Península Ibérica, não vou dizer razões históricas ou culturais, ao consumidor, do preço médio baixo, muito mais baixo para a média da Europa, e depois naturalmente a distribuição não ajuda na política de preços.

Andamos nos supermercados e percebemos a grande concorrência que neste momento existe ao nível do leite UHT.

Portanto, esta não é uma situação nova. É uma situação que não será fácil de inverter, mas como lhe digo é fundamental, por um lado, os produtores serem capazes de produzir com menos custos e a indústria conseguir fixar-se em mercados que sejam capazes de valorizar aquilo que de bom e que nós temos, que é o leite associado à natureza e o leite à pastagem, porque na verdade se olharmos para Portugal e para a Espanha, onde não existem grandes marcas, ou seja, não há grandes marcas de referência dos laticínios, na verdade há uma dificuldade em valorizar os preços, o que não acontece naturalmente com outras grandes marcas ao nível da Europa.

Em relação às dívidas com a indústria, eu devo dizer ao Sr. Deputado e informar a câmara que naturalmente o Governo tem sempre uma conta do deve e do haver com o setor. Ou seja, todos os dias, todas as semanas entram pedidos de pagamento das mais diversas naturezas.

Naturalmente que essa questão das dívidas é uma questão recorrente.

Todos os dias o Governo deve aos produtores, todos os dias o Governo deve à indústria. Todos os dias estão a entrar...

**Deputado António Almeida (PSD):** Não foi isso que eu perguntei, Sr. Secretário Regional!

**O Orador:** Eu vou à sua questão. Permita-me que faça também o enquadramento.

Dizer que em relação à indústria, em relação ao “escudo e vinte cinco”, o que se está a referir de 2017, este valor está acordado com as indústrias pagá-lo agora no decorrer deste ano.

Este foi um compromisso que nós assumimos o ano passado e tem a ver com questões orçamentais porque, como sabe, o ano passado nós pagamos o “escudo e vinte cinco” do ano anterior e também tivemos que disponibilizar e dotar o orçamento com igual montante que esta verba passou a ser paga pelo POSEI.

Portanto, tivemos uma duplicação de esforço orçamental e fizemos esse acordo com as indústrias, mas não é por via disso que o senhor vai encontrar uma razão para o abaixamento do preço pago ao produtor.

Aliás, nessa medida e também um pouco para justificar aquela que tem sido a estratégia do Governo, ou seja, com os instrumentos que têm sido disponibilizados à indústria, para os investimentos que a indústria faz e para a aposta estratégica que cada indústria faz em relação às suas produções, porque o Governo não pode influenciar e não pode decidir sobre as estratégias das indústrias, o que é verdade é que quando olhamos hoje para a valorização do preço do litro de leite pelas indústrias encontramos valores entre 54 cêntimos e 40 e poucos cêntimos.

Portanto, esse diferencial dá bem nota também da estratégia e daquele que é o posicionamento das indústrias nos mercados. Aliás, se olharmos também para os próprios resultados das indústrias percebemos isso e a estratégia foi a mesma para todas as indústrias.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário.

Agora tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira, por favor.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para dar nota de que o Sr. Secretário não respondeu às duas questões que lhe coloquei. A primeira, se vai finalmente o Governo implementar (não sendo em antecipação não tem problema nenhum, a correr atrás dos estragos pode ser na mesma) a redução dos 20% da produção e de 20% do abate...

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Disse isso a semana passada! Está no jornal!

**A Oradora:** Não! O Governo no jornal disse que ia pensar sobre essa proposta da Associação, mas os Deputados desta Casa estão aqui para questionar o Governo aqui, em local próprio. Não é para saber as decisões do Governo pela comunicação social.

Portanto, agradecia que o Sr. Secretário respondesse neste plenário se agora o Governo vai ou não implementar a iniciativa do CDS de reduzir 20% a produção, 20% do abate das vacas, sem penalização na ajuda.

Devo dizer-lhe que o Sr. Secretário ao responder ao Bloco de Esquerda diz que a culpa é o fim das quotas leiteiras.

O fim das quotas leiteiras foi assumido pela União Europeia em 2007. Em 2009, nesta Casa, a bancada do CDS pediu para que se fizesse um estudo que avalizasse qual seria o impacto na produção e nos produtores do fim das quotas leiteiras. E porque sim, e porque não... Finalmente, conseguiu-se fazer aprovar essa iniciativa e o Governo tinha na sua mão um instrumento onde analisava claramente as nossas limitações e as nossas mais-valias.

Desde essa altura que o Governo andou sempre a dizer ao setor que não ia haver fim das quotas leiteiras, que o Governo ia fazer tudo para que isso não acontecesse, como se o Governo Regional tivesse poder para reverter uma decisão que já estava tomada na República e nada fez para se preparar, porque uma das questões que claramente dizia que a Região tinha que investir era na qualidade da sua pastagem.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Já não há leite de má qualidade!

**A Oradora:** Eu pergunto, onde é que estão os apoios no POSEI para a reconversão da pastagem?

Em 2007 devíamos ter o PCOL implementado. Não o fizemos.

O programa das Vacas Felizes, para quem não sabe, não foi mais do que isso.

A BEL, uma empresa francesa, chegou cá e tinha os seus produtores a entregar leite com péssima qualidade microbiológica e de células somáticas.

Então implementou, ela própria, um projeto em que os produtores que conseguissem entregar o leite com qualidade, que no fundo era a implementação do PCOL, tinha o seu leite valorizado.

Depois, deu um passo seguinte, quando os produtores já estavam a entregar com qualidade higiene-sanitária, que era com qualidade nutricional, e então passou a dar um incentivo aos seus produtores que tivessem os animais em pastagem.

Tudo isso devia ser feito para todos os produtores.

Os incentivos do Governo Regional deveriam ser nesse sentido. Nunca foram.

No POSEI, o apoio que é dado à produção do leite é exatamente o mesmo a um litro de leite de má qualidade que é dado a um litro de leite excelente qualidade.

Como é que o Governo quer incentivar os produtores pelo mérito, pela qualidade, se continua a dar apoios que não distinguem a qualidade?

Pergunto-lhe: por que é que não há apoios à melhoria da produção de silagem?

Teve que ser novamente a BEL que pediu a colaboração aos serviços de Desenvolvimento Agrário para fazerem ensaios de silagem. Novamente a BEL!

Por que é que isso não é feito para todos os produtores, para termos silagem de melhor qualidade?

Finalmente, é a BEL que anda a negociar novos mercados, nomeadamente Itália e Japão, quando o Governo Regional criou a LACTAÇORES exatamente para

isso. Na altura, a grande missão da LACTAÇORES era a comercialização dos nossos produtos lácteos, encontrar mercados de referência, mercados que tivessem disponíveis para pagar um produto de qualidade.

Sabe o que é que está dito na página da LACTAÇOR?

Diz: “a nossa missão é dar o melhor da natureza açoriana a quem mais gostamos”.

A nossa missão não é dar! A nossa missão é vender os nossos produtores lácteos, muito bem vendidos, porque os produtos de excelência têm que ser muito bem pagos.

Continuo a aguardar que me responda, Sr. Secretário.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

(\*) **Deputado António Parreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, o leite é pago pela qualidade.

Se nós virmos de 2007/2008 para 2018 (dez anos) a evolução que nós temos, em São Miguel era 3.77 hoje é 1.64; na Terceira era 0.46 hoje é 8.89; no Faial passou de menos 2 para 15.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Para todos, independentemente da qualidade!

**O Orador:** É com essa classificação, entre outras ilhas, não vou ter aqui tempo para as dizer, que ao leite é atribuído o preço e há uma grande diferença no preço, na qualidade, que eu estou aqui a falar-lhe.

Gostava de fazer uma pergunta ao Sr. Deputado António, se ele me pudesse responder com sinceridade.

**Deputado António Almeida (PSD):** Respondo sempre com sinceridade!

**O Orador:** Se o Sr. Deputado e o seu partido... Eu já percebi que o senhor diverge do seu partido. O partido pensa uma coisa e o senhor pensa outra. O senhor é a favor do redimensionamento das explorações?

Relativamente ao leite que estamos aqui a falar, todos nós concordamos (penso que todos concordamos e o Governo; o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e os presentes) que o preço do leite pago à produção é baixo, mas não é baixo só na Região. É baixo na Europa. Nós estamos em contraciclo com a Europa. É só vermos o estudo sobre as grandes potências da Europa – estamos a falar da Alemanha, da Bélgica, da Dinamarca, da França, de Luxemburgo – como é que são os preços do leite.

**Deputado António Almeida (PSD):** A média é 35!

**O Orador:** A média é 35 e nós 29, certo?

Então, os custos por trimestre, na Alemanha, demonstram que apenas 80% desses mesmos custos são realizáveis. Ainda falta 20. Quer dizer que elas também perdem dinheiro.

Estamos a fazer uma comparação. É muito bom fazer essa comparação.

O que só valoriza o trabalho que o Governo tem feito é comparar a nossa economia, comparar 632 milhões, com Alemanha, França e Inglaterra que os três juntos produzem quase metade do leite da Europa. Essa é a grande diferença.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Estamos a comparar coisas que não são fáceis.

Relativamente ao preço, o nosso preço sempre foi abaixo da Europa.

O nosso melhor preço foi em 2013/2014, mas sempre a baixo, seis cêntimos para a Europa, três cêntimos para o país, dois cêntimos para a Europa, um cêntimo para o país. Sempre foi a baixo.

O que está acontecendo neste momento (está baixo!) é porque o leite na Europa está baixo e o que acontece na Europa por consequência acontece no país e por consequência também acontece na Região.

Não somos nós que inflacionamos os preços.

Para que o leite suba ou baixe, tem sempre a ver com a Europa. Não somos nós que o conseguimos fazer.

Dizer também outra coisa: na Europa, a comunidade europeia, CEE, como lhe queremos chamar, o orçamento da PAC entre 86 e 2006 perdeu cerca de 40%.

O Orçamento da Política Agrícola Comum, em 86, era na ordem dos 75%. Hoje é menos de 40.

Foi a Política Agrícola Comum, depois nessa situação, também tem que ser resolvida assim.

O meu colega José San-Bento falou, e muito bem, que não é o país, muito menos a Região que, por si só, consegue ultrapassar o problema.

Claro que o Governo tem que se chegar à frente, fazer tudo o que pode para salvar a nossa agricultura, mas isso é uma solução que tem que ser feita a 28.

Da mesma forma que a 28 se fez o que se fez, da mesma forma tem que ser pensada a 28, porque não é o problema só da Região, o problema é se formos ver os preços praticados na Europa, a maioria dos países está a produzir leite abaixo do custo de produção.

Da mesma maneira que se retirou as quotas tem que se pensar numa outra forma que regule o preço,...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e para que seja sustentável.

Só a Região por si, só o país por si, não chegamos lá!

Queria deixar aqui uma mensagem para os nossos agricultores: quer o Governo, quer o Partido Socialista tudo farão para encontrar uma solução para que realmente se valorize o trabalho e o preço justo para eles.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Informo que o PS esgotou o seu tempo.

A Mesa não tem mais inscrições. Sendo assim vamos proceder ao encerramento. Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, a senhora está muito agarrada ao passado. Temos que olhar para o futuro.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não! O senhor é que fala em antecipação! O senhor é que diz que resolve as coisas com antecipação!

**O Orador:** Eu não disse isso, eu não disse isso!

Eu devo dizer que em relação à questão da qualidade do leite e daquilo que referiu, eu julgo que já ficaram claros aqui, com a intervenção do Sr. Deputado António Parreira, os resultados a que chegámos. Acho que não vale a pena perder mais tempo em relação a falar na qualidade do leite. Ele já atingiu um nível de qualidade de excelência.

Agora, falar na questão do abate de vacas, eu gostava de lhe referir aquela que tem sido, ou foi posição do Governo.

Recentemente tive ocasião de dizer isso publicamente. O Governo entende que o abate de vacas, por si só, não resolve o problema do preço do leite aos produtores. Essa é a questão central e essa questão foi levantada no CALL desta forma e foi respondida pela produção desta forma.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mas ajuda a regular o mercado!

**O Orador:** Se a indústria garantir que o preço do leite sobe ao produtor, em virtude de um abate por parte dos produtores, naturalmente que o Governo olhará para esta medida de outra forma.

Agora, mesmo sendo um abate voluntário e o Governo subsidiar o abate de vacas, neste momento nós não tomamos qualquer decisão. Estamos centrados, sim, noutras medidas, medidas que vamos apresentar no âmbito da nova proposta de revisão ao POSEI, que serão medidas que irão desincentivar a produção intensiva e permitir também a reconversão de alguma produção de leite para a produção de carne em pequenas explorações.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** O que o senhor está a dizer é exploração intensiva!

**O Orador:** Naturalmente que hoje a questão do preço do leite está muito ligada ao rendimento, mas a verdade é que – e essa também tem sido uma mensagem do Governo que é importante repetir – os agricultores têm que se focar mais na questão da gestão das explorações, na questão da gestão dos custos.

O Governo irá continuar a disponibilizar instrumentos, seja instrumentos de apoio ao rendimento, de apoio aos investimentos de modernização ou apoio à melhoria de eficiência das explorações também investimentos que são essenciais, quer no abastecimento de água, quer nos caminhos e quer na eletricidade.

Não é por acaso que nesta legislatura triplicamos o investimento nessas áreas, nas áreas das infraestruturas, e vamos continuar até ao fim desta legislatura com esta estratégia de contribuir com o investimento público e com os apoios públicos para a redução de custos das explorações leiteiras, mas também dando apoios para capacitar essas próprias explorações a serem mais eficientes e a serem mais rentáveis.

Na verdade, outra componente importante resulta no rendimento disponível no final do mês ou no final do ano, que é o preço pago ao produtor, como ficou

aqui provado e amplamente debatido, está muito associado aos mercados e muito associado à dinâmica dos mercados.

**Deputado António Almeida (PSD):** Temos tempo, Sr. Secretário!

**O Orador:** Nós, quando olhamos para dois ou três países na Europa, em três anos, aquilo que foi o acréscimo da produção num ano, representa 12 vezes o leite que é produzido na Região num ano, percebemos bem as dinâmicas dos mercados. Isto terá que ser visto com muita atenção, com muito rigor e sem demagogias.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional, agradeço que termine.

**O Orador:** Já termino, Sr. Presidente. Obrigado.

Em jeito de conclusão dizer que da parte do Governo os agricultores podem contar com o nosso trabalho, com o nosso empenho, com a nossa entrega, ajudá-los a melhorar o desempenho das suas explorações, a melhorar o seu rendimento, seja com apoios diretos quando se justificar, seja com instrumentos, aqueles que possam aproveitar, investir e modernizar as suas explorações.

Da parte da indústria o mesmo se passa. Agora o que é fundamental e o que é muito importante nos próximos tempos é as indústrias apostarem nos mercados, apostarem na inovação e apostarem naquilo que me parece essencial, que é antecipar as necessidades dos consumidores e as tendências.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado. Não havendo mais inscritos peço então ao interpelante para proceder ao encerramento do debate.

Informo que o Governo esgotou o seu tempo, como é óbvio.

(\*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de deixar aqui nota da oportunidade em termos apresentado este tema neste debate de urgência, aliás subscrito por todos os grupos parlamentares que

tiveram a oportunidade de usar da palavra, com o reconhecimento, de facto, que o preço de leite praticado nos Açores é baixo e que isso prejudica o rendimento dos produtores.

Em segunda instância, compararmos sempre com a média europeia fica-nos bem, não nos fica mal.

Nós estamos aqui para puxar os agricultores para cima...

**Deputado António Parreira (PS):** Eu disse isso!

**O Orador:** ... e não o contrário.

Gostaria de lembrar que nos Açores já se pagaram, em média, 35 cêntimos por litro de leite (em média!), portanto valores muito superiores aos 35 cêntimos, e nós temos que aspirar a atingir esse patamar, porque é isso que serve o interesse dos agricultores.

O que está em causa relativamente a esta matéria é criar os instrumentos e utilizar os instrumentos de política agrícola e em matéria financeira que permitam às indústrias estar com produtos diferentes, com produtos com outro valor, em outros mercados, para que possam elas remunerar melhor os agricultores e a seu tempo e em paralelo apoiar o investimento de modernização e de aumento da eficiência nas explorações agrícolas para que também contribuam na redução dos custos de produção e, aumentando a eficiência, o rendimento dos agricultores assim possa acontecer.

Terminando gostaria de dizer que na Ilha Terceira se o leite fosse pago anualmente com a média comunitária, os agricultores teriam ao seu dispor mais 14 milhões de euros e em São Miguel 24 milhões de euros.

Isto para vos dizer que a aspiração do melhor preço médio por litro de leite significa...

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Está a brincar com os agricultores!

**O Orador:** ... não apenas a melhoria do rendimento dos produtores,...

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Não vale tudo na política!

**O Orador:** ... mas uma maior e melhor redistribuição desse rendimento na economia e na sociedade açoriana.

Muito obrigado.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, terminámos assim o nosso ponto da Agenda desta manhã.

Regressamos às 15h00. Muito obrigado a todos.

*Eram 13 horas.*

*(Após o intervalo a Sra. Presidente da ALRAA ocupou o seu lugar na Mesa)*

**Presidente:** Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais.

*Eram 15 horas e 12 minutos.*

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Entramos agora no ponto 10 da Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XI – “Décima terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de**

**pensão e da remuneração complementar regional”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

É precisamente num período raro de transição política na governação na Região, e durante a vigência de uma governação do Partido Socialista sem maioria absoluta, que se conciliam os mais importantes instrumentos compensatórios para fazer face aos sobrecustos da insularidade e da nossa condição ultraperiférica: o complemento regional ao salário mínimo nacional, o complemento regional de pensão e a remuneração complementar.

Cada um desses instrumentos procura atenuar esses sobrecustos que afetam os açorianos e açorianas que trabalham por conta de outrem no setor privado, na administração pública autónoma e quem trabalhou e passou à condição de pensionista.

Porque vivemos num contexto geográfico particular, estivemos mais expostos a fatores que concorrem para o encarecimento do custo de vida, por essa via, também de maior vulnerabilidade à pobreza e aos seus efeitos.

A criação destes complementos são o reconhecimento disso mesmo, mas não podem ser um simples remendo ou justificações para claudicar perante a pobreza e deixar de ambicionar um futuro diferente para a nossa Região.

Estes complementos atestam igualmente o oxímetro segundo o qual trabalhar é sinónimo de pobreza.

Ainda relativamente há pouco tempo debatemos a pobreza nos Açores e confirmou-se mais uma vez que o valor do salário mínimo encontra-se próximo do valor do limiar da pobreza e a remuneração média regional é inferior à nacional.

Assim, e perante um tecido empresarial ainda pouco inovador, avesso ao risco e à negociação coletiva, as únicas formas de intervenção da Região no mercado laboral são as mudanças nas normas laborais, no aumento do complemento regional ao salário mínimo nacional e políticas que levem a uma mudança e paradigma económico conducente à produção de conhecimento capaz de dar lugar a produtos com maior valor acrescentado e por uma justa distribuição da riqueza.

Se por um lado estamos conversados quanto à possibilidade de se operarem mudanças na lei laboral, basta recordar a teimosia do Partido Socialista em não arriscar uma adaptação à Região do Código do Trabalho que permitisse alterar a relação de forças entre o patronato e os trabalhadores e simultaneamente testar os limites das nossas prerrogativas autonómicas, por outro lado o aumento do complemento regional ao salário mínimo nacional deveria merecer da parte do Partido Socialista outra abertura.

E parece-nos que a abertura terá que ser diferente, não só porque não é uma opção que ofereça qualquer dúvida de natureza estatutária, como também porque sentimos a indignação socialista relativamente à desvalorização salarial a que os trabalhadores do setor do turismo estão a ser alvo.

Já tivemos ocasião de nos associarmos à indignação do Partido Socialista, numa situação tão mais injusta quanto maior o proveito auferido pelo setor do turismo.

O Governo Regional, principalmente através do seu Vice-Presidente, dia sim, dia sim, anuncia aumentos do PIB e do PIB per capita, ao passo que faz sempre depender, nos últimos cinco anos, qualquer aumento do salário mínimo na Região de opções políticas tomadas pelo Governo da República.

Imaginem se o Partido Socialista durante estes últimos quatro anos tivesse tido as condições para governar com maioria absoluta ou com outras companhias e de acordo com aquele que era o seu programa? De certo que os trabalhadores

não teriam usufruído da evolução positiva que o salário mínimo sofreu ao longo desta legislatura.

Perante aumentos sucessivos do PIB na Região, em contraste com o salário mínimo a roçar o limiar da pobreza, e um salário médio inferior ao praticado no continente, este aumento que agora propomos ao complemento regional ao salário mínimo nacional é também um contributo para atenuar as desigualdades na distribuição da riqueza gerada na Região.

Esta proposta procura igualmente combater a precariedade, uma condição caracterizada por vínculos laborais incertos ou a termo e salários baixos, a qual infelizmente continua a ser uma chaga na nossa Região, quer no setor privado, quer na Administração Pública autónoma.

Se o Governo Regional acabou por atualizar na prática aquela que é a remuneração mínima na Administração Pública autónoma, através da remuneração complementar, garantindo que nenhum funcionário público não aufera valor salarial inferior a 699,84€, também chegou à hora de concretizar uma equiparação com o setor privado sob pena de se alimentarem sentimentos de injustiça entre trabalhadores da função pública e do setor privado.

A proposta que aqui trazemos não se traduz no aumento do salário mínimo irrealista, mas no início de um processo gradual para se concretizar uma plataforma salarial mínima comum entre a Administração Pública e trabalhadores do setor privado.

Convém clarificar e reforçar que a proposta aqui apresentada, se aprovada, resultará num aumento do salário mínimo para 645,75€, aplicável aos trabalhadores do setor privado.

A teimosia e a persistência neste aumento do complemento regional ao salário mínimo, tanto da nossa parte como de outras forças políticas, tem esbarrado sempre com a intransigência da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, do Governo Regional e do Partido Socialista. Uma intransigência que aliada à falta

de vontade para encetar processos de negociação coletiva, conducente à atualização de carreiras e salários, é demonstrativa de que se o aumento do salário mínimo dependesse dos representantes dos patrões, não teríamos sequer o atual complemento regional ao salário mínimo tal como o conhecemos e nem teríamos os sucessivos aumentos do salário mínimo nacional ocorridos nos últimos cinco anos, o que traria efeitos gravosos para a procura interna na Região, conseqüentemente para a nossa economia e com prejuízo para os próprios associados da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores.

São estes os principais motivos para apresentarmos esta proposta e desafiamos o Partido Socialista a ser conseqüente na sua indignação e deixar de convergir com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores nesta matéria.

Caso contrário, só podemos concluir que toda a indignação demonstrada não passou de um puro exercício de demagogia política.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A proposta aqui trazida pelo BE faz parte de uma das grandes lutas que o PCP tem vindo a travar. Associamo-nos obviamente a esta iniciativa considerando que por diversas vezes já apresentámos a mesma em vários momentos desta legislatura

O PCP reafirma a importância fundamental do aumento dos salários para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias, para o crescimento económico do País e em particular dos Açores. Neste sentido, não podemos ignorar a importância fundamental do salário mínimo no combate à pobreza, designadamente a pobreza laboral.

O aumento dos salários em geral, é um investimento que beneficia a economia do País e da Região – a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores e das famílias estimula o consumo, o que contribui para o aumento da produção e das vendas das empresas, a criação de mais emprego e o crescimento da economia. Ao mesmo tempo, este aumento tem também efeitos positivos no crescimento das contribuições para a segurança social, ajudando a melhorar a sustentabilidade financeira do sistema.

O PCP/Açores continuará a apresentar como principal medida, o aumento do Complemento Regional ao Salário Mínimo Nacional dos 5% para os 7,5%. Esta proposta, que o PCP já apresentou por diversas vezes nos últimos anos, visa diminuir o significativo fosso salarial que separa os trabalhadores açorianos dos do continente. Como temos afirmado, esta é uma medida de elementar justiça para reaproximar o nível de vida dos trabalhadores açorianos da média nacional. Na nossa Região cerca de 40% dos trabalhadores auferiam menos de 610 euros mensais e quase 70% vive com rendimentos inferiores a 900 euros mensais, uma realidade que faz dos Açores uma das regiões do país com maior concentração de baixos salários.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A proposta que o PCP tem vindo a apresentar relaciona-se com o fosso salarial que nos separa do continente.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso não é verdade!

**O Orador:** Trata-se de um aumento que é urgente e necessário, independentemente do aumento do salário mínimo nacional. Grassa a pobreza entre os trabalhadores açorianos, mesmo entre os que trabalham a tempo inteiro, devido aos salários baixos, que não permitem viver com dignidade. É inadmissível que quem trabalha o dia inteiro, todos os dias, em prol do desenvolvimento e progresso dos Açores, não tenha asseguradas as suas necessidades básicas de sobrevivência!

Relembramos que, o PS e o seu Governo têm vindo a recusar as propostas apresentadas para o aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional, dos atuais 5 para 7,5%. Proposta que visa cumprir o objetivo para que este instrumento foi criado, ou seja, fazer face aos custos da insularidade e fazer convergir o salário médio regional dos trabalhadores do setor privado com a média salarial dos trabalhadores do setor privado no continente, e que os atuais 5% se têm demonstrado insuficientes pois, a média salarial dos trabalhadores do setor privado nos Açores é cerca de 100 euros inferior à média salarial dos seus congéneres continentais.

Para a RPPCP, a par do aumento dos salários, é fundamental acelerar o debate com vista à implementação de medidas que contribuam para o desbloqueamento da contratação coletiva, nomeadamente na alteração das normas de caducidade e a reposição do princípio do tratamento mais favorável, pelos reflexos que produz nas remunerações, evitando assim que os salários situados na parte inferior das tabelas salariais sejam absorvidos pelos aumentos do salário mínimo.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(\*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A posição de qualquer grupo parlamentar ou de qualquer deputado sobre a presente iniciativa deve ser analisada com o necessário cuidado e sensibilidade, tendo em conta que os seus destinatários são açorianos que auferem da retribuição mínima mensal e que abrange uma faixa significativa da nossa população ativa, associando-se muitas vezes ao baixo rendimento também à precariedade do emprego.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** No conjunto dos países da Europa o valor da retribuição mínima praticada em Portugal situa-se na faixa inferior de um grupo intermédio de países cujo montante varia entre os 500 e os 1000€ mensais.

Mesmo tendo em consideração a paridade do poder de compra a situação é manifestamente desfavorável para os trabalhadores portugueses.

A atual atribuição do acréscimo regional de 5% à retribuição mínima mensal garantida do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional, constitui seguramente uma mais-valia para os açorianos contribuindo para minimizar também os custos da insularidade.

O seu aumento de 5 para 7,5% corresponde a uma aspiração justa e compreensível dos trabalhadores e disto não há qualquer dúvida.

A questão que se coloca tem a ver com a situação do tecido empresarial da Região, com as dificuldades económicas e financeiras de muitas centenas de empresas, dos custos de contexto e de insularidade com essas empresas também se defrontam.

Tem a ver com a baixa rentabilidade de muitos setores da atividade económica em que atuam e com os encargos sociais da responsabilidade das entidades empregadoras.

As próprias empresas públicas regionais encontram-se em situação difícil e em generalizado excesso de endividamento, algumas delas nem as suas obrigações

com a segurança social cumprem, recorrendo sistematicamente a acordos para pagamento dessas responsabilidades a prestações por muitos anos.

Por outro lado, entre 2014 e 2018, o aumento da remuneração mínima foi de quase 20%, constituindo também um acréscimo de custos para as empresas.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A competitividade das empresas é fundamental, sem a qual a nossa sobrevivência ficaria em causa.

Por outro lado, é importante que o aumento dos custos do trabalho esteja associado ao aumento da produtividade.

Em termos relativos, tendo em conta a nossa dimensão populacional comparativamente ao país, e mesmo considerando ainda o diferencial fiscal de 20%, o IRC arrecadado nos Açores na média dos últimos cinco anos representa 2,7 vezes menos do que o valor nacional.

Este indicador, ainda que de forma simples, ajuda a caracterizar a rentabilidade e a fragilidade das empresas açorianas e os baixos níveis salariais para além da remuneração mínima.

No contexto de remuneração mínima e no caso presente do aumento do seu diferencial relativamente ao país, temos que ter em consideração também a situação de desemprego na Região.

Uma e outra não podem, nem devem ficar dissociadas.

Com efeito, os números do desemprego e da precariedade nos Açores continuam a ser preocupantes.

De acordo com o inquérito trimestral ao emprego nos Açores, entre o quarto trimestre de 2017 e o quarto trimestre de 2018, a taxa de desemprego aumentou, ainda que ligeiramente, passando de 8.3 para 8.5.

No final de 2018, comparativamente a 2019, existem ao menos 5 mil ativos, ou seja, açorianos que procuraram outros destinos e que emigraram para garantir o seu futuro.

De acordo com os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, em dezembro de 2018, estavam registados 7.700 desempregados nos Açores e 4.400 ocupados em Programas Ocupacionais. Ou seja, são pelos menos 12 mil açorianos que procuram emprego.

No final de 2018 a taxa de desemprego era superior na Região relativamente ao país em quase 2 ponto percentuais.

No final de 2018, a taxa de desemprego é superior na Região e o crescimento económico no contexto dos países da União Europeia coloca Portugal atrás de 14 países com crescimento económico superior, com as políticas seguidas pelo Governo do Partido Socialista e com os resultados do futuro dos açorianos que continua sem perspetivas positivas sérias e consistentes.

Assim, neste contexto, quer quanto à situação do tecido empresarial, quer quanto ao contexto económico e ao insucesso das políticas do Governo do Partido Socialista, a posição do Grupo Parlamentar do PSD é de não reconhecer viabilidade na aprovação da presente iniciativa.

Obrigada.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por dedicar algum tempo da minha intervenção à Deputada Sabrina Furtado, porque o cenário que é aqui traçado é um cenário que não corresponde à realidade, Sra. Deputada.

Digo-lhe, desde já, que fique bem claro que o Partido Socialista não encara o acréscimo ao salário mínimo como um custo, encara como um aumento digno de rendimento dos trabalhadores e essa é a diferença de perspetiva entre o Partido Socialista e o PSD.

Mais importante é, porque aquilo que a Sra. Deputada veio aqui fazer foi tentar desvalorizar, no fundo, aquela que é a situação real dos Açores e aquela que é a situação económica.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Os senhores é que não a valorizam!

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Então vai aprovar?

**O Orador:** Posso continuar, Sra. Deputada? A Sra. Deputada está indignada, mas não se preocupe que eu vou explicar.

A verdade é que a economia açoriana nos últimos anos tem crescido de forma sustentada e isso é uma evidência. Isso é tão evidente que o crescimento tem sido sempre superior a 2% ao ano. Isso é um facto que comprova que as contas públicas estão equilibradas, que as empresas açorianas produzem, criam riqueza e geram emprego, Sra. Deputada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Isso é um facto inequívoco. Isso é a realidade que infelizmente o PSD não gosta.

Não gosta que as empresas estejam bem, não gosta que haja um crescimento do salário mínimo, não gosta que os trabalhadores beneficiem de melhores condições de vida. Isso é a realidade.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Mas nós, Partido Socialista, encaramos com muita responsabilidade este assunto, que deve ser analisado em concertação social, deve ser analisado com os patrões, com os sindicatos, de forma a garantir de forma gradual e com a devida avaliação que o salário mínimo sofre os respetivos aumentos de forma a garantir maior dignidade a quem presta trabalho de forma árdua e competente. Portanto, também reconhecemos a importância do salário mínimo. Reconhecemos que o salário mínimo é um instrumento importante de combate à desigualdade e é um instrumento importante na distribuição justa dos rendimentos e isso é uma evidência.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Mas não podemos ignorar a evolução que o salário mínimo tem tido na nossa Região e também tem tido em Portugal. E só a título de exemplo gostaria de referir que, em 2009, o salário mínimo nos Açores era de 472,50€. Sabe quanto é em 2019, Sra. Deputada Sabrina Furtado?

**Deputado António Almeida (PSD):** E antes do 25 de Abril, quanto é que era?

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Também não sabe!

**O Orador:** Sabe quanto é que é o salário mínimo nos Açores?

É de 630€!

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, o aumento do salário mínimo nos últimos 10 anos tem sido notável. Aumentou 33%.

Isso significa que um açoriano que aufera o salário mínimo... Não desejamos que ninguém aufera o salário mínimo, mas a realidade é que ele existe...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Olhe, em 2014 foi o PSD que o aumentou!

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Mas por que é que está a falar para mim?

**O Orador:** Não estou! Tenha calma, Sra. Deputada!

Em 10 anos, um açoriano que aufera o salário mínimo recebe hoje mais 2,205€ que auferia há 10 anos. Isso é uma evolução, uma evolução gradual, passo a passo, acompanhada pelos empresários, acompanhada pelos sindicatos, monitorizada, avaliados os seus efeitos e isso tem permitido criar emprego.

Agora não podemos é vir aqui, passados três meses, após estar em vigor um aumento do salário mínimo e exigir que haja um novo acréscimo ao salário mínimo. Isso não faz sentido.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E há outro facto que deve ser realçado. É que quer o Bloco de Esquerda, quer o PCP, têm vindo a argumentar que o acréscimo ao salário mínimo deve passar de cinco para 7,5, mas nenhum dos partidos que se outorga

de “pai” desta proposta, apresenta estudos devidamente comprovados que sustentem esse fator.

Porquê 7,5 e não 10%, por exemplo, ou menos?

Ou por que não equiparar, que entendemos que é uma boa medida, e devemos avaliar, a proposta de equiparar aquele que é o salário mínimo na função pública atualmente? Por que não?

Porquê 7,5?

Quem apresenta essa proposta deve justificar. Aqui apresentam um número, repetem o número todos os anos...

**Deputado António Lima (BE):** A proposta explica!

**O Orador:** Não explica, Sr. Deputado.

Isso são tudo fatores relevantes.

Há um outro indicador que deve ser referido e que não corresponde à verdade, Sr. Deputado João Paulo Corvelo. O Sr. Deputado falou que o fosso tem vindo a ser maior, mas não referiu, por exemplo, que o diferencial entre o salário mínimo praticado nos Açores e no continente, em valor, passou, por exemplo de 22,5€ em 2009, para 30 euros.

O que é que isso significa? Que um açoriano auferia mais por via do acréscimo do que auferia há 10 anos atrás, e isso também é relevante, Sr. Deputado.

Repito uma vez mais, o salário mínimo é um instrumento importante de combate às desigualdades e de criar melhores condições para os trabalhadores. Acho que essa posição é unânime.

Agora não podemos é ignorar que existe concertação social. Não podemos num dia exigir que haja concertação social para discutir os aumentos, e no outro dia vir aqui e apresentar uma proposta por Decreto para que isso seja feito.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Entendemos, sim, que deve ser discutido o assunto, analisado com ponderação, avaliados os efeitos do acréscimo do salário mínimo na economia e

de forma ponderada, responsável, equilibrada, que também é relevante, discutir novos aumentos.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Essa tem sido a posição do Partido Socialista, e com coerência, continuará a ser.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Assistimos aqui a mais uma originalíssima proposta do Bloco de Esquerda.

O Bloco de Esquerda, efetivamente, nestes últimos tempos, tem-se especializado numa coisa: ora uma vez copia o CDS, outra vez copia o PCP. É conforme lhe dá jeito para prosseguir na sua linha populista de apresentação de propostas que não as fundamenta minimamente.

Eu lembro-me da exigência que o Bloco de Esquerda aqui faz sempre que os outros apresentam uma proposta. Vem perguntar o fundamento? Quanto é que custa? Se foi quantificada? O Sr. Deputado Paulo Mendes é especialista nessa matéria e de exigir aos outros.

Vêm aqui e dizem 7,5%!

É preciso perceber que para o Bloco de Esquerda as empresas não existem. Para eles isso não é minimamente importante. Esquecem-se é que se a empresa for à falência deixa de haver empregados. Quase que me apetecia a citar aqui uma célebre frase muito recente de um Deputado do Partido Social Democrata, mas não o vou fazer: *no empresas, no people*.

Portanto, não há emprego, Sr. Deputado e os senhores querem destruir emprego em vez de criar emprego.

Nos Açores, temos muitas, muitas e muitas micro e pequenas empresas, com um, dois ou três postos de trabalho, que não se podem dar a esse luxo do aumento dos seus encargos, mas para os senhores isso não conta minimamente. Para os senhores o que conta é virem aqui fazer mais um número populista na defesa dos trabalhadores, mas os senhores não estão a defender os trabalhadores. Os senhores estão a atacar os trabalhadores, estão a atacar o emprego. Portanto, como também está na moda, eu diria, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, chega!

Muito obrigado.

**Deputado António Lima (BE):** Estamos na mesma linha!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não era para voltar ao debate, mas vou voltar, porque fui chamado pelo Deputado Carlos Silva, para dar algumas explicações por parte do Partido Comunista Português.

O que é certo é que foram dados, neste último Orçamento da Região para 2019, passos fundamentais importantes, para retribuir rendimentos aos trabalhadores. Sem dúvida que foram dados alguns passos positivos, mas falta mais.

Sr. Deputado Carlos Silva, significativo, são os baixos salários que os trabalhadores da Região auferem hoje.

Significativo são muitos e muitos açorianos que nos estão a ouvir hoje, neste debate, e que sabem que têm baixos salários, que têm precariedade laboral, que vivem numa inconstante todos os dias.

Sr. Deputado Carlos Silva, dizer que está tudo bem e que há três meses foram dados alguns passos positivos no sentido da retribuição de rendimento dos trabalhadores, é verdade, mas é insuficiente.

Nós votamos favoravelmente esta proposta do Bloco de Esquerda porque achamos que é insuficiente e que os trabalhadores açorianos têm falta de mais e melhor deste Governo.

Portanto, nós votamos favoravelmente a iniciativa do Bloco de Esquerda, porque achamos que é preciso fazer mais e melhor para os trabalhadores açorianos.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Vou começar por aquela que foi a intervenção do Sr. Deputado Carlos Silva que nos transmitiu algo que de facto deve ser o desejo, penso eu, de todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Ninguém deseja que nenhum açoriano venha auferir unicamente o salário mínimo e muito menos que essa seja uma prática generalizada e mais do que uma prática generalizada, que a pessoa fique, digamos, condenada durante toda a sua carreira laboral a ganhar o salário mínimo. Penso que essa é uma preocupação que todos e todas nós de certeza partilhamos.

Mas esse é de facto o problema. É que se o salário mínimo fosse uma exceção, se a aplicação do salário mínimo fosse uma exceção, de certeza, ou quase de certeza, que deixaria de ser uma preocupação.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Mas é que a sua proposta contribui para isso!

**O Orador:** O problema é que isso não ocorre.

É que (sabe) no setor privado, 36% dos trabalhadores (isto são contas por baixo), auferem de vencimentos abaixo do salário mínimo. Estes são dados do

Observatório do Emprego e Formação Profissional. Não são os mais atualizados, é verdade, são de 2016, mas não temos dados mais recentes.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não é isso que está em causa!

**O Orador:** Tendo em conta os trabalhadores de um setor que, de acordo com o Sr. Deputado André Bradford, foram considerados aqui nesta Casa, como estando a ser sacrificados – aqui refiro-me ao setor do turismo e aos seus trabalhadores como sendo alvo de uma tremenda injustiça – essa situação ainda é pior. Porquê?

Vejamos só:

No que diz respeito ao setor do alojamento, restauração e similares, 64% dos trabalhadores deste setor, e são aqueles que trabalham a tempo total, auferem de vencimentos inferiores ao salário mínimo.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E com essa sua proposta passavam para quanto, Sr. Deputado?

**O Orador:** Só no setor do alojamento, 55%. E, repito, estes são dados por baixo, são dados que pecam por defeito, não por excesso; 55% destes trabalhadores auferem de vencimentos inferiores ao salário mínimo; na restauração são 72%. Eu só estou a referir-me a trabalhadores que trabalham a tempo total, a tempo completo. Eu não estou aqui a incluir trabalhadores que trabalham a tempo parcial neste setor e que nós sabemos que são mais do que muitos e que ainda auferem de salários inferiores ao salário mínimo.

Isto, num setor, que não é o único... Aliás, todos os setores da atividade económica na Região, todas as empresas, são objeto de incentivos públicos, através de programas que todos nós conhecemos.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Nós aprovámos!

**O Orador:** E ainda bem!

Programas esses que mereceram e continuam a merecer o apoio do Bloco de Esquerda.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Somos os melhores do mundo!

**O Orador:** Portanto, recebem apoios financeiros para iniciar e desenvolver a sua atividade.

Mais!... Nas palavras do Sr. Vice-Presidente, que muitas vezes recorda que a Região é uma das regiões da Europa que tem o melhor sistema fiscal para as empresas e esse tem sido um fator de atratividade para termos mais empresas na Região. Portanto, um sistema mais favorável do que este, provavelmente seria uma espécie de *offshore* por cá.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, referiu que, de facto, a arrecadação da taxa de IRS na Região tem sido baixíssima.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** IRC!

**O Orador:** IRC! IRC na Região tem sido baixíssima.

De facto, é baixa.

É baixa porquê?

**Deputado Carlos Silva (PS):** Os senhores ainda queriam baixar mais!

**O Orador:** Porque estima-se que 30% de impostos de IRC não sejam cobrados, porque há fuga fiscal.

Só na Região, 30%! Uma percentagem que é superior àquela que é a percentagem nacional.

Portanto, estamos aqui perante todo um cenário...

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Aqui nos Açores?

**O Orador:** ... em que se dá tudo às empresas e nada se dá aos trabalhadores, a não ser o salário mínimo. É isso que acontece.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Aqui nos Açores?

**O Orador:** O problema é que temos uma prática generalizada.

Se estamos aqui a prejudicar as empresas, a aumentar o salário mínimo, essa é uma lógica que funcionaria se o salário mínimo fosse aplicado, e fosse um

salário baixo, numa única empresa, porque iria proteger unicamente aquela empresa e iria torná-la mais competitiva.

Mas uma Região e um país não vive com uma única empresa, vive com uma imensidão de empresas e todos esses trabalhadores são consumidores e como consumidores gastam na economia.

A nossa economia, a economia da Região, é uma economia que depende também muito da procura interna.

Portanto, qualquer aumento no salário mínimo irá se refletir necessariamente no aumento da procura interna e por essa via estamos também a beneficiar a atividade empresarial.

Eu posso colocar a questão ao contrário, que é, se calhar é por termos salários mínimos generalizados é que as empresas na Região parece que não saem da cepa torta.

Se nós tivéssemos uma maior capacidade de, não só de investimento por parte destas empresas, mas toda a faculdade para fazer esse investimento... Parte de quê? Da procura interna!

Há que quebrar este ciclo, porque a partir da altura em que tivermos trabalhadores com poder de compra, vamos ter de certeza uma economia muito mais pujante.

Quero lembrar que o Governo Regional, mais uma vez, e depois de termos aqui denunciado aquele que foi mais um programa que acabava por ser mais um para incentivar uma prática generalizada da precariedade na Região, que era o programa EPIC, o Governo Regional agora cria mais um programa, o Programa INOVAR, que não tem nada de inovador.

É mais um programa de inventivos a estágios.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** O Bloco de Esquerda está com ciúmes!

**O Orador:** Nós não temos problema nenhum quando se incentivam estágios.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Não! É só um ciúme!

**O Orador:** Nada, nada! Problema nenhum.

O problema está nas regras depois subjacente a esse programa e principalmente as regras que ditam a contratação deste estagiários e mais uma vez tudo nos indica que este é mais um programa que depois de concluído um estágio, e um estágio que terá a duração de seis meses, e que procura, de acordo com aqueles que são os objetivos deste programa, que é dar às empresas mão-de-obra na época baixa, mesmo assim, depois, quando se trata da contratação destes estagiários, não se obriga, não há uma obrigação para que as empresas contratem sem termo.

Continua a ser ao critério da empresa que irá decidir se irá contratar a termo ou sem termo. O que interessa é que contrate pelo menos metade dos estagiários. Tão somente isso.

Sem haver aqui o requisito, se houver contratação, ela terá que ser sem termo, a termo indeterminado.

Porquê? Por que é que finalmente não damos um pequeno sinal a quem mais precisa neste momento, que são trabalhadores que, apesar de serem trabalhadores, infelizmente continuam condenados a uma situação de pobreza?

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(\*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Falou e bem de dar sinais a quem menos tem.

Então vamos aos sinais concretos e objetivos.

Quem estaria a ouvir este debate, ouvindo a intervenção do Bloco de Esquerda, pressupunha que não tinha havido um aumento do salário mínimo na Região este ano, o que é falso.

Este ano, o salário mínimo na Região, em janeiro, já passou de 609,00€ para 630,00€. Quem menos ganha no privado está agora a receber mais 266,00€ por ano, do que recebia o ano passado.

Portanto, já houve um aumento significativo do salário mínimo na Região este ano, para o setor privado.

E se virmos no conjunto dos últimos quatro anos verifica-se que houve um aumento de 100€ por mês, o que corresponde a mais 1.400€ por ano, do que ganham hoje os trabalhadores do setor privado que recebem o salário mínimo que ganhavam há 4 anos atrás. Ou seja, tiveram um aumento da sua remuneração de cerca de 20%.

Este aumento dos últimos quatros anos foi sem dúvida o maior aumento que se verificou no salário mínimo para os funcionários do setor privado que há memória ao longo dos últimos anos.

E mais!... Se há este aumento nos Açores, este aumento nos Açores foi superior àquele que se verificou no continente e na Madeira. Hoje, o salário mínimo nos Açores é em 420,00€ por ano superior àquele que se verifica no continente e também superior àquele que se verifica na Região Autónoma da Madeira em 210,00€ superior ao que se verifica na Região Autónoma da Madeira.

Isto é, hoje, estes dados concretos e objetivos, que são factos, demonstram dois aspetos essenciais: primeiro, o salário mínimo para o setor privado nos Açores tem crescido nos últimos quatro anos em valores muito significativos, mais 1,400€ por ano é o valor do salário mínimo hoje do que era há quatro anos atrás, mais cerca de 20%, e o salário mínimo na Região é significativamente superior ao que se verifica na Madeira e ao que se verifica no continente.

Mais!... O crescimento do salário mínimo para o setor privado na Região cresceu mais, e claramente mais, do que cresceu o Produto Interno Bruto, e muito superior à variação da inflação.

Por isso, e chegando aqui a esse ponto, a este debate, o que se está a propor é um segundo aumento do salário mínimo este ano, quando o salário mínimo já foi significativamente aumentado este ano e no conjunto dos quatro anos registou o maior aumento do salário mínimo num período de um horizonte temporal bastante vasto.

Os Açores são a Região do país onde o salário mínimo para o setor privado é mais elevado, mais 420,00€ de salário mínimo que no continente, e mais 210,00€ que na Madeira. É esta a realidade dos factos.

E esta realidade dos factos não pode ser de maneira nenhuma omitida neste debate.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e restantes Membros do Governo:

Participo neste debate para, em primeiro lugar, referir que este debate sobre o salário mínimo tem sempre a vantagem de colocar este Parlamento e as Sras. e os Srs. Deputados a discutir algo tão importante como são os salários, em particular os mais baixos, e também a questão dos salários numa visão mais ampla da economia e julgo que este mérito das propostas relativas ao salário mínimo é inquestionável.

E ainda bem que assim é, porque efetivamente há questões que têm que ser levantadas e têm que ser discutidas a fundo.

O aumento do salário mínimo e o seu reconhecimento, felizmente, já chegou, e a necessidade de aumentar salários neste momento é mais do que consensual.

O problema é a questão prática de como chegar lá.

Aliás, ainda o ano passado, o próprio Banco Central Europeu, imagine-se, já diz que é necessário aumentar salários porque eles têm estado estagnados e é preciso fazer alguma coisa. O problema é, efetivamente, quando é preciso fazer alguma coisa.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Eles têm aumentado, Sr. Deputado!

**O Orador:** O Partido Socialista (é verdade!), já depois do salário mínimo ter aumentado... O Sr. Vice-Presidente referiu os vários aumentos do salário mínimo que têm existido, e é verdade. Têm existido porque houve um Governo da República que, com a necessidade de ter o apoio do Bloco de Esquerda e do PCP e dos Verdes, teve de aumentar o salário mínimo. Aliás, o acordo para aumentar o salário mínimo derivou do acordo com o Bloco de Esquerda. É preciso que se diga.

**Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Não foi com o PCP?

**O Orador:** Não! O salário mínimo foi, uma vez que estava no acordo, com o Bloco de Esquerda. Aí é preciso ser factual e correto.

Neste sentido, o aumento do salário mínimo tem sido obviamente um benefício, até porque ele esteve congelado vários anos no país, por via do anterior Governo do PSD/CDS e até anteriormente com o Governo do Partido Socialista.

A verdade é que a dificuldade surge depois quando se vai aplicar medidas. E o Partido Socialista, já depois do salário mínimo ter aumentado este ano, vem dizer que está preocupado e que os salários têm efetivamente que subir e que o acordo coletivo a única coisa que fez foi atualizar tabelas salariais. Então se aquele salário é pouco, é preciso dar um sinal e é preciso aumentar o salário mínimo para que essas situações não aconteçam.

Mas essas situações que o Partido Socialista relatou e que foram amplamente discutidas não são únicas, e não são únicas no setor do turismo. Já aqui foram faladas nas pequenas empresas.

Nós somos sensíveis à realidade das pequenas empresas, mas não são as pequenas empresas que muitas vezes pagam o salário mínimo. São as grandes empresas, são os grandes grupos económicos na Região.

Eu tenho aqui dois acordos de empresa de dois grandes grupos económicos que operam na Região, no setor da indústria e no setor agroalimentar.

Na indústria temos aqui uma tabela salarial do ano passado, que já está desatualizada, diga-se de passagem, em que seis dos nove níveis salariais da empresa estão abaixo dos 700,00€. O primeiro nível é de 609,00€, o segundo é de 610,00€, o terceiro é de 611,00€, o quarto 612,00€, o quinto de 615,00€.

Isto são níveis salariais de diferença de 1,00€, em que perspectiva que os trabalhadores têm é subir 1,00€ ao fim de não sei quantos anos. Isto é, para não dizer outra coisa, ridículo.

Um pequeno aumento do salário mínimo faz com que esta tabela salarial esteja completamente desatualizada e tenha que ser alterada.

Por isso é fundamental aumentar o salário mínimo para que situações dessas não aconteçam.

Outro acordo de empresa, noutro grande grupo económico dos Açores.

Temos aqui o primeiro nível, 630,00€, o segundo 640,00€, o terceiro 660,00 e, veja-se, o Diretor da Empresa o máximo que pode aspirar é a um salário de 810,00€. É para se ver o nível salarial dos Açores.

Isto tem que ver também com a questão da dificuldade que existe na contratação coletiva e a falta de poder negocial que têm os trabalhadores neste momento, porque ela foi posta em causa e foi dificultada a sua atuação.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Quem é que fez isso?

**O Orador:** Um estudo, encomendado pela Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, de vários investigadores, refere, e passo a citar:

“Quando se diminui a contratação coletiva, quando se flexibiliza o mercado de trabalho, quando se desregula a relação laboral, está-se a criar condições para

mais atividades que tenham condições para passar para a atividade económica não reconhecida”, ou seja, a atividade económica paralela.

É por isso que, por um lado, a contratação coletiva e o aumento do salário mínimo são fundamentais para aumentar os rendimentos, neste caso, dos açorianos.

Se o Partido Socialista quer ser coerente com as suas posições sobre a necessidade de aumentar os rendimentos dos açorianos, principalmente aqueles rendimentos mais baixos, e para acabar com situações dessas em que os trabalhadores só podem aspirar receber um aumento salarial de 1,00€ ao fim de quatro ou cinco anos de trabalho, é preciso aumentar o salário mínimo.

Esse momento para o fazer pode perfeitamente ser agora.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(\*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há duas matérias distintas claramente neste processo: uma coisa é o aumento do salário mínimo no setor privado, que tem acontecido com aumentos como nunca tinha acontecido até agora na Região. Hoje, o salário mínimo na Região, e o senhor acabou de o reconhecer, é em 100,00€ superior ao que era há quatro anos, mais cerca de 20%, mais 1,400€ por ano.

O salário mínimo na Região é substancialmente superior àquele que se verifica no continente e na Madeira, quer por mês, quer obviamente por ano.

Outra coisa diferente é o ajustamento dos níveis e das categorias dos acordos de empresa ou da escala remuneratória das empresas, que não têm vindo a ser atualizada, em função do aumento do salário mínimo. Isso é uma matéria onde nós consideramos que se deve repercutir este aumento do salário mínimo também no ajustamento das categorias e dos níveis remuneratórios superiores

ao salário mínimo nas empresas, mas isso é uma matéria que não cabe ao Governo a sua intervenção, nem tem o Governo, nem esta Assembleia, competência sobre esta intervenção. É algo que deve ser fruto de um trabalho entre as associações representativas das empresas, das Câmaras de Comércio, e os sindicatos.

Eu considero, e o Governo considera, que é uma prioridade para os sindicatos (deve ser uma prioridade para os sindicatos) e deve ser uma prioridade também para as Câmaras de Comércio, ajustarem os níveis remuneratórios nas empresas acima do salário mínimo, para que o aumento do salário mínimo não seja o único aumento remuneratório na parte das empresas.

Isto é um desafio de concertação estratégica, mas é um desafio que não passa pelo Governo, nem por esta Assembleia.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Passa, isso sim, pelos sindicatos, pelas associações representativas dos sindicatos e pelas Câmaras de Comércio.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários:

Pelo entendimento que nós tivemos desta última declaração e intervenção do Sr. Vice-Presidente a posição do Governo Regional e do Partido Socialista, como resposta àqueles que são os anseios de todos os trabalhadores que ganham neste momento o salário mínimo, e principalmente os trabalhadores que ganham o salário mínimo no setor privado, é de “nós lamentamos, mas não podemos fazer nada”.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Lamentamos é a postura do Bloco de Esquerda, isso é que nós lamentamos!

**O Orador:** Que pena! “Lamentamos, mas não podemos fazer nada”. E não passa disso!

O que nós pedimos aqui é da mais elementar justiça.

Se esta proposta vier a ser aprovada, estamos a falar de um aumento que levará o salário mínimo na Região aos 645€. Portanto, ainda está longe daquele anúncio...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não é isso que está em questão, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... que deu manchetes nos jornais em novembro do ano passado, em que o Governo Regional dizia, e nós apoiamos e louvamos, que nenhum funcionário público na Região irá auferir de um rendimento proveniente do seu trabalho inferior a 700€.

Portanto, faria todo o sentido este aumento, porque o nível que nós propomos aqui de aumento, até pode ser entendido mais como um nível reformista, progressista, do que propriamente uma medida radical.

Já que falamos em radicalismos, aqui, a direita radical, escuda-se a debater o salário mínimo. E escuda-se em acusações ao proponente, ora porque faz plágios, ora porque faz propostas irrealistas. Não fala! Não quer debater o essencial.

Não é de estranhar, porque é a Juventude Popular que há alguns anos disse que a fixação de um valor mínimo do salário mínimo atrasa a economia.

Recordo: «a JP vê no salário mínimo nada mais do que o estabelecimento de um preço mínimo naquele que deveria ser o normal funcionamento do mercado de trabalho, sublinha a Comissão Política Nacional da JP.

Este preço mínimo tem dois efeitos muito claros no mercado de trabalho: impedir de trabalhar quem estiver disponível para trabalhar por valor inferior a esse preço, diz.

Por outro lado, acrescenta o documento [que devia ser uma Moção da JP], a fixação de um valor mínimo "impede de operar todas as empresas e serviços que não tenham a capacidade de remunerarem aquele montante.

Acreditamos na liberdade contratual entre empresas e funcionários sem que o Estado imponha um salário».

Isto está tudo dito acerca da direita radical.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Isso não vai acabar bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projeto de DLR n.º 27/XI foi rejeitada com 28 votos contra do Partido Socialista, 18 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Vamos agora avançar com os nossos trabalhos. Entramos no ponto 11 da Agenda.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Nos termos regimentais solicitava à Sra. Presidente um intervalo de 30 minutos.

Obrigado.

**Presidente:** É regimental. Regressamos às 16h30.

*Eram 16 horas e 03 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 16 horas e 36 minutos.*

Entramos agora no ponto 11 da Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XI – “Regime jurídico de licenciamento das atividades espaciais, de qualificação prévia e de registo e transferência de objetos espaciais na Região Autónoma dos Açores”**.

Deu entrada na Mesa um requerimento ao abrigo do artigo 134.º Regimento, um requerimento de baixa à Comissão, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Conjugando este artigo com o 87.º do nosso Regimento, o que eu tenho de fazer imediatamente é colocá-lo à votação. Como sabem não há debate, nem há lugar também a declarações de voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este requerimento, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O requerimento foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 2 votos a favor do Bloco de Esquerda.

**Presidente:** Fica então o diploma para apreciação e votação em plenário.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Governo dos Açores, atento às novas oportunidades no domínio do espaço, e considerando o posicionamento estratégico do arquipélago no Atlântico, tem

vindo a implementar uma estratégia para a valorização do nosso potencial espacial.

Desde 2008, temos vindo a trabalhar para abrir a Região à modernidade e à inovação no quadro das novas plataformas tecnológicas e científicas, e para conseguirmos posicionar os Açores na rota do desenvolvimento espacial, garantindo que temos um papel central nesta área.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Neste sentido, contamos já com várias infraestruturas que contaram com investimentos do Governo Regional. Exemplos disso mesmo são:

- A Estação de Rastreamento de Satélites de Santa Maria, a primeira estação da Agência Espacial Europeia em território português, com a capacidade de fazer rastreio de lançadores de satélite, e que desde 2009 também é usada para observação da Terra;
- E a Estação do Galileu, que monitoriza a qualidade do sinal e o posicionamento dos satélites Galileu em órbita da Terra.

Foi o investimento na estação de rastreio da ESA de Santa Maria que iniciou a corrida dos Açores no domínio aeroespacial, sendo que esta plataforma chamou a si empresas da área, como é o caso da Edisoft.

- Destaco ainda a Estação da Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais (RAEGE), também, em Santa Maria, estando, prevista, como sabem, a instalação de uma segunda estação RAEGE na ilha das Flores. Aliás aproveito para dizer aqui que ainda ontem assinei a escritura de aquisição do terreno na ilha das Flores onde será instalada a estação RAEGE das Flores.

**Deputadas Bárbara Chaves e Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Os dados produzidos pelas estações RAEGE têm utilidade em áreas como os estudos sísmicos, georreferenciação, navegação, vigilância e alerta de riscos naturais, indústria espacial e proteção civil.

- Em 2017, criámos a Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço (EMA-Espaço), porque se verificou um crescente interesse por parte de várias empresas e outras entidades em colaborar com a Região na área do espaço. Considerando a exigência deste tipo de projetos, julgámos relevante a criação desta estrutura, que tem sido coordenada pelo Eng. Luís Santos, que foi agora nomeado Vice-Presidente da recém-criada Agência Espacial Portuguesa, e que integra também a Região Autónoma dos Açores. Aliás é com redobrado orgulho que participamos ativamente na implementação da primeira agência espacial nacional, a Portugal Space que, para além de ter membros da região nos seus órgãos sociais, tem a sua sede em Santa Maria.

- Foi precisamente através da Estrutura de Missão para o Espaço, que Governo dos Açores integrou o Grupo de Projeto Space Surveillance and Tracking, que preparou a candidatura nacional ao SST europeu, e que foi aprovada o ano passado.

Portugal passou a pertencer ao grupo restrito de oito países que integram o projeto europeu de rastreio e vigilância de objetos no Espaço, e os Açores, mais propriamente a ilha Terceira, será a sede do Centro de Operações de Dados deste programa a nível nacional, que deverá entrar em funcionamento durante o corrente ano e foi alvo de um protocolo assinado recentemente entre o Governo dos Açores e o Ministério da Defesa Nacional.

Neste sentido, a Região vai beneficiar de fundos da União Europeia para a operação do sistema Space Surveillance and Tracking (SST), o que representa uma fonte de financiamento adicional para a operação das infraestruturas existentes ligadas ao Espaço, permitindo também desenvolver competências regionais neste setor, bem como a capacitação técnica de recursos humanos e a criação de emprego especializado.

- Refira-se ainda que durante este ano será instalada, na ilha de Santa Maria, a nova antena de 15 metros da ESA que será dedicada ao programa científico

PROBA3, de observação do Sol e a outros projetos que vão potenciar a prestação de mais serviços a partir de Santa Maria.

- Refira-se ainda a conclusão para breve da nova estação da Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos, a EUMETSAT, em Santa Maria;

Outros exemplos da aposta do Governo Regional dos Açores nesta área são ainda a integração de um membro da EMA-Espaço no Management Board da rede NEREUS; as sucessivas organizações dos concursos CanSAT nacional e europeu, em Santa Maria; ou a integração da Região nas redes Copernicus Relays e Copernicus Academy.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega do Governo:

Estes são apenas alguns exemplos do esforço que tem vindo a ser feito por parte do Governo Regional na captação de investimentos num conjunto de infraestruturas relacionadas com a área da tecnologia aeroespacial.

Desde 2008 até agora, e só em Santa Maria, a indústria aeroespacial gerou um retorno direto para a economia local de cerca 2.8 milhões de euros. Em termos de empregos, na sua maioria empregos qualificados, regista-se à data cerca de 6 colaboradores permanentes, mais 6 indiretos e mais 4 em fase de recrutamento no caso da EDISOFT. No caso da RAEGE, existem atualmente 3 colaboradores prevendo-se que possam passar a 7 ainda este ano. Esta é a prova de que a indústria espacial está a crescer e a tornar-se uma área económica cada vez mais importante para a nossa Região.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Esta é uma realidade que resultou e resulta de uma estratégia e de políticas ativas de promoção desta área.

Como é público, foi recentemente lançado um procedimento de Contratação Pública, o Programa Internacional dos Açores, para o Lançamento de Satélites, com o objetivo de poder vir a ser implementado um porto espacial, na ilha de

Santa Maria, para o lançamento de microssatélites. Esta é uma iniciativa do Governo Regional, que conta com a colaboração do Governo da República, que esperemos se possa concretizar, trazendo mais desenvolvimento à ilha de Santa Maria e à Região.

Santa Maria é, aliás, o maior polo de tecnologias espaciais do nosso país,...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... mas tem potencial para ser muito mais, e outras iniciativas estão mesmo a ser prospetadas e avaliadas tanto de cariz mais empresarial, como de cariz mais científico e tecnológico.

É precisamente no âmbito da estratégia de valorização do nosso potencial no domínio do espaço que o Governo Regional aprovou, em Conselho do Governo, esta proposta de diploma que define o regime jurídico de licenciamento das atividades espaciais no território regional, e que será hoje votada aqui pelas senhoras e senhores deputados.

Através desta legislação, garantimos que os interesses dos Açores e dos Açorianos ficam salvaguardados neste domínio, uma vez que será a Região a decidir sobre todos os projetos que tenham por base infraestruturas ou plataformas situadas no nosso espaço terrestre ou marítimo.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Esta proposta de Decreto Legislativo Regional vem regular o regime jurídico de licenciamento das atividades espaciais, de qualificação prévia e de registo e transferência de objetos espaciais, relativos a atividades a desenvolver nos Açores, bem como o respetivo regime económico e financeiro.

Saliente-se que o Decreto Lei 16/2019, no seu artigo 27.º, estipula que, no caso das atividades espaciais a desenvolver na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico é definido por Decreto Legislativo Regional, sem prejuízo de pareceres vinculativos, fundamentados, dos responsáveis pelas pastas da Defesa

e da Administração Interna, do Governo da República, quando estejam em causa questões de defesa e de segurança nacional.

Esta proposta de Decreto Legislativo Regional define o licenciamento e o retorno, as operações de comando e controlo e a entidade regional responsável pelo processo, e define também aquilo que são os processos de contraordenações, taxas e contribuições.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Acreditamos, pois, que a aposta no setor espacial continuará a trazer mais-valias à Região, atraindo mais empresas, projetos e infraestruturas, geradoras de mais emprego, sobretudo emprego qualificado, e mais riqueza.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem! Diga isso mais vezes!

**O Orador:** Esta é uma estratégia que resulta do trabalho deste Governo e de outros Governos que o antecederam, do Partido Socialista; e da ambição de fazer o futuro acontecer, em prol da nossa Região. Esperamos assim, poder contar com o apoio das senhoras e senhores deputados na aprovação deste diploma.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem algumas inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

**(\*) Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de Decreto Legislativo Regional que estamos hoje a analisar nesta Casa refere-se à definição de um regime jurídico de atividades espaciais que

venha a ser instalado nos Açores em qualquer uma das nossas ilhas dos Açores, em todas aquelas que tecnicamente for possível o desenvolvimento destas atividades.

Esta proposta decorre da aprovação de um Decreto-Lei na República sobre o qual esta Assembleia Regional e a Comissão de Economia, em concreto, tiveram oportunidade de se pronunciar em tempo oportuno, e que se aplica ao território nacional.

A iniciativa agora em análise nesta Assembleia, tal como previsto no Decreto-Lei, também já referido pelo Sr. Secretário, adapta e transpõe esta legislação à realidade regional, às nossas especificidades, através da criação de um quadro legal próprio, com competências que também o nosso Estatuto Político-administrativo nos confere e que a nossa autonomia consolida.

Eis-nos aqui, portanto, perante mais um exemplo prático do exercício responsável da autonomia.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** À semelhança do que acontece com outros regimes jurídicos existentes e em vigor na Região, este diploma, esta proposta apresentada pelo Governo Regional, irá permitir regular uma atividade económica, com especificidade únicas em Portugal e nos Açores, que obrigará que toda e qualquer empresa que pretenda desenvolver este tipo de atividades na Região tenha que cumprir um conjunto de regras e de procedimentos legais, específicos, para que possam ter acesso às atividades propriamente ditas, bem como a definição de um regime de contraordenação e de taxas a aplicar ao desenvolvimento destas atividades.

Sendo certo que este diploma se aplica a todas as ilhas dos Açores, não se pode ignorar, no entanto, que se encontra a decorrer um procedimento concursal para a instalação de uma plataforma de lançamento de microssatélites nos Açores,

mais concretamente na ilha de Santa Maria, no lugar da Malbusca, na freguesia de Santo Espírito.

Relativamente a esta matéria e conforme teve oportunidade de dizer o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, na última sessão de esclarecimento prestada à população na semana passada, que se desenvolveu no novo polo da Vila do Porto do Museu de Santa Maria, refira-se até, numa demonstração clara do que se quer em termos de uma governação aberta e participativa,...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... que se defende e que se pratica na Região,...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... dizia eu que o processo concursal a que me referi, trata-se de um concurso público internacional, por negociação, e de algo concorrencial, que corresponde a um procedimento legal previsto no direito português, mais concretamente no seu artigo 29.º da Lei dos Contratos Públicos, e que permitirá que empresas de todo o mundo possam apresentar soluções, as suas melhores soluções, para a instalação de uma plataforma de lançamento de microssatélites na Ilha de Santa Maria.

Após essa fase, e caso exista alguma solução que se adegue à realidade local, que seja do interesse da Região e que assegure as condições de segurança para a população e acautele as questões com minimização de eventuais impactos ambientais que possam advir da solução adotada, será então lançado o concurso público, formal, com a apresentação de um caderno de encargos para a instalação e construção da plataforma de lançamento de microssatélites em Santa Maria.

Esta informação foi-nos transmitida, como já disse, numa sessão de esclarecimento pública, promovida pelo Governo Regional, e que eu, não nas condições de Deputada, mas como mariense, tive oportunidade de assistir.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma nova área para os Açores e para Portugal.

São os Açores que conferem a Portugal uma dimensão atlântica e também serão agora os Açores que permitirão que Portugal se abra a novos desafios ao nível do setor do espaço.

Obrigada, Sra. Presidente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou apenas pronunciar duas frases, porque considero este assunto muito importante.

Quero que fique registado que dou o máximo de apoio a este projeto e considero esta legislação, que acautelas as nossas competências nesta matéria, de enorme importância.

Portanto, vou votar favoravelmente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma breve nota para justificar, uma vez que não existe uma figura regimental que assim o permita, que o nosso requerimento para a

iniciativa baixasse à Comissão não foi aceite, infelizmente, e por isso consideramos que não há da nossa parte condições para a discussão deste diploma, tendo em conta os pareceres que chegaram, um deles longo, extenso, complexo e muito delicado, que chegou há dois dias. Isso é preciso que fique registado e que fique bem assente.

Obviamente na minha intervenção vou justificar esta nossa perspetiva e a análise do parecer que nós fazemos numa breve análise.

O Bloco de Esquerda não entende a forma apressada e até atabalhoada como esse diploma, o regime jurídico de licenciamento das atividades espaciais tem sido tratado.

Relembro que este diploma, sem pedido de urgência, deu entrada a 6 de março e já está hoje a ser discutido em plenário,...

**Deputado Carlos Silva (PS):** E bem, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... algo que é incomum. A menos que haja uma explicação para toda esta pressa, não entendemos que este diploma não pudesse ser objeto de um tratamento e de uma análise séria e ponderado em Comissão.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** E foi. O senhor até foi a Santa Maria discutir esse assunto!

**O Orador:** Percebemos, como já foi explicado pelo Sr. Secretário...

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Se eu puder falar.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Percebemos, como já foi explicado pelo Sr. Secretário Regional, a necessidade de uma rápida resposta para a possibilidade de se criar infraestruturas nesta área de atividade, mas este diploma não tem interferência direta neste processo, no imediato.

O licenciamento só se coloca em 2021, quando o projeto do porto espacial estiver concluído.

Por conseguinte, consideramos que era mais do que razoável uma apreciação mais cuidada deste diploma de forma célere, mas com a devida ponderação.

Mas o que estamos a tratar não é do regime de licenciamento de uma roulotte de bifanas. Nesta perspetiva, também não se compreende as reticências do Partido Socialista em sede de Comissão para solicitar pareceres a entidades conhecedoras da matéria ou com quem, direta ou indiretamente, esta nova atividade tem conexões.

Neste particular, o tratamento dado ao parecer da ANACOM é rocambolesco. A classificação inicial como confidencial do parecer desta entidade carece de qualquer fundamento como, aliás, se veio e bem a confirmar.

O parecer da ANACOM é extenso, tem 13 páginas, é detalhado e arrasa por completo a proposta do Governo Regional.

Será esta a razão para ter sido artificialmente classificado como confidencial?

Não é um parecer qualquer. A ANACOM é a Entidade Reguladora deste setor.

Este documento, com esta carga, foi entregue a 9 de abril para discussão de um diploma estrutural a 11 de abril.

Numa leitura rápida do parecer da ANACOM, podemos constatar pelo menos três linhas de avaliação que consubstanciam a lógica arrasadora deste documento face ao diploma hoje em discussão.

Em primeiro lugar, uma lógica anti-autonómica que parece derivar dos preconceitos centralistas em que os sucessivos da República têm sido pródigos, sem excluir o atual Governo do Partido Socialista que sustenta outras leis anti-autonómicas...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Apoiado pelo Bloco de Esquerda!

**O Orador:** ... como a emblemática Lei do Mar.

A mesma linha anti-autonómica do Decreto-Lei n.º 16/2019, que regula as atividades espaciais da exclusiva responsabilidade do Governo da República do Partido Socialista, contém disposições que são utilizadas como suporte para o parecer negativo da ANACOM.

Esse facto demonstra que o Governo República legislou de forma contrária aos interesses da Região.

Mas neste parecer saltam à vista outros argumentos de ordem técnica e até de qualidade legislativa que colocam em causa este diploma.

São discrepâncias e antagonismos, entre conceitos e definições, que são potencializadoras de conflitos entre entidades na persecução futura dos projetos espaciais.

Potenciais conflitos entre agências e regulador por ausência de definição clara de competências.

Numa leitura que não consubstancia um estudo aprofundado, foi possível detetar estas incongruências na proposta que só um estudo mais cuidado permitirá destrinçar aquilo que são preconceitos anti-autonómicos de erros técnicos, conceitos errados e até mesmo incompreensões.

Perante estes argumentos, neste processo atabalhado, consideramos que mandava ou mandaria o bom-senso e o superior interesse dos Açores, que esta proposta de Decreto Legislativo Regional baixasse à Comissão competente e que fosse analisada sem demora, mas com ponderação, ponderação esta que, se for caso disso, permitiria unir este Parlamento em defesa de um projeto dos Açores e em defesa da Autonomia.

**Deputado André Bradford (PS):** Então podemos fazer num protocolo. Em vez de ir à Comissão faz-se um protocolo!

**O Orador:** Este Parlamento não pode ficar refém de uma desinteligência entre o PS Açores e o PS nacional, e respetivos governos que podem prejudicar os Açores.

É a clarificação e não a confusão que serve os Açores.

Aprovar este diploma da forma como está é uma irresponsabilidade que terá graves consequências a prazo devido às lacunas, às divergências e potenciais conflitos entre entidades com competência na matéria.

Esta pressa do Partido Socialista em avançar com esta proposta só se explica com um facto que se chama eleições legislativas de outubro de 2019.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Elisa Sousa.

(\* **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD apresenta-se aqui nesta Casa com a mesma atitude e a mesma postura que se apresentou na sessão do Governo na ilha de Santa Maria, na semana passada, no dia 4 de abril, com vontade de acolher projetos que possam trazer inovação tecnológica...

**Deputados Bruno Belo (PSD) e José San-Bento (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... que possam trazer novas oportunidades e que possam potencializar as questões de ilhas e aquelas que são as potencialidades da nossa ilha.

No entanto, temos plena noção de que este é um projeto com muitas especificidades e que deveria ser analisado com mais cautela.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não foi bem isso que a senhora disse outro dia em Santa Maria! Leia o nosso comunicado!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**A Oradora:** Posso continuar, Sra. Presidente?

Muito obrigada. Se me derem permissão eu irei continuar.

A verdade é que na sessão de esclarecimento o Sr. Secretário remeteu para o caderno de encargos que será criado, depois de se ouvirem as propostas das

empresas e dos consórcios que poderão concorrer agora a este programa, neste caderno de encargos que será criado pelo Governo, estarão asseguradas todas as questões ambientais, sociais, culturais. Portanto, nesse aspeto nós daremos um voto de confiança ao Governo,...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** ... esperando que efetivamente essas questões sejam devidamente acauteladas e asseguradas,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** ... porque nós não nos inibimos de fazer todas e quaisquer questões, desde que isso acautele a sustentabilidade deste projeto.

Muito obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

A decisão de implementar o porto espacial parece estar tomada. Esclareça-nos, contudo, Sr. Secretário, os seguintes aspetos que consideramos fundamentais e imprescindíveis para que se possa tomar uma posição devidamente esclarecida sobre este projeto.

Quais as razões que estão na base da conclusão e decisão que a ilha de Santa Maria era o local ideal para instalar esta infraestrutura ou esta estrutura, nos termos de desenvolvimento da estratégia Portugal Espaço 2030?

Por que razão as entidades potencialmente interessadas, bem como as populações, têm sido mantidas à margem do desenrolar deste processo?

**Deputado André Bradford (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** Foram, ou estão a ser tidos em conta, todos os impactos que uma estrutura desta natureza terá, nomeadamente nas diversas áreas, desde a economia local, à segurança, ao impacto na vida das populações, ao ambiente, à preservação do património?

Será efetuada uma avaliação do impacto ambiental, previamente e em tempo útil, às decisões definitivas sobre o projeto?

Existem e foram consideradas localizações alternativas à localização ora proposta para o porto espacial? E caso afirmativo quais foram estas?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS considera que este é um diploma importante e que vem regular uma atividade onde a Região tem um grande potencial, preenchendo desta forma uma lacuna que existia.

De facto, as atividades ligadas ao espaço podem trazer grandes dividendos à nossa Região, no futuro, e como tal dar um contributo importante para o desenvolvimento da Região.

Consideramos ainda que este diploma confere um vasto leque de competências à nossa Região que são condicentes com o nosso Estatuto e com a nossa posição autonómica.

Gostaria ainda de referir que em sede de Comissão o CDS deixou claro que no nosso entender este diploma deveria ter fixado já alguns mecanismos de salvaguarda da qualidade e das condições ambientais...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... porque, no fundo, nós entendemos que este diploma poderia já de alguma forma balizar, à partida, do ponto de vista ambiental, as atividades ligadas a este setor, a realizar na Região.

A verdade é que a Região tem já a experiência, no que toca a danos ambientais causados por terceiros nas nossas ilhas, e tem como exemplo claro a situação de contaminação de solos e aquíferos na Praia da Vitória.

Nós temos perfeita noção do desafio que representa repor uma situação ambiental e temos também especialmente noção da dificuldade que é fazer com que o poluidor se responsabilize pelos danos causados pela sua atividade.

Portanto, nós não necessitamos de mais exemplos destes.

Chamamos a atenção ainda para a importância de em sede de regulamentação e em sede de licenciamento serem acauteladas estas questões ambientais e também de serem tidos em conta alguns dos aspetos que foram apontados pelo parecer da ANACOM.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(\*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre o debate que estamos aqui a fazer hoje, eu gostaria de dizer, em primeiro lugar (e na altura equacionei fazer uma interpelação à Mesa para explicar, mas como iria intervir a seguir, julgo que poderei fazê-lo nesta altura), que relativamente ao documento da ANACOM que chegou na segunda-feira a esta Casa e deu entrada na terça-feira, que foi uma decisão da Comissão pedir esse documento. Foi dado o prazo até à segunda-feira e ele entrou.

Portanto, a entidade a qual nós convidamos a emitir parecer fez a sua parte. Nós na comissão concordámos e foi aprovado por unanimidade, nomeadamente pelo Bloco de Esquerda. Portanto, ele entrou.

O Sr. Deputado, tal como eu e tal como todos os outros Deputados, teve o mesmo tempo para análise do documento e ele foi considerado confidencial por parte dos serviços...

**Deputado António Lima (BE):** Mal!

**A Oradora:** Não é mal! Diz lá que o email e os anexos são confidenciais.

Os serviços cumpriram escrupulosamente aquilo que a lei lhes obriga.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Eu expliquei isso ao Sr. Deputado por telefone. Falei consigo e com qualquer um dos coordenadores na Comissão de Economia.

Portanto, custa-me estar aqui a ser levantada uma questão que não tem nada a ver com este diploma, que tem a ver com o facto dos serviços da Assembleia cumprirem a sua obrigação legal.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Foi enviado a seguir um email à ANACOM, eles levantaram a confidencialidade do documento e o documento está disponível a todos.

O Sr. Deputado e o Sr. Deputado Paulo Mendes já tinham conhecimento desse email, logo no dia da entrada do mesmo, tal como eu, tal como os outros elementos da Comissão.

Portanto, o tempo que eu tive para analisar foi o mesmo que o Sr. Deputado.

Portanto, não vê aqui qualquer necessidade de baixar à Comissão.

O documento foi analisado em Comissão, tal como é analisado qualquer outro documento que está em análise na Comissão de Economia.

Foram feitas as diligências, foram feitas as audições, foram pedidos os pareceres. Os pareceres chegaram normalmente. Portanto, ele está aqui para ser

agendado. Não sei qual é o problema que o Sr. Deputado tem em analisar os documentos rapidamente.

Nós, na Comissão de Economia (o senhor não está lá) temos tido a preocupação de, de uma forma célere,...

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... despachar tudo aquilo que é preciso ser despachado o mais rapidamente possível dentro das nossas possibilidades.

Portanto, este foi um documento tratado da mesma forma que todos os outros são tratados.

Relativamente a este documento em análise e relativamente a esta área, eu gostaria de dizer que estes processos, relativamente ao setor espacial, são processos muito complexos, são uma nova área que a Região e Portugal se deparam, áreas muito específicas, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem desde o início acompanhado, desde a primeira vez que se falou sobre estas questões, ainda na anterior legislatura.

Temos acompanhado com toda a atenção, com todo o cuidado, sem protagonismos, e isso é importante que se diga, sem anúncios, sem elevadas expectativas, com muita moderação,...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... mas também com muita determinação e com muita perspetiva de futuro.

Relativamente a estes projetos da área espacial, gostaria de deixar bem claro que para nós o que importa é que todos os passos sejam seguidos sem pressa, todos os prazos sejam cumpridos, todas as informações sejam recolhidas, todos os estudos necessários sejam desenvolvidos de forma a que os projetos que venham a ser implementados, quer na Ilha de Santa Maria como em qualquer outra ilha dos Açores, confirmem uma mais-valia económica para os locais onde são instalados, que promovam a criação de emprego direto e indireto nas nossas

ilhas, que promova a instalação de novas empresas e de novos nichos de mercado, que potencie a criação de emprego aos nossos jovens, tanto daqueles que estão a estudar em Santa Maria como daqueles que se encontram a completar os seus estudos fora da ilha e que têm investido na sua formação e frequentado cursos relacionados com as áreas das tecnologias.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** E para todos aqueles jovens que já completaram a sua formação também nessas áreas, e são muitos, e que estão a trabalhar em áreas relacionadas com as tecnologias e que pretendam regressar aos Açores para trabalhar.

Defendemos projetos que se constituam como um polo dinamizador da economia, sem esquecer, sem dúvida, as questões ambientais, os aspetos da sustentabilidade que são tão importantes e tão caros para o Governo dos Açores e para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** De Santa Maria ao Corvo, o sucesso de qualquer área específica, em determinada ilha, é sinónimo de sucesso para todas as ilhas.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Esta tem sido a nossa postura e sempre será a nossa postura.

Importa também, e não podia deixar de o fazer aqui, lembrar que os Açores têm uma apetência especial ao nível das questões espaciais e não é de agora. Ao longo dos tempos o Partido Socialista, no Governo Regional dos Açores e na República, tem tido uma visão e investido nestas novas áreas das tecnologias.

Relembre-se aqui, para aqueles que sejam mais esquecidos ou um bocadinho céticos nesse tipo de investimentos, que era Ministro da Ciência do Governo do PS (era um Governo do Partido Socialista), quando em 2000 houve a primeira notícia sobre a possibilidade de se instalar uma estação de rastreio de satélites na Ilha de Santa Maria, uma estação que era provisória.

Em 2004 começou-se a instalar a unidade de rastreamento de satélites.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Somos a favor da inovação, por isso votamos favoravelmente este diploma!

**A Oradora:** Em 2008 a estação foi concretizada e essa estação que eu falei que era provisória passou a definitiva com mais-valias sociais e económica para a Ilha de Santa Maria.

Depois veio a Estação Galileu, que é uma estação única em Portugal e que existe nos Açores, e hoje já se encontra, também como já disse o Sr. Secretário, em fase de instalação uma nova antena que fará a monitorização dos satélites da Guiana Francesa, bem como a monitorização dos derrames de hidrocarbonetos do atlântico norte, bem como em fase final de instalação de uma Estação EUMETSAT.

Todas essas infraestruturas criam aquilo que em Santa Maria hoje se fala e se conhece como o Teleporte de Santa Maria, e que sem dúvida irá crescer mais e trazer mais-valias económicas para a Região.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Ligadas ao espaço não existem só as instalações do Monte das Flores, em Santa Maria.

Estou a lembrar-me, por exemplo, de todos os investimentos relacionados com a AirCenter, as Estações RAEGE, uma que já existe instalada em Santa Maria e outra que o Sr. Secretário anunciou agora, que está em fase de instalação através da aquisição do terreno.

Também não esquecer a Estação da Graciosa, que relacionada com o clima ou com a Estação SST da ilha Terceira.

São exemplos que gostaria aqui de deixar, que factualmente realçam a visão do Partido Socialista e dos Governos dos Açores para as áreas das tecnologias...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... e para as tecnologias espaciais.

Esta visão trouxe-nos até aqui, numa caminhada que inicialmente fizemos sozinhos, solitários,...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... mas que hoje temos a certeza que muitos de acotovelam para ficar na fotografia dos Açores e do futuro.

É, aliás, a altura de os partidos imitarem as suas opiniões relativamente aos projetos espaciais que se estão a implementar em Santa Maria.

São todos bem-vindos nesta nova era dos Açores.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):** Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega Membro do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de registar aqui um momento que eu considero muito importante, que é a aprovação de um Decreto Legislativo Regional que regula as atividades espaciais na Região.

Julgo que isto deve ser realçado, porque se trata de uma legislação única e talvez sejamos a única Região do mundo que tem esta legislação.

Naturalmente que há poucos países no mundo que tenham esta indústria espacial desenvolvida e para nós é naturalmente um orgulho pertencermos – e Portugal, naturalmente – e termos entrado nesta área da forma como o estamos a fazer.

Para isso congratulo também aqui os partidos presentes pelo voto de confiança e pela aprovação que fizeram, e a importância que reconhecem neste projeto.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado António Lima, permita-me só referir duas ou três questões que me parecem importantes.

Em primeiro lugar, por quê a pressa?

A pressa prende-se com o facto de ter havido um Decreto-Lei publicado em janeiro. Já estamos em abril.

Entretanto foi lançado um concurso público para a possível construção de um porto espacial na Ilha de Santa Maria, para o lançamento de microssatélites, e naturalmente que as empresas têm que saber com o que contam do ponto de vista do enquadramento legislativo, embora naturalmente muitas das questões que foram aqui levantadas são do fórum da regulamentação que será feita *a posteriori*, inclusive algumas (e muitas) do parecer da ANACOM, que também tive conhecimento durante o dia de hoje, são de natureza regulamentar e isso será tudo acautelado nesse aspeto.

Deixe-me dizer também, aliás, que a ANACOM não tem que reconhecer autonomia. Ela é uma entidade reguladora. Portanto, não percebo bem a sua questão.

O que posso dizer é que neste aspeto, ao contrário de outros, como disse e muito bem o Sr. Deputado Alonso Miguel, esta legislação confere à Região uma série de poderes, digamos assim, de sermos nós, a Região e os açorianos, a decidir muitas das questões relacionadas com o espaço.

Isso naturalmente não foi fácil, mas que fique bem claro: eu considero que isto foi uma vitória não nossa, mas uma vitória, em geral, dos açorianos.

Outra questão tem a ver com toda a legislação que estamos aqui a produzir. Naturalmente que tem questões bastante técnicas e a regulamentação irá conter também alguma complexidade técnica, mas deixe-me referir que nós, nesta área, temos que ver o exemplo dos outros e ser competitivos.

Esta legislação que trazemos aqui, à semelhança da legislação nacional, tinha também esse objetivo, de ser uma legislação competitiva, porque como

sabemos, e nesta nova era do espaço, existem outros concorrentes, existem outros países na área do lançamento de microssatélites, que se julga, e pelos menos a informação e tudo o que tem sido publicado nesta área nos diz, que será uma área que terá um grande desenvolvimento, e por isso nós, o país e a Região, temos que ser competitivos e também por isso a legislação se configurou da forma como está contida na proposta.

Quanto a algumas das afirmações do Sr. Deputado João Corvelo, eu julgo que – e os documentos são públicos – em relação a muitas das questões o Governo Regional já repetiu, redisse (repetiu, repetiu e repetiu) e naturalmente que tudo o que tem a ver com as questões ambientais, as questões de segurança, podem os açorianos, podem os marienses estarem descansados que serão naturalmente atendidas e serão alvo de uma preocupação redobrada por parte do Governo Regional, caso se implemente, por exemplo, o porto espacial ou outro tipo de infraestruturas nos Açores.

Por isso não me canso de repetir isto, e volto a repetir aqui, para que de uma vez por toda essa questão esteja bem clarificada na mente de todos nós.

Só mais um outro esclarecimento, embora estejamos a discutir um Decreto-Lei e um regime jurídico, não estamos a discutir propriamente as questões do porto espacial, mas deixe-me só dizer o seguinte:

Quanto a localizações alternativas, e no caso concreto do porto espacial, apesar de não ser o âmbito aqui, devo dizer-lhe que foram estudadas várias outras localizações, e estudos feitos pelas empresas que estavam interessadas e que vieram para os Açores, que me perguntaram e recolheram dados, e de facto o sítio identificado a algum tempo, que é a Malgusta em Santa Maria, é o sítio que tecnicamente (isto são questões muito técnicas, não são questões nem políticas, nem de outra ordem, são questões puramente técnicas) reúne as condições mais favoráveis para este tipo de empreendimento.

Mais!... Mesmo assim, e de acordo com os estudos da ESA, embora nós não tenhamos acesso a esses estudos porque são de alguma forma confidenciais, feitos por várias empresas que a ESA solicitou os estudos, Santa Maria aparecia nesses estudo como, na Europa, o sítio com melhor potencial, a par de outros, mas Santa Maria tinha sempre alguma vantagem, pelo menos, penso eu, em três desses estudos.

Finalmente para dizer que o que estamos aqui a tratar é simplesmente de um regime jurídico de enquadramento dessas atividades e pode estar certo que o concurso e tudo o que foi feito, aliás é público e podem ver as preocupações que existem tanto em termos espaciais, mas outro tipo de preocupações.

Ainda em relação ao porto espacial posso dizer-lhe que não nos interessa ter só o porto espacial e haver lançamentos verticais de vez enquanto, de Santa Maria. Não!...

Tudo o que foi feito até agora e tudo o que está previsto, digamos, na memória descritiva do concurso e que estará previsto numa fase tardia do processo (é um processo que tem três fases) compreende também outras obrigações e outros desafios que nós colocamos aqui às empresas, como é que elas vão desenvolver à volta do porto espacial e vão potenciar o aparecimento de outras empresas e de outras atividades.

A nós não nos interessa só ter um porto espacial. A nós interessa-nos, de facto, fixar outro tipo de empresas que orbitem à volta do porto espacial e que possam trazer elas também mais riqueza, mais emprego qualificado e julgamos que a forma como este concurso foi lançado permite realmente nós podermos avaliar de uma forma concorrencial as propostas das empresas nesse aspeto, além de que elas também terão que apresentar quais serão aquilo que elas acham, quais são os impacto sociais, económico e locais para a ilha, ou para Região, e muitos outros aspetos.

Terminava por aqui a minha intervenção.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pelo princípio, pela questão do parecer, a questão da celeridade e pela questão também da suposta confidencialidade deste parecer.

Em primeiro lugar, eu obviamente não estava na Comissão de Economia, mas recebi o parecer, como todos os Srs. Deputados.

Deixe-me que lhe diga uma coisa, Sra. Deputada:

Nós quando lemos este *email* da ANACOM a responder à solicitação do parecer, a primeira coisa que saltou à vista foi que a ANACOM começa por dizer que dispôs de um prazo muito curto para análise do diploma e que reserva-se ao direito de enviar mais opiniões e acrescentar matéria ao parecer.

Isto quer dizer que a entidade que em Portugal, até aqui a única entidade responsável pela regulação desta área, é a entidade que achou que o prazo que teve para analisar o próprio diploma foi curto.

Sra. Deputada, se acha que este parecer, que não é um parecer qualquer, é um parecer técnico, mas não só, que levanta questões de várias ordens, deve ser discutido, deve ser analisado e debatido no plenário, em pouco mais de meia hora, então não quer discutir seriamente esta matéria, não quer discutir com seriedade e com responsabilidade este assunto que não é, como já disse na minha intervenção inicial, o licenciamento de uma roulotte de bifanas. É o licenciamento de uma atividade complexa, que tem riscos, que pode ser benéfica para os Açores, mas tem que ser tratada com seriedade. Em meia hora ou 45 minutos, no plenário, não é o local certo para o debater.

Deve ser analisada em Comissão e aprofundada. Não é aqui, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, eu sinceramente não percebo qual é a pressa, Sr. Secretário.

Aliás, percebo! Mas as razões que são alegadas não são essas.

Eu percebo qual é a pressa, mas as razões para a pressa...

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Também não percebo por que é que chegará atrasado! O senhor quer é prejudicar os Açores!

**O Orador:** ... não são aquelas que o Partido Socialista e o Governo alegam.

Srs. Deputados, qual seria o problema deste diploma baixar à Comissão por mais um mês e estar em discussão por mais um mês.

Sinceramente eu não percebo, até porque o Sr. Secretário já afirmou publicamente que o próprio caderno de encargos deste Projeto só será conhecido provavelmente lá para outubro, se não me engano, se não me falha a memória.

Então qual é a necessidade de não se analisar este diploma mais um mês em Comissão e de trabalhá-lo de forma mais séria e mais responsável?

O parecer da ANACOM não levanta apenas questões técnicas que possam ser decididas em regulamentação, de forma alguma.

Levanta questões autonómicas, sim senhor, Sr. Secretário.

Por exemplo, a ANACOM fala em mar adjacente aos Açores e diz que não sabe o que é.

Isto, se há questão autonómica é esta. É decidir, por exemplo, sobre o que é efetivamente o mar dos Açores. É uma questão complexa, é uma questão central para os Açores.

Por isso, como já disse, não pode ser tratada desta forma.

Trata também de receitas, de receitas da própria atividade, receitas que são da Região ou então atribuídas a outras entidades.

O Partido Socialista quer, por exemplo, atribuir 20% das receitas a uma associação de direito privado que tem o pomposo nome de Agência Espacial Portuguesa, mas que afinal é uma Associação de Direito Privado.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sem fins lucrativos!

**O Orador:** Mas a verdadeira razão para a pressa do Partido Socialista é que quer esconder os conflitos que existem entre o Governo da República e o Governo Regional, que têm a ver com a Autonomia, porque o Partido Socialista o que fez foi pôr no caixote do lixo o *slogan* “os Açores primeiro” e já colocou o PS primeiro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer.

Sr. Deputado António Lima, deixe-me reforçar aqui um ponto.

Eu disse que havia de facto alguma pressa, porque o procedimento público já foi lançado e as empresas naturalmente têm que saber qual é o regime jurídico, qual é o regime legal, em que estão envolvidas.

É natural que exista alguma pressa para que as empresas tenham conhecimento desse regime legal quando quiserem fazer qualquer atividade desta natureza nos Açores.

Por isso nós temos que ser competitivos em relação aos outros países. Nós temos que dar passos para que as empresas encontrem na Região motivos para investirem e esses motivos, um deles, e muito importante, é naturalmente o regime legal que a sua atividade pode estar inserida.

Eu não sei se o Sr. Deputado conhece o procedimento público que foi lançado, mas em relação às várias fases do concurso (e já agora também para esclarecer o plenário sobre uma questão):

Esta tipologia de concurso público permite exatamente que sejam as empresas a nos dizerem as soluções técnicas que têm e quais são os combustíveis, as quantidades de combustíveis.

Há uma série de questões técnicas que o contraente, neste caso, a Região Autónoma, não conhece e só a partir de conhecer, só a partir das soluções que as empresas nos disserem, é que entrará uma avaliação por parte da autoridade ambiental, que neste caso é a Direção Regional do Ambiental, a avaliar as propostas e vai dizer assim: com este tipo de indústria, este tipo de atividades requer este tipo de estudo ambiental, ou de impacto ambiental, ou de incidência ambiental, mas só depois de se conhecer, porque neste momento ainda não se conhece.

Esta segunda fase do diálogo concorrencial é precisamente para nós conhecermos as soluções técnicas que as empresas têm e só a partir daí é que pode haver uma avaliação do processo.

Eu até acho que este concurso da forma como está desenhado é muito cuidadoso nesse aspeto e em tudo o que tem a ver com isso.

Um outro ponto que eu gostaria de chamar a atenção, ou que o Sr. Deputado chamou a atenção, é com a transferência que nós fazemos para a Agência Espacial Portuguesa.

A Agência Espacial Portuguesa, para já, dizer-lhe que é uma instituição que foi criada e nós, Governo Regional, pertencemos, com muito orgulho. É a primeira Agência Espacial Nacional.

É financiada por entidades públicas, tem objetivos totalmente públicos. Aliás, não sei se conhece os Estatutos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Qual o diploma?

**O Orado:** Eles são extensos, mas eu posso dizer aqui, por exemplo, alguns deles:

“Tem por finalidade promover e executar a estratégia nacional para o espaço, estimulando e gerindo o desenvolvimento de infraestruturas, iniciativas e programas nacionais ligados ao espaço, promovendo o investimento, a criação de emprego qualificado e a prestação de serviços ligados a ciências e

tecnologias do espaço, bem como estimulando o conhecimento científico e tecnológico e a capacidade empresarial nacional ao longo de toda a cadeia de valor associado a este setor...”, etc. etc..

Ou seja, uma série de finalidades que esta agência tem que são finalidades, na sua maioria de interesse público, de fomento da ciência, da tecnologia, do desenvolvimento e não vejo porquê que põe em causa a transferência para uma agência deste género.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Para mais, posso dizer-lhe também que está sujeita ao código dos contratos públicos e também está obrigada a prestar contas anualmente ao Tribunal de Contas, de acordo com a lei em vigor.

Portanto, não vejo aqui o seu medo, o seu receio e a sua interrogação em relação à Agência. Ela naturalmente tem que viver para suas atividades e para promover as atividades espaciais.

Portanto, tem que ter receita e eu julgo, e bem, que o Governo Regional encontrou esta forma, pelo menos em parte das taxas de licenciamento, que parte delas revertam para a agência para ela poder funcionar.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Vamos começar pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada foi aprovada por maioria, com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos então entrar no debate e votação na especialidade.

A Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(\*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas em sede de especialidade para fazer uma breve apresentação das iniciativas do Partido Socialista.

Apresentamos propostas de alteração para alguns artigos, alguns mais uma correção de concordância e outros algumas questões de forma que achámos que era importante corrigir, sendo certo que apresentámos também um aditamento ao nível da cooperação porque consideramos que algumas das questões levantadas no próprio parecer da ANACOM e que tivemos oportunidade de analisar, se referiam à cooperação que existe, ou que deve existir, entre a Região e entre a entidade espacial regional e autoridade espacial.

Portanto, este aditamento vem fazer com essa cooperação aconteça de um modo mais significativo.

Também dizer que incorporámos aqui a proposta de alteração feita pelo Partido Socialista em sede de Comissão, ao nível do artigo 31.º, em que afeta a Agência Espacial Portuguesa, a Portugal Space, 20% das verbas relativas às taxas.

Esta é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, que tem uma sede na Região e que para nós faz todo o sentido que seja essa a entidade que recebe as taxas relativas ao licenciamento das atividades e não uma agência nacional.

Obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para justificar aquele que será o sentido de voto de Bloco de Esquerda na especialidade.

Iremos abster-nos em todos os artigos exatamente porque, como já referi anteriormente, consideramos que não há neste momento condições para votar em consciência e de forma responsável favoravelmente este diploma...

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Seja consequente! Vote contra!

**O Orador:** ... e obviamente o seu articulado na especialidade.

Nós não temos nenhuma oposição ao projeto. Aliás, já o dissemos publicamente diversas vezes.

Vemo-lo como um projeto de grande potencial para os Açores e para a Ilha de Santa Maria em concreto, o que está previsto.

Agora, a legislação que regulamenta o licenciamento tem que ser uma legislação cuidada, tem que ser ponderada, tem que ser estudada, em que tem que se ouvir e ter em conta os pareceres das entidades competentes na matéria e que têm atividades relacionadas e nós consideramos que neste momento não há condições para isso, por isso iremos abster-nos.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação. Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º?

Julgo não haver oposição. Está então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PS, artigo 5.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Eu esqueci-me de colocar à votação o artigo 5.º, por isso vamos votá-lo agora.

Está à votação o artigo 5.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Está então agora à votação o artigo 6.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Está então agora à votação o artigo 7.º da proposta, com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Pergunto à câmara se posso colocar em votação conjunto dos artigos 8.º ao 11.º.

Não havendo oposição está então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos então agora votar o artigo 12.º da proposta com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Penso que podemos votar em conjunto dos artigos 13.º ao 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos agora à proposta de eliminação do n.º 3 do artigo 20.º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o artigo 20.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o artigo 21.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PS, ao artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o artigo 22.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Acho que podemos votar em conjunto os artigos seguintes até ao 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o artigo 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos agora em conjunto os artigos 32.º e 33.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Em votação final global o Decreto Legislativo Regional n.º 37/XI, foi aprovado por maioria, com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Encerrámos este ponto da Agenda.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(\*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que define o Regime Jurídico para a Área do Espaço, convicto de que com esta legislação estamos a dar mais um passo no desenvolvimento dos Açores, na abertura do Açores para uma nova área e uma nova atividade económica.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Não abdicaremos de forma alguma do respeito que a instalação de atividades espaciais, independentemente do caráter a que se destinem, devam ter ao nível da segurança da população e no respeito integral pelas questões ambientais.

Dizer ainda que para o Partido Socialista considerámos que este regime não é como licenciar uma roulote de bifanas,...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** ... é sim uma questão muito importante para os Açores e para o reforço da nossa autonomia, para a autonomia dos Açores e dos pressupostos previstos no Estatuto Político-Administrativo Regional, dos quais nunca abdicaremos.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

(\*) **Deputado Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD votou favoravelmente este regime jurídico por considerar que este é um dos primeiros impulsos na criação de um porto espacial na ilha de Santa Maria, o que dará seguimento à vocação dos marienses em estar sempre na linha da frente no que diz respeito à inovação tecnológica.

Seremos sempre a favor de investimentos que possam trazer mais oportunidades e mais emprego, mas tal e qual como já foi dito, faremos todas as questões que serão necessárias para garantir que não haverá qualquer atropelo no que diz respeito aos aspetos ambientais, turísticos, culturais e sociais da ilha de Santa Maria.

Portanto, o PSD Açores reconhece como legítima a vontade dos marienses em levar a inovação para a ilha de Santa Maria, mas não irá descorar nunca aquelas que são as suas preocupações e os seus anseios.

Muito obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda absteve-se na votação deste Decreto Legislativo Regional, por considerar que as condições para a sua discussão, de forma aprofundada, responsável e consciente não estavam reunidas, tendo em conta os pareceres que chegaram a esta Assembleia com pouca antecedência e dada a sua delicadeza, complexidade e às questões por eles levantadas.

Temo-lo dito e temos toda a confiança que um projeto na área espacial nos Açores, e em particular na Ilha de Santa Maria, possa ser um impulso positivo para o desenvolvimento (não é disso que se trata), desde que estejam salvaguardadas as questões de segurança e as questões ambientais.

Mas não é disso que estamos aqui a tratar. Estamos a tratar de criar uma legislação que regulamenta esse licenciamento e essa legislação tem que ser tratada da melhor forma, com um debate aprofundado, um debate sério e responsável. E a prova clara que este projeto, que esta proposta não foi analisada com a devida seriedade, com a devida profundidade, é que a discussão deste diploma foi quase nula entre todos os partidos e foi o sentido de voto em todos os artigos que não gerou debate, que não gerou discussão, num artigo longo, complexo, com vários pareceres em que quase ninguém disse nada sobre eles.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições para declaração de voto. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora para o ponto 12 da nossa Agenda: **Relatório sobre o pedido de autorização para que o Deputado João Paulo Valadão Corvelo possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo n.º 79/16.3T9SCF.**

O relatório foi distribuído por todos. Julgo não haver inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O relatório mencionado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora ao ponto 13 da Agenda: **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 134/XI – “Integração na Administração Pública Regional dos técnicos superiores que pertencem a Instituições Particulares de Solidariedade Social e desempenham funções no Instituto da Segurança Social dos Açores, I.P.R.A.”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD deu entrada de uma iniciativa que recomenda ao Governo que inicie o processo de integração na Administração Pública Regional dos técnicos superiores que possuem vínculo laboral com diversas IPSS e que desempenham funções de carácter permanente no ISSA.

Ora esses técnicos superiores são utilizados como colaboradores externos em que o Instituto de Segurança Social serve-se deles celebrando protocolos com as

diferentes IPSS para colmatar necessidades permanentes na Administração Pública.

Esses técnicos superiores foram contratados pelas IPSS, contudo, nunca trabalharam nestas instituições. Desde o primeiro dia que exercem funções no Instituto de Segurança Social sem que nada lhes tivesse sido dito.

O Governo Regional continua a não promover a igualdade de oportunidades entre os trabalhadores das IPSS que prestam serviço no Instituto de Segurança Social e os trabalhadores da Administração Pública.

São mais de 100 técnicos superiores de IPSS que prestam serviço permanente na Administração Pública e estão subordinados às chefias do Instituto de Segurança Social.

Estes trabalhadores sentam-se lado a lado com os colegas que exercem precisamente as mesmas funções e ganham muito menos.

Desta situação pode resultar uma ilegalidade e duas injustiças.

Os trabalhadores em causa não podem pertencer a uma instituição e estarem hierarquicamente subordinados às chefias do Instituto de Segurança Social e respetivos planos de ação.

Por isso, o PSD exige que o Governo Regional faça essa integração, quer de Estatuto, quer de vencimento destes 100 técnicos superiores que desempenham funções de carácter permanente no Instituto de Segurança Social, mas que não têm os mesmos direitos de todos aqueles que pertencem aos quadros da Administração Pública.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição?

*(Pausa)*

Julgo não haver. Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O pedido de urgência do Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado, com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(\*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, só para justificar que o Partido Socialista votou contra este pedido de urgência, porque pretende que o processo de análise deste diploma decorra com a atenção e a ponderação que o assunto nos exige.

O tempo útil que decorre entre este plenário e o próximo, de três semanas, com a Páscoa, com feriados, com agendamentos parlamentares já acordados, com a marcação quase impossível de reuniões de Comissão, é manifestamente insuficiente para fazermos esta análise.

Os Srs. Deputados sabem perfeitamente que isto é verdade.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Realmente isto para o Partido Socialista não é urgente, porque os senhores sabem que isto já tem 14 anos!

**A Oradora:** Quereriam os Srs. Deputados eventualmente fazer este tratamento com outra ligeireza. O Partido Socialista não.

Portanto, a nossa votação contra esta urgência prende-se exclusivamente com a exequibilidade do tempo de tramitação.

Votar favoravelmente seria, no nosso entender, minorizar o assunto que aqui está a ser tratado.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Grande importância que os senhores lhe dão!

**A Oradora:** Portanto, ficaríamos reféns de uma espécie de jogo político no qual não iremos alinhar e esta situação não é sequer comparável com nenhuma outra, porque de facto há aqui um tempo útil que não se coaduna, não torna factível, não torna executível a tramitação em Comissão de um diploma desta natureza.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** A Sra. Deputada Renata nem acredita nisso que está dizendo!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos agora ao ponto 14: **pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 135/XI – “Recomenda ao Governo Regional a adoção de medidas que protejam o emprego na Fábrica Conserveira Santa Catarina”**.

Este pedido de urgência é apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para justificar a urgência da nossa proposta. Este Projeto de Resolução surge porque, como sabem, é público, já foi anunciado e até também dada autorização em sede de orçamento para o processo de alienação da fábrica conserveira de Santa Catarina, localizada no concelho de Calheta, ilha de São Jorge, e desde que foi anunciado pelo Governo Regional o processo de reestruturação do Setor Público Empresarial Regional tem sido preocupação do Bloco de Esquerda a questão do Emprego nas empresas que ou foram extintas, ou serão alienáveis.

O Bloco de Esquerda, por isso, apresenta este Projeto de Resolução, sabendo que está em elaboração o caderno de encargos da privatização da empresa Santa Catarina e com vista a que esta Assembleia se pronuncie no sentido de procurar

garantir condições no caderno de encargos que protejam o emprego e a manutenção da unidade industrial, no concelho da Calheta, Ilha de São Jorge, vimos por este meio apresentar este Projeto de Resolução que, em nosso entender deve ter um tratamento célere em Comissão para que possa subir a plenário com celeridade, para que obviamente o seu debate e votação se concluam antes da conclusão do caderno de encargos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência. Pergunto se há alguma inscrição?

*(Pausa)*

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 135/XI, foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP vota contra porque o PCP sempre foi e é contra a privatização da empresa Santa Catarina. Aliás, o PCP votou favoravelmente na globalidade no Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2019, visto que foram introduzidas um conjunto de medidas positivas que vão ao encontro da

retribuição de rendimentos aos trabalhadores. E na especialidade o PCP opôs-se intransigentemente contra as privatizações.

Nessa lógica de ideias apresentadas na introdução desta iniciativa, o BE votou contra ao aumento do rendimento dos trabalhadores açorianos, porque votou contra o Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2019.

É a assunção de uma ideologia da qual o PCP claramente se distancia. A privatização da Santa Catarina não é uma inevitabilidade muito menos a que o BE, pretende com a sua resolução, usando despudoradamente os trabalhadores como se através desta resolução pudesse vir a garantir no caso muito improvável da sua privatização, dizemos nós, pudesse garantir que o novo dono pudesse assegurar os postos de trabalho.

O PCP está e estará sempre ao lado dos trabalhadores, nomeadamente da sua luta pela manutenção da Santa Catarina na esfera pública, recusando-se a embarcar em demagogias e eleitoralismos que apenas servem para tentar projetar quem as propõe, neste caso o BE, e que claramente prejudicam os trabalhadores e a sua luta. Não baixamos os braços, Santa Catarina é pública e assim deverá ficar! Não é sério do BE só usar o que lhe interesse e omitir que o PCP em sede de Orçamento propôs medidas para garantir que Santa Catarina continue na esfera pública.

Na política não vale tudo!

Nós não passamos cheques em branco a ninguém. Isto é puro eleitoralismo que a última coisa que pretende acautelar são os interesses dos trabalhadores.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** O senhor só votou a urgência!

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

**Presidente:** Srs. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Esta proposta demonstra um comportamento claramente incoerente...

**Presidente:** Sr. Deputado João Paulo Corvelo,...

**O Orador:** ...e irresponsável por parte do BE, e só serve para dourar a pilula.

**Presidente:** Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

**O Orador:** Sra. Presidente, já termino.

A única coisa que o BE está a fazer é a dar a mão ao PS para a privatização de Santa Catarina.

**Presidente:** Sr. Deputado João Paulo Corvelo, peço-lhe que não interpele as outras bancadas.

Sr. Deputado António Lima, o senhor vai pedir a palavra para um protesto, não é?

Tem razão, só que infelizmente eu não lhe posso dar, porque não é regimental, e por isso é que eu estava a pedir ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo que não interpelasse as outras bancadas, porque efetivamente no âmbito das declarações de voto não são permitidos protesto e por isso tenho que dizer que o Sr. Deputado António Lima tinha razão em pedir, mas infelizmente não lhe posso conceder a palavra.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não se esqueça que votámos só a urgência!

(\*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou a favor da urgência da análise em Comissão deste assunto, exatamente porque debruça-se sobre aquilo que o Governo já garantiu no processo de privatização da empresa Santa Catarina.

Portanto, consideramos que num mês de trabalho será possível voltar a confirmar aquilo que o Governo anunciou desde a primeira hora, garantir os postos de trabalho,...

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... garantir a laboração no concelho de Calheta e garantir a valorização da marca Santa Catarina.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda naturalmente votou favoravelmente o seu pedido de urgência e registamos também as intervenções e as declarações de voto das restantes bancadas.

O Bloco de Esquerda assume as suas responsabilidades e as suas propostas e gostaria de ver também os outros partidos quando aprovam orçamentos e outros documentos, também assumi-las e não vir fazer para aqui algum tipo de jogo e talvez de arrependimento por aquilo que aprovaram no passado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições para declaração de voto vou passar a ler a proposta de Deliberação Final:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de abril”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** A Deliberação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Boa tarde a todos e um bom regresso a casa.

*Eram 18 horas e 04 minutos.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**João Paulo Lopes Araújo Ávila**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**Partido Popular (CDS-PP)**

**Maria da Graça Amaral da Silveira**

*Deputado que faltou à sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

### **Documentos entrados**

**Listagem da correspondência:**

**1 - Projeto de Decreto Legislativo Regional:**

**Assunto:** [Alteração ao artigo 107.º do Anexo do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A, de 19 de julho – “Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário” – n.º 32/XI](#)

**Proveniência:** PCP

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 09

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 05 – 27.

## 2 - Projeto de Resolução:

**Assunto:** [Integração na Administração Pública Regional dos técnicos superiores que pertencem a Instituições Particulares de Solidariedade Social e desempenham funções no Instituto da Segurança Social dos Açores, I.P.R.A.– n.º 134/XI](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 08

**Com pedido de urgência;**

**Assunto:** [Recomenda ao Governo Regional a adoção de medidas que protejam o emprego na Fábrica Conserveira Santa Catarina – n.º 135/XI](#)

**Proveniência:** BE

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 10

**Com pedido de urgência.**

## 3 - Petição:

**N.º 37/XI**

**Assunto:** **Pela classificação de Árvores Notáveis nos Açores**

**Proveniência:** Teófilo José Soares de Braga

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 05

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** Aguarda admissibilidade.

#### **4 - Requerimentos:**

**Assunto:** [Relatório da inspeção à Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria](#)

**Autores:** António Lima e Paulo Mendes (BE)

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 05

**Referência:** 54.06.01 – N.º 620/XI;

**Assunto:** [Transporte escolar das crianças da Fajã Grande](#)

**Autor:** João Paulo Corvelo (PCP)

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 08

**Referência:** 54.04.08 – N.º 621/XI;

**Assunto:** [Acordos de cooperação com o Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus](#)

**Autores:** António Lima e Paulo Mendes (BE)

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 08

**Referência:** 54.06.02 – N.º 622/XI;

**Assunto:** [Obras de reabilitação da EBS Santa Maria](#)

**Autora:** Elisa Sousa (PSD)

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 10  
**Referência:** 54.03.01 – N.º 623/XI;

#### **5 - Comunicações/Informações:**

**Assunto:** Ofício SAI-SRAPAP/2019/131, de 29 de março de 2019, remetendo os Planos e Orçamentos das Empresas do Setor Público Empresarial Regional

**Proveniência:** Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

**Data de Entrada:** 2019 – 03 – 29;

**Assunto:** Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Açorianos para o ano 2019

**Proveniência:** CGTP-IN

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 05;

**Assunto:** Renúncia ao exercício do cargo de Secretária da Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com efeitos a partir de 9 de abril de 2019, informando que a renúncia apresentada decorre, apenas, do facto de entender que o cargo de Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho não ser compatível com o exercício, em simultâneo, de outros cargos na ALRAA

**Proveniência:** Maria da Graça Oliveira Silva, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 08;

**Assunto:** Comunicação do Grupo Parlamentar do PS informando que, ao abrigo do n.º 1, do artigo 28.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, os Deputados do PS abaixo-assinados apresentam a candidatura do Deputado Manuel Alberto da Silva Pereira a Secretário da Mesa da ALRAA e remetendo a aceitação da candidatura do Deputado referido

**Proveniência:** Francisco do Vale César, José Carlos San-Bento, Maria Isabel Rosa Quinto, José Manuel Gregório de Ávila e Bárbara Pereira Torres Medeiros Chaves, Deputados do Grupo Parlamentar do PS

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 08;

**Assunto:** Comunicação do Grupo Parlamentar do BE informando que, nos termos regimentais aplicáveis, entrega à Mesa da ALRAA a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 123/XI que “Recomenda ao Governo Regional que crie as condições necessárias de habitabilidade nos Bairros «Nascer do Sol» e «Beira-Mar» para os incluir nas atuais respostas de habitação social e no mercado de arrendamento”

**Proveniência:** António Lima e Paulo Mendes, Deputados do Grupo Parlamentar do BE

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 10;

**Assunto:** Resposta ao Voto de Protesto - Descargas de resíduos industriais poluentes para o mar efetuadas pela Fábrica da COFACO, localizada na Vila de Rabo de Peixe, ilha de São Miguel

**Proveniência:** Administração da COFACO Açores

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 09;

## 6 - Relatórios:

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de abril de 2019](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 09;

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento \(UE\) n.º 1143/2014, estabelecendo o regime jurídico aplicável ao controlo, à detenção, à introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna – MATE – \(Reg. DL 301/2018\) – n.º 115/XI GR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 08;

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de abril de 2019](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 08;

**Assunto:** [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XI – Recuperação do tempo de serviço prestado em funções docentes para progressão na carreira](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 05;

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Lei 1172/XIII \(PSD\) – Regime de estímulo ao ensino superior em baixa densidade – n.º 238/XI AR](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 11;

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que adapta as regras aplicáveis à execução das medidas de internamento em Unidades de Saúde Mental não integradas no sistema prisional – MJ – \(Reg. DL 395/2018\) – n.º 114/XI GR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 11;

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de abril de 2019](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 09;

**Assunto:** [Da audição do Gestor Público indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da SINAGA – Sociedade de Indústrias Agrícolas Açoreanas, S.A.](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2019 – 04 – 09;

**A redatora:** Maria da Conceição Fraga Branco